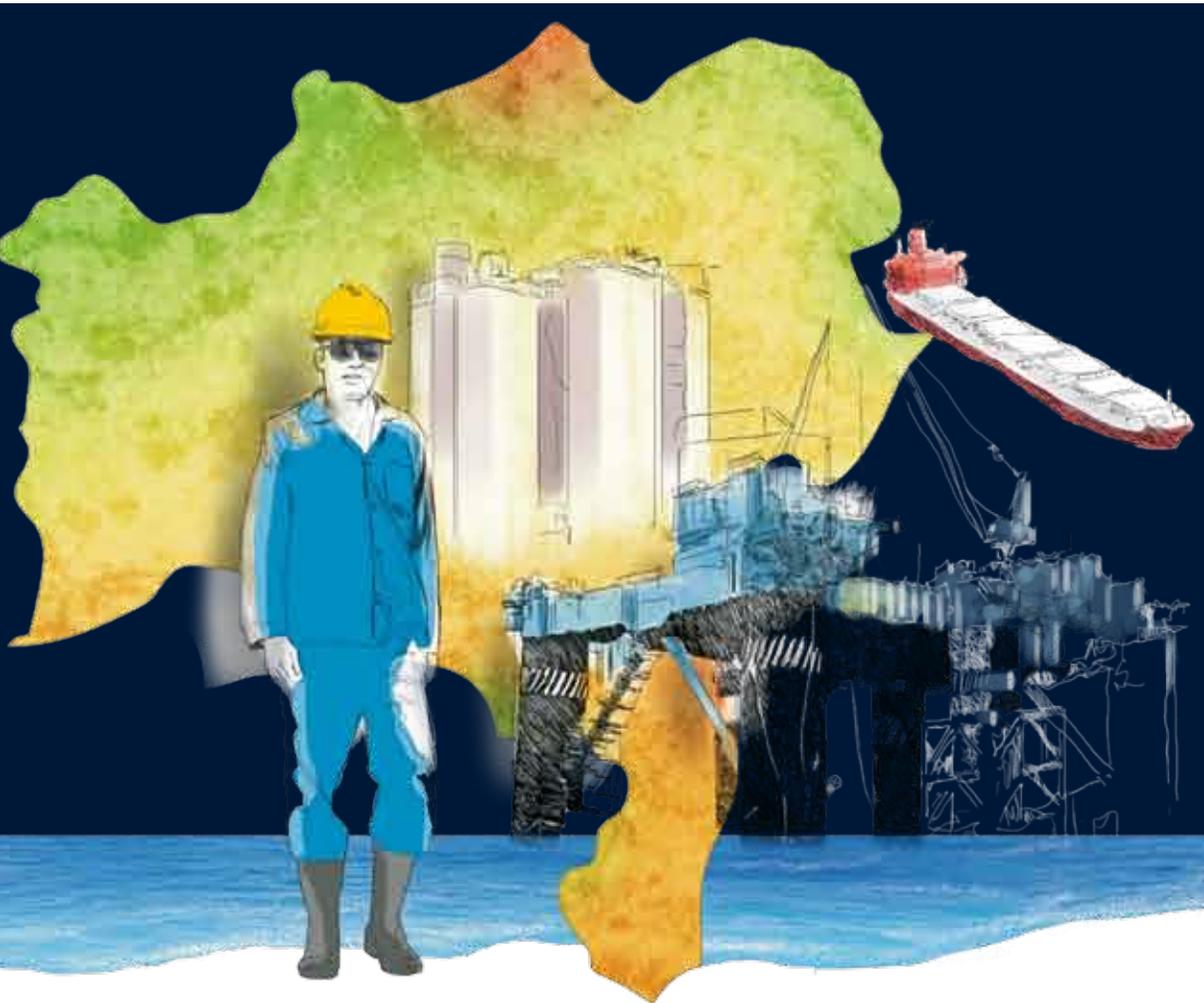


ESTUDOS

Estados Brasileiros

Bahia



RANIERI MURICY BARRETO
ORG.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Bahia

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Elaine Andreoti

Coordenação e organização: Ranieri Muricy Barreto

Colaboradores: Armando Affonso de Castro Neto,

Célio Pinto, Fábio de Viveiros, Geraldo Reis,

Guillermo Javier Pedreira Etkin, Luiz Ferraro,

Marcos Luís Cerqueira, Natã Vieira, Poliana Rodrigues,

Rafael Alves Andrade, Roberto Fortuna,

Tatiana Scalco, Thiago Góes, Thiago Xavier

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B151 Bahia 2000-2013 / Ranieri Muricy Barreto, org. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

152 p.: il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7643-234-0

1. Bahia - Política. 2. Bahia - Economia. 3. Bahia - Demografia. 4. Bahia - Aspectos sociais. 5. Bahia - Administração pública. I. Barreto, Ranieri Muricy. II. Série.

CDU 32(813.8)
CDD 320.98142

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO
- 9 INTRODUÇÃO
- 11 A POLÍTICA TERRITORIAL DO ESTADO DA BAHIA
DIVERSIDADE E DESIGUALDADE
- 31 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS
- 37 SITUAÇÃO SOCIAL
- 51 BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS
- 69 ECONOMIA DO ESTADO
- 97 POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL NA BAHIA
- 111 ANÁLISE DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA LOCAL
- 121 O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)
NA BAHIA
- 143 PROPOSTAS NA DIREÇÃO DE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO
ECONÔMICA PARA A BAHIA
- 145 CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 147 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

BAHIA 2000-2013

RANIERI MURICY BARRETO
ORG

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

O limiar do século XXI, a partir do governo Lula, é marcado por importantes e significativas transformações sociais e econômicas, fruto de um projeto desenvolvimentista que reverteu prioridades e resgatou a capacidade de planejamento do Estado brasileiro. Na contramão do receituário neoliberal, em que o desenvolvimento é concebido como algo espontâneo e exclusivo das forças de mercado, o projeto de desenvolvimento da Frente Popular, liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), coloca o Estado como protagonista nas correções das distorções e desigualdades provocadas pelo mercado. Nesse sentido, o planejamento estatal ganhou importância e se tornou um alicerce fundamental da nova estratégia de desenvolvimento do Brasil.

Na Bahia, a partir do ano de 2007, esse projeto político de desenvolvimento se intensifica com a eleição do governador Jaques Wagner, fruto da aglutinação de uma maioria política em torno deste mesmo projeto que estava mudando o Brasil, cujos resultados na Bahia também já se evidenciavam nos indicadores sociais. Naquele momento, a população baiana optou por um projeto democrático e participativo, em que o resgate da cidadania e a redução das desigualdades estavam no centro da estratégia de desenvolvimento.

As políticas de cunho social foram aceleradas no país de forma intensa, com nítidos reflexos sobre a população. Pode-se afirmar que houve progressos em áreas como a da renda, da educação, da saúde, do saneamento e das condições de moradia, cujos avanços estão mensurados pelos indicadores particulares e só foram possíveis pela decisão política de pautar o desenvolvimento

do país com o desenvolvimento social de modo proporcional. A Bahia não só atuou de forma complementar as políticas nacionais como foi impulsionadora de novas políticas, como o Água para Todos, colocando o estado como um dos que mais avançaram na redução das desigualdades internas.

O objetivo deste relatório – parte de um estudo sobre os Estados da federação brasileira – é analisar os avanços econômicos e sociais na Bahia na última década. Ele foi construído considerando os investimentos privados e a ampliação dos investimentos públicos, bem como a melhoria das condições de vida das famílias, materializadas na redução da pobreza, das desigualdades e nos aspectos relacionados ao mercado de trabalho do estado. Sua realização permite considerar melhor os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI. Ao mesmo tempo, o relatório deve servir como balanço dos avanços e limites estabelecidos pela trajetória dos últimos dez anos da administração federal liderada pelo PT em coalizão com vários partidos nacionais.

Para cada Estado brasileiro, um organizador se responsabilizou por produzir um diagnóstico do estágio atual da unidade federativa a partir de um roteiro sugerido pela Fundação Perseu Abramo (FPA). Os temas foram analisados com base em dados oficiais descritivos acerca da demografia, situação econômica, estrutura produtiva, mercado de trabalho, situação social, administração pública, balanço das políticas sociais, PAC, infraestrutura do estado, sustentabilidade ambiental e política local.

Como limite ao estudo proposto, pontua-se a periodicidade dos dados: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cobriu o período até 2011; o Censo Demográfico cobre os anos de 2000 e 2010, e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Emprego, Trabalho e Renda, também se limita ao período de 2003 a 2011. Os dados do Cadastro Geral de Admitidos e Desligados (Caged) utilizados compreenderam o período de 2003 a 2013. O critério foi respeitar o marco temporal da administração petista federal.

A POLÍTICA TERRITORIAL DO ESTADO DA BAHIA DIVERSIDADE E DESIGUALDADE

O estado da Bahia é um dos mais plurais da nossa federação. Sob os múltiplos aspectos em que se analisa um território, a Bahia apresenta um mosaico de variedades sociais, culturais, econômicas e ambientais. É um estado com o maior número de biomas e com um rico e variado processo de formação de seu povo, oriundo da miscigenação entre povos tradicionais do Brasil pré-colonial com os escravos das nações africanas e imigrantes advindos dos diversos países do mundo em momentos diferentes da nossa história (portugueses, espanhóis, italianos, japoneses, entre outros).

Na base física heterogênea sobre qual atuaram esses grupos humanos variados, com habilidades individuais e coletivas distintas, cristalizaram-se ao longo do tempo diferentes formas e padrões de uso e ocupação. Todavia, essa diversidade foi historicamente renegada pelas políticas públicas, transformando sua riqueza em desigualdade (mais de 80% do PIB baiano está no seu litoral, em especial, na região metropolitana de Salvador).

BREVE HISTÓRICO DA TERRITORIALIZAÇÃO

A configuração dos territórios de identidade do estado da Bahia teve como fundamento o conceito utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), um dos principais atores envolvidos no processo de desenvolvimento territorial do estado, cuja compreensão é a de que o território “é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a socieda-

de, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”.

A partir do ano de 2003, o MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), introduziu o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com o objetivo de “promover o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia”. Nesse contexto, foram identificados na Bahia seis territórios, sendo posteriormente ampliados para as atuais 26 unidades num processo que reuniu diversos segmentos da sociedade.

Para definir a delimitação compatível com a realidade do estado, organizações da sociedade civil, instituições federais e estaduais atuaram na mobilização dos atores locais para aprofundar as discussões em torno da proposta do MDA e construir uma nova formatação territorial a partir da identificação dos espaços já constituídos.

Nesse sentido, no período de 2003 a 2006, foram realizadas várias atividades, dentre as quais o levantamento das delimitações geográficas existentes, a reuniões entre as organizações e as bases locais para opinarem quanto à inserção dos municípios nos territórios, analisando os seus múltiplos aspectos: culturais, geo-ambientais, políticos-institucionais e econômicos. Desse processo, foram revelados 25 territórios de identidade, iniciando-se a mobilização para a criação dos seus espaços representativos (Colegiados Territoriais).

Ao assumir o governo da Bahia em 2007, o governador Jaques Wagner reconheceu a legitimidade da divisão territorial que foi conformada e adotou os territórios de identidade como unidades de planejamento das políticas públicas do estado da Bahia. Iniciou-se, portanto, o processo de implantação de uma Política de Desenvolvimento Territorial – PDT. Atualmente a Bahia possui 27 territórios de identidade (Mapa 1).

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (PDT)

A PDT possui dois focos principais: orientar as ações governamentais para as especificidades regionais existentes no estado da Bahia e promover um processo participativo de formulação e acompanhamento dessas ações para ampliar a efetividade das políticas públicas. Para tanto, foram desenvolvidos alguns instrumentos, dos quais podemos destacar:

Mapa 1**Territórios de identidade da Bahia**

Fonte: Cedeter, 2011

COLEGIADO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CODETER)

O Codeter é o espaço de planejamento e gestão de políticas públicas cuja função é articular e fomentar programas e projetos. Cada território de identidade possui um colegiado composto por representantes de organizações da sociedade, que representam toda a diversidade social do território, e de órgãos e instituições públicas municipais, estaduais e federais. O Codeter tem composição paritária, com 50% da sociedade civil e 50% do Poder Público.

O fortalecimento das políticas territoriais no Brasil, a partir de 2003, favoreceu o surgimento e a consolidação dos colegiados, o que significou uma nova etapa na forma de construção de políticas públicas, tornando-se mais democrática, transparente e participativa.

PLANO PLURIANUAL TERRITORIALIZADO E PARTICIPATIVO

O governo do estado da Bahia estabeleceu que os territórios de identidade é a regionalização oficial do governo e a sua unidade de planejamento. Portanto, a configuração regional do Plano Plurianual (PPA) foi feita com base nessa territorialização.

Ademais, o processo de elaboração do PPA aconteceu de forma participativa: PPA Participativo (PPA-P). O primeiro ocorreu em 2007, fruto de uma iniciativa até então inédita no Brasil e que teve o objetivo de assegurar maior diálogo entre Estado e sociedade para a construção de políticas públicas e mais transparência nas ações do governo. Naquela oportunidade, 16 cidades da Bahia foram sedes de plenárias que reuniram representantes dos 26 territórios de identidade entre os meses de maio e junho. No total, mas de doze mil pessoas participaram das plenárias territoriais e cerca de 40 mil se envolveram nas reuniões preparatórias nos territórios.

O PPA Participativo também contribuiu para que outros processos consultivos fossem realizados na Bahia a partir de 2007. É o caso das conferências territoriais da Cultura, Educação, Direitos Humanos, Comunicação, Juventude, Igualdade Racial, entre outras.

Em 2011, foi realizado o segundo PPA-P com algumas mudanças em relação ao primeiro, das quais podemos destacar:

- alinhamento do PPA com o planejamento estratégico de longo prazo do estado (BAHIA 2023) englobando 3 PPAs;
- realização das plenárias em todos os territórios (27);
- criação do Grupo de Trabalho Territorial (GTT) formado por representações de órgãos estaduais com representações regionais¹ cuja missão é realizar reuniões prévias à plenária e consolidar uma matriz de propostas estratégicas do território com base nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável já em construção, o que facilitou muito as discussões nas plenárias e a qualificação das propostas;
- disponibilização de seleção de propostas a partir da internet, o PPA.net.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PTDS)

O PTDS é o principal instrumento e orientador das estratégias e intervenções no território. Tem como objetivo facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento territorial sustentável. Ele é resultado do amplo processo de sensibilização, mobilização e construção coletiva dos principais atores do território, tanto do Poder Público como da sociedade civil organizada.

1. A exemplo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Diretorias Regionais de Educação e Saúde (Direc e Dires), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (ABDA).

O PTDS, portanto, norteia os programas e serviços públicos desenvolvidos pelas administrações municipal, estadual e federal. Dessa forma, na construção do PPA 2012-2015, o PTDS teve papel de destaque para a composição de suas matrizes programáticas territoriais.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (CEDETER)

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) é um fórum criado pelo governo do estado com o objetivo de aprimorar a gestão pública na Bahia, orientando-se por princípios democráticos e participativos. O conselho, instituído pelo decreto n.º 12.354, de 25 de agosto de 2010, surgiu a partir do modelo de governança instaurado no estado e se constitui em um fórum permanente de caráter consultivo que tem como finalidade subsidiar o planejamento e as ações do governo nos 27 territórios de identidade.

Para reafirmar a importância da iniciativa e a incorporação de instrumentos de controle e participação social na Bahia, o governo do estado estabeleceu uma composição paritária entre Poder Público e sociedade civil através da representação de oito secretarias de Estado e oito membros dos Colegiados Territoriais, além da participação e representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério de Integração Nacional.

O Cedeter é uma proposta pioneira no país, sendo a Bahia o primeiro estado a institucionalizar esse instrumento de gestão participativa. A iniciativa consolida o modelo e estabelece novas bases para o planejamento e execução de políticas públicas que fortalecem a inclusão e a participação social.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE)

O ZEE é um instrumento de gestão que servirá para orientar os investimentos públicos e privados. Sua importância para a Bahia está em apontar, através de lei, áreas adequadas à implantação de arranjos socioprodutivos específicos; locais que devem ser protegidos devido a maior vulnerabilidade ambiental; e regiões que se encontram degradadas ou em estado de degradação que deverão ser objeto de ações de recuperação.

Desde a sua Constituição Estadual (1989), a Bahia vive um vazio legal. Esse fato responde por parcela significativa dos conflitos existentes entre os investimentos de médio e grande porte propostos para o estado e a necessidade de preservação do meio ambiente, estabelecendo um inseguro e demorado processo de licenciamento ambiental.

O governo do estado da Bahia vem realizando reuniões setoriais, em conselhos e audiências públicas, envolvendo representações de todos os territórios de identidade, para que, ainda em 2013, pudesse enviar para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei do ZEE.

CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS

Os consórcios públicos são uma modalidade de associação entre entes federativos (União, estado e municípios) com vistas ao planejamento, à regulação e à execução de atividades de um modo geral ou de serviços públicos de interesse comum de alguns ou de todos os consorciados. São autarquias que compõem a administração indireta dos entes consorciados.

Trata-se, portanto, de um instrumento poderoso que viabiliza a melhoria da gestão pública e a racionalização do uso do dinheiro público, uma vez que a solução de problemas comuns se dá por meio de políticas e ações conjuntas. A criação de consórcios públicos possibilita ainda a descentralização da prestação de serviços, maior racionalidade na elaboração e implementação das políticas públicas e promove a visão territorial do desenvolvimento.

A Seplan e outras secretarias do estado vêm trabalhando juntas para estimular e apoiar a formação de consórcios públicos na Bahia desde 2009, reunindo-se com prefeitos, associações municipais e colegiados territoriais. Formaram-se, então, consórcios nos territórios do Sisal, Portal do Sertão, Irecê, Sertão do São Francisco, Vale do Jequiçá, Recôncavo, Sertão Baiano, Piemonte Norte do Itapicuru, entre outros.

A ideia principal dos consórcios públicos intermunicipais para a Política de Desenvolvimento Territorial é oferecer ao território um instrumento executivo, uma vez que estes já possuem um espaço político (Colegiado Territorial), dando-lhe um órgão mais qualificado para apoiar as ações articuladas dos municípios, bem como independência e autonomia.

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE (TI) – BREVE CARACTERIZAÇÃO

IRECÊ

O recorte do território fica dentro da zona semiárida, com vegetação tipicamente da caatinga, bioma presente em 54% do estado da Bahia, e abrange uma área de 26.710,86 km². Limita-se a Oeste com o território Velho Chico; ao Sul com o TI Chapada Diamantina; e a leste com o Piemonte da Diamantina. É composto por vinte municípios, que conjuntamente concentram 402.868 habitantes, e a densidade no TI é de 15,12 hab/km². Irecê é o município mais populoso do território. O percentual de população em situação de extrema pobreza é de 23,2%. Dezesete municípios apresentaram cadastros de demanda por habitação. A população total do território é de 403.070 habitantes, dos quais 155.392 vivem na área rural, o que corresponde a 38,55% do total. Possui 41.011 agricultores familiares, 1.532 famílias assentadas e 26 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é de 0,61.

VELHO CHICO

O Território Velho Chico é caracterizado por situar-se em boa parte do rio São Francisco, possuir municípios (16) de significativa extensão territorial e também por fazer divisa com Minas Gerais. Com população de 370.095 habitantes, a região é predominantemente rural, cujo grau de urbanização é de apenas 47%. O município que exerce a maior influência na região é Bom Jesus da Lapa, e em menor intensidade, Barra e Ibotirama. As principais rodovias estão localizadas às margens da hidrovia do rio São Francisco (RSF), ambas ligando o sul ao norte da região, que são a BA-161 (margem esquerda) e BA-160 (margem direita). Além disso, a região é cortada por três importantes trechos rodoviários federais, como a BR-242 (ligando o Oeste da Bahia a Salvador), a BR-349 (Bom Jesus da Lapa a Brasília), e a BR-030 (Carinhanha/Malhada a Brasília). Já no que diz respeito à infraestrutura aeroportuária, existe um aeroporto em Bom Jesus da Lapa (fechado). A população total do território é de 370.102 habitantes, dos quais 197.622 vivem na área rural, o que corresponde a 53,40% do total. Possui 31.256 agricultores familiares, 9.227 famílias assentadas, trinta comunidades quilombolas e quatro territórios indígenas. Seu IDH médio é de 0,62.

CHAPADA DIAMANTINA

O Território Chapada Diamantina está localizado no centro do estado da Bahia. Abrangendo 24 municípios, ocupa uma área total de 32.664,8 km², o equivalente a 5,8% do território baiano. Em 2010, contava com 371.864 habitantes, 48,38% residindo nas áreas urbanas.

Está totalmente inserido na macrorregião semiárida, sob domínio da caatinga, e sua matriz econômica está pautada, basicamente, na exploração dos recursos naturais, com extração mineral, turismo e a agropecuária, mas figurando o setor de serviços como de maior participação no PIB regional, 61,46% no ano de 2010 e com grande vocação para o turismo ecológico, histórico e de aventura, fortalecido pela presença de extensas Unidades de Conservação. Apesar da vocação para turismo e a atração de inúmeros visitantes, a infraestrutura para o atendimento dessa demanda ainda é deficiente, com exceção da cidade de Lençóis, cuja oferta de serviços é mais ampla e eficiente. Nos municípios de Mucugê e Ibicoara cresce o segmento de hortícolas irrigadas, com potencial para o agronegócio.

Apresenta baixos índices de vulnerabilidade social na maior parte dos municípios, com baixo atendimento à população nos serviços básicos de saúde e educação, inclusive nos municípios considerados polarizadores, como Seabra e Mucugê. Conta com infraestrutura viária considerável, com presença

de importantes eixos integradores, como a BR-242 e o Aeroporto de Lençóis (preparado para aeronaves de grande porte), e grande potencial ao considerar as obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e sua integração com a malha rodoviária e com o ramal da FCA que corta o sul do TI. A falta de manutenção e de rodovias interfere no escoamento da produção, tornando-se um entrave ao desenvolvimento.

SISAL

O Território do Sisal é formado por vinte municípios e abrange uma área de 20.454,29 km². Faz divisa com os municípios dos territórios do Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte da Diamantina, Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão, Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte. Localizada no semiárido, é uma região com baixa incidência de chuvas e afetada pelas secas. Há escassez de recursos hídricos, incluindo-se apenas a bacia do rio Itapicuru em seu território. A região é cortada pela BR-116 e a linha férrea RFSA que faz o percurso Alagoinhas a Juazeiro. Existem unidades da Uneb em Serrinha e Conceição do Coité.

Na economia, destacam-se a agricultura (Sisal e Agave); o extrativismo de subsistência (licuri, mangaba, umbu, castanha-de-caju, feijão, milho e mandioca); a pecuária (caprinos e ovinos); e a mineração (ouro, areia, arenoso, argila, cromo, pedra de revestimento e pedra ornamental). A população total do território é de 582.331 habitantes, dos quais 333.149 vivem na área rural, o que corresponde a 57,21% do total. Possui 58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas, duas comunidades quilombolas e um território indígena. Seu IDH médio é de 0,60.

LITORAL SUL

O Território Litoral Sul-BA abrange uma área de 14.736,20 km² e é composto por 26 municípios. A população total do território é de 772.694 habitantes, dos quais 139.828 vivem na área rural, o que corresponde a 18,10% do total. Possui 13.929 agricultores familiares, 2.330 famílias assentadas, 13 comunidades quilombolas e dois territórios indígenas. Seu IDH médio é de 0,67. Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas 51 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. As unidades de conservação federais e estaduais presentes nesse território totalizam cerca de 377.293 ha que abrangem cerca de 26% da área total do TI Litoral Sul. Aproximadamente 83% dessa área é de uso sustentável, e neste âmbito se destaca a APA de lagoa Encantada e rio Almada, que está inserida em dez municípios do território e contempla uma

área de 158.083,92 ha. No território, também constam importantes áreas para proteção integral, destacando-se o Parque Nacional de Serra das Lontras e o Parque Estadual da Serra do Conduru, respectivamente, administrados em níveis federal e estadual.

Os arranjos produtivos rurais mais significativos no TI Litoral Sul são a cacauicultura, a caprinocultura/ovinocultura, a heveicultura e o cultivo de dendê. Com relação ao cultivo de cacau, esse território concentra os grandes produtores e consiste na região com maior concentração da renda arrecada em termos de valor da produção e área plantada.

BAIXO SUL

O Território Baixo Sul-BA abrange uma área de 7.168,10 km² e é composto por catorze municípios. A população total do território é de 336.624 habitantes, dos quais 151.614 vivem na área rural, o que corresponde a 45,04% do total. Possui 22.048 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, 39 comunidades quilombolas e um território indígena. Seu IDH médio é de 0,63. Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas doze unidades de conservação que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida equivale a cerca de 383.107 ha e corresponde a mais de 50% da extensão territorial do TI Baixo Sul.

Os arranjos produtivos rurais que mais se destacam no território são o dendê (predominante), o cacau, a borracha, a mandioca e o gado bovino. O cultivo do cacau configura-se em patamar tecnológico voltado para o sistema patronal convencional com atuação de agricultores familiares polivalentes.

EXTREMO SUL

O Território de Identidade Extremo Sul, inserido na macrorregião Litoral Sul, compreende uma área de 18.535,4 km², equivale a 3,3% do território do estado e engloba treze municípios. Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas 28 unidades de conservação que estão total ou parcialmente inseridas no território, sendo a maioria contemplada em Reservas Particulares de Patrimônio Natural. Apesar do número expressivo de áreas protegidas, apenas 5% do território está contido em áreas destinadas à conservação, o que totaliza uma área de cerca de 95.492 ha. Há um predomínio de unidades de conservação de uso sustentável, e, dentre estas, se destacam a APA Ponta da Baleia/Abrolhos, localizada nos municípios de Nova Viçosa, Caravelas e Alcobaça, equivalente a aproximadamente 37.465 ha da costa do território, e a Resex Cassurubá, abrangendo área equivalente a 32.629 ha.

Os arranjos produtivos rurais mais expressivos no TI Extremo Sul são o gado bovino, o cacau, o café, a cana-de-açúcar, o mamão, o maracujá e a silvicultura. A silvicultura é um arranjo produtivo de grande importância para o território. O sistema silvicultor integrado do Extremo Sul tem se revelado competitivo economicamente, apesar de excludente do ponto de vista social. A percepção, especialmente do setor empresarial, é de que o território é uma das regiões do mundo mais atrativas para implantação de florestas visando à produção de celulose e de melhor produtividade.

MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA

O Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 11.763,0 km², equivalente a 2,1% do território do estado, sendo composto por treze municípios. A irregularidade de chuvas e a aridez dos solos não oferecem aptidão ao desenvolvimento de culturas agrícolas. Três bacias hidrográficas beneficiam a região: a bacia do rio Pardo, rio Colônia/Cachoeira e o Jequitinhonha. Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas duas unidades de conservação que estão parcialmente inseridas no território. A área total protegida está em torno de 49.642 ha e corresponde a 4,22% da extensão territorial do TI Médio Sudoeste da Bahia. Observam-se o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova, uma unidade de competência federal e de proteção integral, e a APA Serra do Ouro, de competência estadual e de uso sustentável.

Os arranjos produtivos rurais mais importantes para o TI Médio Sudoeste da Bahia são a apicultura e a bovinocultura. A apicultura é caracterizada por estar ligada à atividade familiar, geralmente polivalente, mantendo outras atividades complementares. A bovinocultura nesse território, quando comparado aos outros territórios do semiárido, apresenta uma melhor condição de pastoreio em gramíneas. A pecuária de corte é predominante, mas, em função dos laticínios instalados nesse território, a pecuária de leite também é significativa.

VALE DO JIQUIRICA

O Território Vale do Jiquiriçá é composto por vinte municípios, tendo uma área total de 10.287 km², correspondente a 1,82% do território baiano. Está inserido no Bioma Caatinga e no Bioma Mata Atlântica, composta por vários ecossistemas. Dos recursos naturais, destacam-se a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança e a bacia do rio Jiquiriçá que corta o vale da região. Apresenta elevadas taxas de urbanização, com boa parte dos municípios acima de 60%. Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, a população total do terri-

tório é de 301.682 habitantes, estando 174.633 habitantes na área urbana e 127.049 na zona rural.

A principal fonte econômica são as atividades agropecuárias e os serviços, além do cultivo de flores, sendo parte da produção agrícola voltada para a subsistência. Na pecuária, encontra-se a criação de caprinos, asininos, vacas ordenhadas, produção de leite, bovinos, muares, mel de abelha, galinhas, equinos e ovos de galinha. O seu PIB é o quinto de mais baixa participação no estado, com 0,99% do total. A região apresenta um baixo dinamismo econômico, apesar de ser cortada pelo principal eixo viário do estado, a BR-116, e da proximidade com a BR-101, interligada por rodovias estaduais. A mineração tem como destaque a produção de vanádio em Maracás e o potencial para a exploração de bauxita. Potencial elevado para o desenvolvimento do turismo em função dos recursos naturais. Possui uma unidade da UFRB em Amargosa.

Não foram verificados órgãos estaduais no território. Metade dos municípios do TI apresenta desempenho ruim na qualidade de vida, na condição de vida e na condição econômica.

SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

O recorte do território fica na zona do semiárido e abrange uma área de 61.616,377 km². É composto por dez municípios. Está localizado no Extremo Norte da Bahia, limita-se com os estados do Piauí e Pernambuco e com os territórios de identidade Bacia do Rio Grande, Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicurú, Sisal, Semiárido Nordeste II e Itaparica. Os municípios do território concentram 494.431 habitantes e a densidade no TI é de 8,00 hab/km². A população total do território é de 494.624 habitantes, dos quais 178.664 vivem na área rural, o que corresponde a 36,12% do total. O percentual da população em situação de indigência é superior a 40%.

O PIB é cerca de R\$ 2,8 bilhões, sendo que o setor serviços responde por 55%, a indústria 21,6%, e a agropecuária 16,6%. Possui 31.768 agricultores familiares, 2.371 famílias assentadas, uma comunidade quilombola e um território indígena. Seu IDH médio é de 0,64.

BACIA DO RIO GRANDE

O Território de Identidade Bacia do Rio Grande, inserido na macrorregião Cerrado, compreende uma área de 75.841,1 km², equivalente a 13,3% do território do estado e engloba 14 municípios. Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas oito unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área

total protegida corresponde a 21% da extensão do TI Bacia do Rio Grande. A maioria das unidades é de uso sustentável, excetuando-se o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, em caráter de proteção integral. Entre as oito unidades de conservação presentes, a APA do Rio Preto é a que mais se destaca, já que abrange uma área de aproximadamente 1.159.412 ha, totalmente inserida no território, seguida da APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, com cerca de 1.028.985 ha.

Os arranjos produtivos rurais mais significativos no TI da Bacia do Rio Grande são o algodão, a avicultura integrada, a bovinocultura, a caprinocultura/ovinocultura, a cafeicultura, a sojicultura e os cultivos de milho e mamona, sendo este último em menor escala. O TI Bacia do Rio Grande representa os maiores números de área plantada e de valor da produção de algodão no estado. A sojicultura é desenvolvida com base na mecanização e utilização de insumos químicos. Seu principal agente responsável é o produtor familiar modernizado, com escala produtiva e com perspectivas favoráveis, uma vez que o próprio mercado sinaliza para uma demanda crescente.

BACIA DO PARAMIRIM

O Território de Identidade Bacia do Paramirim, inserido na macrorregião Semiárido, compreende uma área de 10.155,5 km², equivalente a 1,8% do território do estado e engloba nove municípios. Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas apenas uma unidade de conservação que está parcialmente inserida no território. A área total protegida corresponde a 1,38% da extensão do TI Bacia do Paramirim. A APA Serra do Barbado está contida nos municípios de Érico Cardoso e Rio do Pires, caracterizando-se por ser uma unidade de âmbito estadual para fins sustentáveis.

O TI Bacia do Paramirim possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de mandioca e milho. A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nessa região. O arranjo é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. Os cultivos de mandioca e milho são realizados de forma incipiente e como produção para subsistência, não configurando uma atividade especializada.

SERTÃO PRODUTIVO

O Território de Identidade Sertão Produtivo possui uma população com cerca de 445 mil habitantes distribuídos em 19 municípios, totalizando uma área de 23.550,9 km². A população urbana representa cerca de 80% do total. Em relação às atividades econômicas, tem-se que a administração pública e o

comércio varejista (Guanambi, Caetité e Livramento de Nossa Senhora) constituem-se os principais setores do TI segundo a RAIS. Apesar de o comércio varejista ter o maior número de estabelecimentos no TI, com aproximadamente 52%, é a administração pública que responde pela maior geração de emprego formal. A mineração é uma das principais atividades, com destaque para a produção de urânio em Caetité. Possui grande potencial para a produção de energia eólica. No que tange ao setor agropecuário, destacam-se as produções de manga e maracujá, sorgo e a recuperação da lavoura do algodão.

PIEMONTE DO PARAGUAÇU

O Território Piemonte do Paraguaçu está localizado na porção centro-leste do estado da Bahia, abrangendo treze municípios, com uma área total de 17.791,6 km², o equivalente a 3,5% do território baiano. Em 2010, contava com 265.630 habitantes, 63,52% residindo nas áreas urbanas. Está totalmente inserido na macrorregião Semiárido, sob o domínio da caatinga, com características de clima semiárido e tem como principal bacia hidrográfica a do rio Paraguaçu.

Sua matriz econômica está pautada, assim como os demais territórios de identidade, na exploração dos recursos naturais, com extração mineral e, principalmente, na agropecuária. Entretanto, é o setor de serviços que registra maior participação no PIB regional, com 72,20% no ano de 2010. A participação do TI na composição do PIB estadual foi de apenas 0,95% no mesmo ano. Entre as atividades agrícolas, em sua maior parte desenvolvida em sistema de sequeiro, destacam-se os cultivos tradicionais com alguma especialização.

Apresenta baixos índices de desenvolvimento, em termos de vulnerabilidade social, o que reflete o baixo atendimento à população por serviços essenciais, como saúde e educação. Melhores desempenhos são encontrados nas cidades que exercem papel centralizador, a exemplo de Itaberaba. O setor industrial não é expressivo, participando da estrutura do PIB com apenas 12%. Conta com infraestrutura viária considerável, com presença de importantes eixos integradores, como a BR-242, e grande potencial ao considerar as obras da Fiol e sua integração com a malha rodoviária e com o ramal da FCA que corta o sul do TI.

BACIA DO JACUIPE

O Território da Bacia do Jacuípe engloba catorze municípios em uma área de 10.605,76 km², fazendo divisa com municípios de quatro territórios: Sisal, Piemonte do Paraguaçu, Portal do Sertão e Piemonte da Diamantina. O Território insere-se no bioma da caatinga, sendo caracterizada por um clima semiárido, solos rasos e pedregosos e vegetação rasteira, tendo a barragem do rio Jacuípe, que corta o território e abastece os seus municípios. O TI conta

com instituição de ensino superior privada situada em Ipirá. O território é cortado no sentido leste-oeste pela BR-324, e no sentido norte-sul, pela BR-407.

Na economia, destacam-se a agropecuária (criação de gado bovino e de caprinos, cultura do feijão), e o setor de serviços. O cultivo de mamona é bastante promissor no território, sendo uma alternativa de geração de renda e emprego. Este arranjo não constitui uma atividade especializada, observando-se a ausência de variedades mais produtivas e insumos modernos.

PIEMONTE DA DIAMANTINA

O Território Piemonte da Diamantina é composto por dez municípios, com uma área total de 11.661,4 km², o equivalente a 2,06% do território baiano. Está totalmente inserido na macrorregião Semiárido e é banhado pela Bacia do Rio Itapicurú (Itapicurú Mirim), que representa um importante vetor para o seu desenvolvimento. O clima predominante na região é o semiárido, o bioma da região é do tipo caatinga, com solo do tipo raso e pedregoso e predominância de vegetação rasteira. Apresenta elevadas taxas de urbanização, com alguns municípios acima de 60%. Não apresentou uma grande variação na taxa de urbanização. A população total do território é de 241.501 habitantes, sendo 151.213 habitantes na área urbana e 90.288 na zona rural.

O PIB desse TI corresponde a apenas 0,76% do PIB estadual, sendo concentrado no setor de serviços, que tem 69,76% do total. No setor mineral, verifica-se a extração de arenito, pedras ornamentais, ouro, calcário, barita e rochas ornamentais.

O território concentra uma unidade de nível superior da Uneb em Jacobina com cinco cursos e duas faculdades privadas – administração de empresas e educação – no município de Capim Grosso. Os órgãos estaduais concentram-se em Jacobina.

Na área da saúde, de modo geral, o território apresenta insuficiência na cobertura do Programa de Saúde da Família, com todos os municípios apresentando cobertura inferior à média do estado (60,77%).

Em vulnerabilidade social, predominam municípios com desempenhos ruins nos indicadores de qualidade de vida, condição de vida e condição econômica.

SEMIÁRIDO NORDESTE II

O Território do Semiárido Nordeste II é formada por dezoito municípios e abrange uma área de 16.379 km², representando 2,90% do território estadual. Limita-se ao sul com o Território Agreste de Alagoinhas, ao norte com os de Itaparica; a oeste, com os territórios do Sisal e do Sertão do São Francisco; e a

leste, com o estado do Sergipe. Insere-se no Bioma Caatinga, caracterizando-se pelo clima semiárido, com solos rasos e pedregosos. A irregularidade climática é um dos fatores que mais interferem no desenvolvimento dessa região. Três bacias hidrográficas são identificadas no território, os rios Vaza-Barris, Itapicuru e rio Real, que faz a divisa com o estado de Sergipe. Contempla as Unidades de Conservação APA Serra Branca/Raso da Catarina (estadual), ARIE de Cocorobó (federal) e a Estação Ecológica do Raso da Catarina.

Existe uma Uneb em Euclides da Cunha, e Instituições privadas em Paripiranga e Ribeira do Pombal. É cortado pelas Rodovias BR-110, BR-116 e BR-235. Na economia, merece ser destacada a agropecuária (milho, feijão e mandioca), castanha-de-caju e mel de abelha em Ribeira do Pombal. A população total do território é de 407.964 habitantes, dos quais 224.676 vivem na área rural, o que corresponde a 55,07% do total. Possui 55.761 agricultores familiares, 668 famílias assentadas, três comunidades quilombolas e três territórios indígenas. Seu IDH médio é de 0,58.

LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

O Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano compreende uma área de 14.516,9 km², equivalente a 2,5% do território do estado, e é composto por 22 municípios. Foram identificadas treze unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida têm cerca de 140.426 ha e corresponde a 9,67% da extensão do TI Litoral Norte e Agreste Baiano. Todas as áreas para conservação desse território são de uso sustentável.

Na economia, destacam-se a agropecuária, criação de gado e cultivo de frutas – laranja, maracujá, côco-da-baía, tangerina, abacaxi, melancia, limão e mamão –, a extração petrolífera, a silvicultura (plantio de pinus e eucalipto), as indústrias alimentícias (bebidas), calçadistas e de plásticos, e a do turismo. Possui unidades da Uneb e instituições privadas em Alagoinhas.

PORTAL DO SERTÃO

O Território de Identidade Portal do Sertão, inserido na macrorregião Semiárido, compreende uma área de 10.718,0 km², equivalente a 2,9% do território do estado, sendo formado por 17 municípios, e está inserido no bioma Caatinga. Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas apenas uma unidade de conservação, que está parcialmente inserida no território. A área total protegida está em torno de 33.052 ha e corresponde a 5,69% da extensão territorial do TI Portal do Sertão. A APA Lago de Pedra do Cavalo tem caráter de uso sustentável e é de competência estadual.

Na educação, possui a UEFS e instituições privadas de ensino superior, principalmente em Feira de Santana. É contemplado pelas BR-324 e BR-116.

Na economia, apresenta indústria e setor de serviços; agricultura (grãos, feijão e milho, mandioca, abacaxi, banana, cana-de-açúcar, maracujá); pecuária (bovinos, galinhas, frangos e pintos).

VITÓRIA DA CONQUISTA

O Território de Identidade Vitória da Conquista, inserido na macrorregião Semiárido, compreende uma área de 27.275,6 km², equivalente a 4,7% do território do estado, englobando 24 municípios. Registram-se poucas áreas no território que se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas duas unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida é equivalente a cerca de 52,70 ha, o que corresponde a apenas 0,06% da sua área total.

Na economia, destaca-se a cultura e o beneficiamento do café, comércio de mercadorias e serviços de educação e saúde, indústria (metalúrgico, de minerais não metálicos, moveleiro, químico, plástico, alimentos, bebidas e serviços), extração de manganês, esmeralda, calcário, argila, entre outros minerais.

Na educação, merece ser mencionada a Uesb em Vitória da Conquista (duas unidades da Uesb em municípios de outros territórios – Itapetinga e Jequié), além de instituições privadas em Vitória da Conquista.

RECÔNCAVO

O Território de Identidade do Recôncavo é formado por vinte municípios, compreende uma área de 5.221,1 km², equivalente a 0,9% do território do estado. Muitas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas onze unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida é equivalente a 68.628,25 ha. As unidades de conservação são predominantemente de uso sustentável, com exceção do Monumento Natural dos Cânions do Subaé que é de proteção integral.

Na atividade agrícola, ainda se destacam a produção canavieira e a de fumo, além da introdução de frutas – laranja, limão, maracujá, tubérculos e leguminosas – inhame, aipim e amendoim. Merece destaque a atividade petrolífera, especialmente com a presença da Refinaria Landulfo Alves, que incrementa o PIB do TI.

Abriga a Universidade Federal do Recôncavo e uma unidade da UFBA em Cruz das Almas, com curso de Agronomia, além de uma unidade da UEFS em Santo Antônio de Jesus.

MÉDIO RIO DE CONTAS

O Território de Identidade Médio Rio de Contas, inserido na macrorregião Semiárido, compreende uma área de 9.903,7 km², equivalente a 1,8% do território do estado e engloba 16 municípios. A sua população é de 366.507 mil habitantes e a densidade populacional é de 36,53 hab/km². O percentual da população extremamente pobre, em 2010, foi de 14,3%. Poucas áreas se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas quatro unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida têm cerca de 28.079 ha e corresponde a 2,84% da extensão territorial do TI Médio Rio de Contas. Mais de 95% das áreas protegidas são de proteção integral e, entre estas, a unidade que se destaca é o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova, com uma área de aproximadamente 15.016 ha.

O TI Médio Rio de Contas possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de café e de mandioca. A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nessa região. O arranjo é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira. O cultivo de café é realizado de forma incipiente e sem grande mecanização e insumos muito modernos. O cultivo de mandioca é realizado de forma elementar e como produção para subsistência. Este arranjo não configura uma atividade especializada.

BACIA DO RIO CORRENTE

O Território da Bacia do Rio Corrente é constituído por onze municípios, em uma área de 45.197,04 km², com densidade demográfica de 4,42 hab/km², uma das mais baixas do estado. Faz divisa com os territórios Oeste Baiano, Velho Chico e com os estados de Minas Gerais e Goiás. Insere-se no bioma do Cerrado, caracterizado por um mosaico de tipos de vegetação, solo, clima e topografia bastante heterogênea, apresentando grande diversidade. Identificam-se, no território, as bacias hidrográficas do rio Corrente e do rio Formoso. Possui as Unidades de Conservação Parque Nacional Nascentes do Rio Parnaíba e Grandes Sertões Veredas, ambas federais. Conta com a presença de instituições privadas de ensino superior em Santa Maria da Vitória. É contemplado pela BR-349, que liga Santa Maria da Vitória a Bom Jesus da Lapa; e a BR-430, BA-172 que liga Coribe à BR-242. A sua economia é caracterizada pela agricultura (grãos, soja, arroz e café), produção de frutas (abacaxi, banana, maracujá, manga, entre outras), pecuária (criação de bovinos, frangos, galinhas, pintos), extração de areia, argila, calcário, manganês e pedras de revestimento.

ITAPARICA

O Território de Identidade Itaparica abrange apenas seis municípios da Bahia e também faz divisa com os estados de Alagoas e de Pernambuco. A população total do território é de 301.355 habitantes, dos quais 106.851 vivem na área rural, o que corresponde a 35,46% do total.

O setor industrial é o setor mais importante na região, sendo responsável por 67% do PIB do território, diferentemente do estado e da maioria dos outros TI. O Município de Paulo Afonso é o principal centro de influência regional, derivado principalmente das instalações da Chesf. Além disso, é o único que possui órgãos públicos estaduais e um aeroporto. As rodovias mais importantes para o território são as BR-116, BR-110 e a BA-210. Possui 16.494 agricultores familiares, 2.564 famílias assentadas, nove comunidades quilombolas e 17 territórios indígenas. Seu IDH médio é de 0,67.

PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU

O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru insere-se no bioma Catinga e compreende uma área de 14.123,0 km², equivalente a 2,4% do território do estado, sendo composto por sete municípios. No território, não se registra a presença de unidades de conservação estabelecidas em decreto.

Tem como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovino-cultura e o cultivo de sisal. A caprinocultura/ovino-cultura é incipiente nessa região. O arranjo é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. Basicamente, este arranjo se constitui como uma atividade de fundo de quintal. O cultivo de sisal tem uma produção fundamentalmente familiar, apesar de alguns registros de unidades de produção com natureza empresarial. A maioria das unidades de produção é de pequeno porte, no entanto, a Bahia detém 87% da produção brasileira de sisal, concentrada em sua maior parte na região semiárida baiana. Apresenta atividades de mineração (exploração do cobre em Jaguarari e a exploração das jazidas de Campo Formoso – esmeralda, mármore e cromita. É contemplado pela BR-407 e pela via férrea RFFSA. Possui unidade da Uneb e instituições privadas de ensino superior em Senhor do Bonfim.

METROPOLITANO DE SALVADOR

O Território de Identidade Metropolitano de Salvador, inserido na macrorregião Recôncavo-RMS, compreende uma área de 2.779,2 km², equivalente a 0,5% do território do estado, sendo composto por dez municípios. Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas dez unidades de conservação, que estão total ou parcialmente

inseridas no território. A área total protegida é equivalente a 159.560 ha e corresponde a 57,41% da extensão do TI Metropolitano de Salvador. Todas as unidades de conservação do território são de uso sustentável e apenas duas delas são de competência federal.

Na economia, destaca-se o setor de serviços e comércio, em segmentos como logístico, empresarial, tecnológico, educacional, de saúde, cultural, entre outros. Merecem menção também as atividades industriais, como os segmentos de alimentos e bebidas e confecções, e do setor da construção civil, que sofreu grande expansão recentemente, além do Centro Industrial de Aratu (CIA), que possui empresas dos segmentos químico, metal-mecânico, alimentício, metalúrgico, têxtil, fertilizantes, e de serviços especializados, em especial a logística. Merece destaque também o turismo, especialmente na faixa litorânea.

COSTA DO DESCOBRIMENTO

O Território de Identidade Costa do Descobrimento compreende uma área de 12.132,1 km², equivalente a 2,1% do território do estado, sendo composto por oito municípios. Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas 35 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. Há uma concentração de unidades de conservação na zona litorânea do TI, com exceção das áreas próximas à sede administrativa de Porto Seguro. Aproximadamente 10% da área total do território tem algum tipo de proteção de caráter estadual ou federal, o que totaliza uma área com cerca de 124.796 ha. As áreas protegidas se dividem quase igualmente em uso sustentável e de proteção integral, e, entre elas, se destaca a APA Santo Antônio, de uso sustentável, e que está inserida nos municípios de Belmonte e Santa Cruz Cabrália, contemplando uma área que está em torno 25.848 ha.

No TI Costa do Descobrimento, os arranjos produtivos rurais de destaque são o gado bovino, a heveicultura, a silvicultura e o cultivo de mamão. A bovinocultura da região é representada pela prática de pecuária extensiva e conduzida por pecuaristas semiextrativistas dos recursos naturais. A silvicultura é um arranjo produtivo expressivo no território. Assim como o TI Extremo Sul, para esse território, a percepção, especialmente do setor empresarial, é de que o território é uma das regiões do mundo mais atrativas para implantação de florestas visando à produção de celulose, de melhor produtividade.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

POPULAÇÃO POR DOMICÍLIO: GRAU DE URBANIZAÇÃO

Entre 2000 e 2010, a população da Bahia passou de 13,1 milhões para 14 milhões de pessoas e continua aumentando, em termos relativos, na zona urbana do estado. O grau de urbanização atingiu 72,1, enquanto em 2000 era de 67,0. Os dados confirmam a forte presença da população rural no estado: em 2010, eram 3,9 milhões de pessoas. Entre 2000 e 2010, enquanto a população urbana cresceu em 1,3 milhão, a população rural decresceu em torno de 400 mil pessoas.

Tabela 1

**População, por situação de domicílio, Bahia
2000 e 2010**

Ano	Total	Urbano	Rural	Grau de urbanização
2000	13.085.769	8.769.524	4.316.245	67,0
2010	14.016.906	10.103.022	3.913.884	72,1

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010 – IBGE. Cálculos da SEI

A taxa de crescimento anual na década é inferior à da década passada, revelando uma diminuição na intensidade de crescimento da população no estado. A tabela 2 mostra que a taxa de crescimento geométrico da zona urbana diminuiu de 2,5 na década, de 90 para 1,4 na primeira década dos anos 2000, tendo a taxa do estado diminuído de 1,1 para 0,7 na mesma comparação. Já a

população rural continua decrescendo em termos absolutos, tendo diminuído 1% ao ano entre 2000 e 2010.

Tabela 2

Bahia – Taxa de crescimento geométrico anual da população total, urbana e rural 1991, 2000 e 2010

Taxa de crescimento					
1991/2000			2000/2010		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1,1	2,5	-1,3	0,7	1,4	-1,0

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010 – IBGE. Cálculos da SEI

ENVELHECIMENTO

Com a queda das taxas de crescimento, outra importante mudança na demografia baiana é a do envelhecimento da população, revelando a necessidade de políticas específicas para os próximos anos. A tabela a seguir mostra que em apenas dez anos, a proporção de pessoas de 65 anos ou mais sobre a população menor de 15 anos aumenta de 17,9 para 28,3, com maior incidência na população feminina.

Tabela 3

Bahia – Índice de envelhecimento¹ 2000 e 2010

Ano	Total	Masculino	Feminino
2000	17,9	16,0	20,0
2010	28,3	24,6	32,1

1. População de 65 anos de idade ou mais sobre a população com menos de 15 anos de idade (%).

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010 – IBGE. Cálculos da SEI

COMPOSIÇÃO ETÁRIA

A tabela 4 evidencia que, em paralelo ao aumento dos mais velhos, ou seja, do envelhecimento absoluto, a população jovem diminui, o que acarretará, a médio prazo, mudanças importantes na economia baiana. O próprio padrão agregado de consumo sofrerá mudanças graduais, a partir da redução de gastos educacionais com o Ensino Fundamental, ampliação dos gastos com Ensino médio, técnico e superior, e ampliação de gastos em saúde (Tabela 4).

RAZÃO DE DEPENDÊNCIA E BÔNUS DEMOGRÁFICO

Tais mudanças se refletem na razão de dependência, que é a proporção dos potencialmente dependentes em relação aos potencialmente produtivos:

Tabela 4

Bahia – Proporção da população, por grandes grupos
1991, 2000 e 2010

Ano	Grandes grupos etários (%)		
	0 a 14 anos	15 a 59 anos	60 anos ou mais
1991	39,7	53,4	6,9
2000	32,0	59,7	8,3
2010	25,6	64,0	10,3

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010 – IBGE. Cálculos da SEI

enquanto a redução da participação de jovens atua de modo a diminuir a razão de dependência, o crescimento da presença de idosos atua no sentido de aumentar a dependência. Consta-se que a redução da quantidade de pessoas mais jovens é tão intensa que o efeito suplanta o crescimento absoluto de pessoas mais velhas, fazendo com que a razão de dependência diminua na Bahia de 60,5 para 48,9 entre 2000 e 2010. Esse bônus demográfico é uma vantagem econômica significativa.

Tabela 5

Bahia – Razão de dependência¹
2000 e 2010

Ano	Total	Jovens	Idosos
2000	60,5	51,3	9,2
2010	48,9	38,1	10,8

1. Razão entre a população definida como economicamente dependente (menores de 15 anos de idade e pessoas com 65 anos de idade ou mais) e a população potencialmente produtiva (15 a 64 anos de idade).

Fontes: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 – IBGE. Cálculos da SEI

COR OU RAÇA

A Bahia apresenta uma população predominantemente negra, aqui considerada a agregação da autodeclaração de cor preta ou parda. Em relação a 2000, a participação dos negros aumentou no estado, totalizando 77% da

Tabela 6

Bahia – Proporção da população, por cor ou raça (%)
1991, 2000 e 2010

Ano	Branços	Negros
2000	26,0	74,0
2010	23,0	77,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Cálculos da SEI

população total. Isso provavelmente se deve ao fato de que as políticas afirmativas desenvolvidas na última década estimularam uma proporção maior de pessoas se autodeclararem negros e pardos. É uma mudança mais cultural que demográfica. Isso reforça a necessidade de se manter a atenção e reforçar o planejamento de políticas específicas para esse grupo.

SALDO MIGRATÓRIO

A Bahia continua sendo um estado com saldo migratório negativo, ou seja, o número de emigrantes supera o número de imigrantes. Constatase que, em 2010, 466 mil residentes em outros estados haviam migrado da Bahia a partir de 2005. Desses emigrantes baianos, 215 mil tiveram como destino o estado de São Paulo. Minas Gerais foi o segundo estado a receber baianos entre 2005 e 2010, em torno de 38 mil emigrantes. Por sua vez, São Paulo e Minas Gerais também são os estados de maior origem de imigrantes no período, 90 mil e 21 mil respectivamente. O total de imigrantes de outros estados na Bahia corresponde a 229 mil pessoas, o que resultada num saldo migratório líquido negativo de 237 mil pessoas.

Tabela 7

Bahia – Saldo migratório¹
2005 - 2010

População de 5 anos ou mais	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
2000	17,9	16,0	20,0
2010	28,3	24,6	32,1

1. Excluem-se os migrantes estrangeiros e os que não declararam UF ou município de origem.
Fontes: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 – IBGE. Cálculos da SEI

RELIGIÃO

Outra questão importante deve ser levada em conta na avaliação do perfil da população baiana: as mudanças na religiosidade da população. Primeiro, deve-se pontuar que, apesar de a ideia da Bahia se caracterizar pela presença de sincretismo religioso e de religiões afro, este grupo religioso não é significativo na população do estado. Conforme a tabela 8, somente 46 mil baianos, dos 14,1 milhões, são adeptos do candomblé ou da umbanda. A mudança mais intensa diz respeito ao aumento das religiões evangélicas em detrimento da população católica. Em 1991, apenas 663 mil eram evangélicos, de missão, pentecostais ou outros. Em 2010, esse grupo religioso já totalizava 2,4 milhões de baianos, tendo aumentando em 1 milhão somente na última década. Esse crescimento aconteceu em detrimento da população católica, que

diminuiu em termos absolutos em 1 milhão de pessoas entre 1991 e 2010. Apesar disso, o catolicismo ainda é amplamente dominante no estado, com 9,1 milhões de pessoas se autodeclarando de religião católica apostólica romana na Bahia em 2010. Outro grupo que ampliou participação foram os não religiosos, que somavam quase 700 mil pessoas em 1991 e correspondiam, em 2000, a aproximadamente 1,5 milhão; em 2010 estavam próximos de 1,7 milhão de baianos. É a maior proporção de ateus declarados do país.

Tabela 8

Bahia – População, por grandes grupos de religião
1991, 2000 e 2010

Ano	Total	Católica apostólica	Evangélicas	Espírita	Umbanda e Candomblé	Outras religiosidades	Sem religião
1991	11.867.344	10.198.014	663.399	64.331	13.491	201.112	695.716
2000	13.085.501	9.682.822	1.461.131	105.208	21.733	290.686	1.490.997
2010	14.015.905	9.158.613	2.440.925	157.777	46.499	500.790	1.688.785

Fonte: IBGE-Censo Demográfico. Resultados da amostra.

Obs.: A pequena diferença entre o total e a soma das religiões corresponde aos que não responderam a questão.

SITUAÇÃO SOCIAL

POBREZA E DESIGUALDADE

A partir do governo Lula, com a realização de uma sólida política de transferência de renda, aliada a aumentos reais do salário-mínimo e a períodos de retomada de crescimento, a Bahia passou a experimentar um período de forte crescimento da renda da população, com redução da pobreza e da desigualdade. O rendimento médio da população da Bahia aumentou 41,6% em termos reais entre 2003 e 2011, passando de R\$ 623 para R\$ 881 no período. Na zona urbana, cresceu de R\$ 751 para R\$ 1.006, e na zona rural, passou de R\$ 304 para R\$ 407 entre 2003 e 2011. O crescimento da renda pessoal foi acompanhado também por redução da desigualdade no estado, conforme Tabela 9.

A tabela mostra a renda média por decil da população, ordenados por apropriação de renda. Os 10% mais pobres, com uma renda média de R\$ 30,00, possuíam apenas 0,5% do total da renda na Bahia em 2003, ao passo que os 10% mais ricos, com uma renda pessoal média de R\$ 2.995,00, possuíam 48,1% do total da renda. As variações na participação da renda, entre 2003 e 2011, foram tímidas, apesar de se verificar redução da desigualdade entre os anos, tendo o decil mais rico uma redução na participação, ao passo que os mais pobres cresceram em participação no total da renda do estado. Contudo, verifica-se que todas as classes apresentaram ganhos reais de renda entre 2003 e 2011, com a renda dos mais pobres crescendo a taxas mais elevadas. Os 10% mais pobres apresentaram um crescimento real na renda média de quase 200%, ao passo que os 10% mais ricos apresentaram um crescimento de 29,8%.

Tabela 9Bahia – Rendimento¹ médio pessoal e renda apropriada por decisão da população
2003 e 2011

Decisão da população	2003		2011		Variação do rendimento médio	Variação da renda apropriada
	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada		
1	30	0,5	90	1,0	199,7	111,6
2	105	1,7	184	2,1	76,3	24,5
3	200	3,2	336	3,8	68,2	18,8
4	317	5,1	520	5,9	64,0	15,9
5	365	5,9	545	6,2	49,4	5,5
6	365	5,9	547	6,2	50,0	6,0
7	421	6,8	640	7,3	52,0	7,3
8	573	9,2	853	9,7	48,7	5,0
9	854	13,7	1.211	13,7	41,8	0,2
10	2.995	48,1	3.886	44,1	29,8	-8,3

Fonte: IBGE - Pnad 2003 e 2011. Cálculos da SEI.

1. Foi considerado o rendimento de todas as fontes em valores correntes de 2011.

O Coeficiente de Gini², calculado para a renda domiciliar *per capita*, corrobora a afirmação de redução da desigualdade na Bahia, uma vez que se observa uma queda de 0,586 em 2003 para 0,554 em 2011, conforme Tabela 10.

Tabela 10Bahia – Coeficiente de Gini para distribuição do rendimento domiciliar *per capita*
2003-2011

2003	2011
0,586	0,554

Fonte: IBGE - Pnad 2003 e 2011

Além das variações de renda e desigualdade, verificou-se também a variação da extrema pobreza no estado, a partir do critério do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), definido para o plano do governo federal Brasil sem Miséria. Esse critério leva em conta a renda domiciliar *per capita*, considerando extremamente pobres aqueles que vivem com valor igual ou menor do que R\$ 70,00 mensais por pessoa do domicílio. Para as pessoas que apresentaram renda zero no mês de referência da pesquisa, de acordo com a metodologia mencionada,

2. O Coeficiente de Gini é o índice que mensura distribuição em determinada amostra. Ele varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição, quanto mais próximo de 0, mais equânime é a distribuição observada.

verifica-se a existência de característica de maior probabilidade de pobreza no domicílio, sendo consideradas extremamente pobres as pessoas residentes em domicílio com pelo menos uma das características abaixo:

- sem banheiro de uso exclusivo;
- sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e não tinham fossa séptica;
- em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água;
- em área rural, sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço na propriedade;
- sem energia elétrica;
- com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto;
- om pelo menos três moradores de até 14 anos de idade;
- pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade.

Como a linha de extrema pobreza teve valores com referência em julho de 2010, os valores foram corrigidos pelo INPC, correspondendo a R\$ 49,64 em 2003 e R\$ 75,10 em 2011. A extrema pobreza diminuiu entre 2003 e 2011, com o indicador passando de 19,6% para 9,6% da população total, o que significa que aproximadamente 500 mil pessoas saíram da extrema pobreza no estado da Bahia no período analisado. Na zona urbana, o quantitativo de pessoas em extrema pobreza diminuiu em 739 mil pessoas, passando de aproximadamente 1,3 milhões para 616 mil de acordo com o critério do MDS/IBGE. Com isso, a taxa de extrema pobreza na zona urbana da Bahia declina de 15,1% para 5,9% em 2011. Na zona rural, o número de pessoas abaixo da linha diminuiu em 583 mil, tendo a taxa de extrema pobreza sido reduzido de 32,9% para 22,1%.

Tabela 11

Bahia – Rendimento médio pessoal e renda apropriada por decisão da população 2003 e 2011

Ano	Zona	População extremamente pobre	%	População pobre	%	População total
2003	Urbana	1.355.140	15,1	2.077.850	23,2	8.973.832
	Rural	1.327.773	29,3	1.490.456	32,9	4.527.962
	Total	2.682.913	19,9	3.568.306	26,4	13.501.794
2011	Urbana	616.862	5,9	1.032.853	9,9	10.481.883
	Rural	744.367	19,9	825.587	22,1	3.738.735
	Total	1.361.229	9,6	1.858.440	13,1	14.220.618

Fonte: IBGE - Pnad 2003 e 2011. Cálculos da SEI.

No período, constata-se uma queda substancial do número de pessoas vivendo em situação de pobreza, aqui entendida como pessoas com renda domiciliar *per capita* mensal superior a R\$ 70,00, porém inferior a R\$ 140,00 em valores de 2010. Os limites inferior e superior de definição de pobreza, em valores de 2003, correspondem a R\$ 49,64 e R\$ 99,29. Para 2011, são considerados pobres aqueles que apresentam renda domiciliar *per capita* entre R\$ 75,10 e R\$ 150,82 em valores correntes. A tabela 15 mostra que 1,7 milhões de baianos saíram da pobreza entre 2003 e 2011, que diminuiu de 26,4% para 13,1% da população total do estado. Apesar dos enormes avanços, a Bahia ainda registrava, em 2011, aproximadamente 1,9 milhões de pessoas pobres e 1,4 milhões em condição de extrema pobreza, revelando que ainda há muito que se fazer no enfrentamento dessa questão.

DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Desde 2007, com o início da atual gestão do governo do estado, diversos programas vêm sendo desenvolvidos com o objetivo de atingir e reduzir os índices ligados à violência em todas suas formas, assim como o combate às drogas e à dependência química, com um foco específico no crack.

Faz parte desse conjunto de ações a proteção e garantia de melhor qualidade de vida às populações moradoras de rua, que convivem diretamente com violência, proximidade com as drogas e demais formas de dependência. A recuperação e a inclusão social desses grupos sociais é objeto de ações específicas, como o programa Bahia Acolhe, que visa a garantir proteção social à população de rua nas principais cidades do estado. Em parceria com instituições governamentais e não governamentais, o governo do estado vem buscando proporcionar um conjunto de cuidados e serviços, tendo como condutoras desse processo a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes) e a Secretaria de Justiça, Cidadania e de Direitos Humanos (SJCDH), responsável pelo programa *Crack, é Possível Vencer*.

O Bahia Acolhe busca reduzir e acabar com a situação de vulnerabilidade e risco social, promovendo a autonomia dos moradores de rua. Para isso, divide sua atuação em quatro eixos:

- Vigilância Social: construção de indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidade.
- Abordagem: busca ativa dos moradores de rua e com ações de sensibilização, com o objetivo de construir o processo de saída das ruas, além de possibilitar acesso à rede de serviços e benefícios.
- Acolhimento: busca garantir proteção integral, com repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais.
- Monitoramento: contínuo, para avaliar a eficácia das ações.

A REFORMA AGRÁRIA NOS DEZ ANOS DOS GOVERNOS LULA E DILMA NA BAHIA

O PROCESSO HISTÓRICO

Completados dez anos do governo Lula e Dilma no comando do governo federal, os avanços até aqui alcançados são perceptíveis, todavia ainda se tem um longo caminho a ser percorrido na construção de uma reforma agrária inclusiva, participativa e capaz de mudar a estrutura agrária do país.

A forma de distribuição e acesso à terra no Brasil é, historicamente, desigual: “Primeiro foram as capitâneas hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. As sesmarias estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial”. Em meados do século XIX, com a proximidade do fim da escravidão, foi criada a Lei de Terra no Brasil no ano de 1850. Essa lei passou a definir o acesso à terra somente através da compra e venda em dinheiro, uma forma de impedir o acesso a terras livres e áreas devolutas por ex-escravos, homens livres e emigrantes, que não dispunham de recursos para a compra. O domínio econômico, até então representado pela propriedade de escravos, passa a ser representado pela propriedade da terra, ou seja, a terra se torna o maior símbolo de riqueza nacional e o país passa a se consolidar dentro de uma grande economia agrária.

Grandes transformações ocorreram no país a partir de 1945, podemos citar: a intensificação da industrialização com a redefinição do papel da agricultura na economia, a constituição de um projeto desenvolvimentista e a dinamização dos movimentos sociais que começaram a generalizar-se e perder o caráter local. Nesse contexto, ganha espaço o debate da reforma agrária, sendo justificada tanto pela questão agrária como pela questão agrícola: era necessária a alteração da estrutura de posse e uso da terra, consolidando o espaço das relações capitalistas de produção na agricultura, vista como condicionante para o desenvolvimento das forças produtivas no campo. A ideia era que a alteração da estrutura fundiária e das relações de trabalho viabilizaria o aumento da produção, para abastecimento da população urbana e da própria indústria crescente, e, em paralelo, permitiria que os trabalhadores rurais incrementassem o consumo de bens produzidos na indústria.

Fruto das mobilizações sociais intensificadas no ano anterior, a constituição de 1946 traz o debate em torno da função social da terra. Tal constituição, em seu artigo 147, estabeleceu que: “o uso da propriedade está subordinado ao bem-estar social”. A lei também estabeleceu que, nas desapropriações, as indenizações, além de serem prévias, deveriam ser em dinheiro, dificultando-se a realização da reforma agrária. A partir daquele ano, começaram a surgir no Congresso Nacional os projetos de reforma agrária.

Os fundamentos jurídicos da área agrária no Brasil estão presentes na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra. Essa lei, elaborada em plena ditadura militar, procurou inibir a ação dos diversos movimentos sociais de luta pela terra que surgiam no Brasil. Nesse período, nasce as Ligas Camponesas, que surge como um movimento expressivo contra as relações desiguais de trabalho no campo e de luta pela reforma agrária. Vale ressaltar que, desde o fim do século XIX, a resistência à ordem coronelista e latifundiária já acontecia em Canudos na Bahia, com o líder religioso Antônio Conselheiro.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 184, define que: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária...”. Busca-se, a partir de então, a consolidação de uma política mais efetiva de reforma agrária.

GOVERNO FHC

A reforma agrária no governo FHC, mesmo apresentando números significativos, foi muito criticada pelos movimentos sociais. O modelo neoliberal adotado pelo governo FHC foi reproduzido dentro da política agrária, e os assentamentos, pela pouca estrutura dado pelo governo, começaram a se transformar em grandes favelas rurais. A reforma agrária no governo FHC ficou conhecida como a reforma agrária de mercado e trouxe muitas implicações negativas para a historicidade dos movimentos de luta pela terra. As políticas de criminalização dos movimentos sociais foram uma grande marca desse governo. Para tanto, publicou uma medida provisória na qual adotava uma série de ações com o intuito de impedir o avanço dos movimentos sociais na conquista de uma efetiva reforma agrária.

OS GOVERNOS LULA E DILMA

O governo Lula nasce como uma esperança para enfrentamento da questão agrária brasileira, que durante séculos não encontrou solução efetiva nas políticas governamentais. A pressão exercida pelos movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens), levaram o governo Lula a propor o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA).

O II PNRA apresentou como meta assentar 400 mil famílias. Todavia, ao término do seu primeiro mandato, atingiu apenas 37% do planejado. Já no segundo mandato, os índices foram ainda piores. Com o advento do governo

Dilma, novas expectativas foram criadas pelos movimentos sociais, porém elas foram novamente frustradas.

A correlação de forças dentro do congresso nacional criou uma série de dificuldade para o governo Lula na implementação da reforma agrária. Segundo, para fazer a reforma agrária, é preciso enfrentar a base aliada dos capitalistas/ruralistas presente no Congresso Nacional. Para ele, esse enfrentamento não foi suficiente e, por isso, a maior fatia das terras destinadas para a reforma agrária no governo Lula não tem origem na desapropriação, e sim na regularização fundiária de terras da União. Os Gráficos 1 e 2 mostram o quantitativo de assentamentos e famílias assentadas entre os anos de 1985 e 2011.

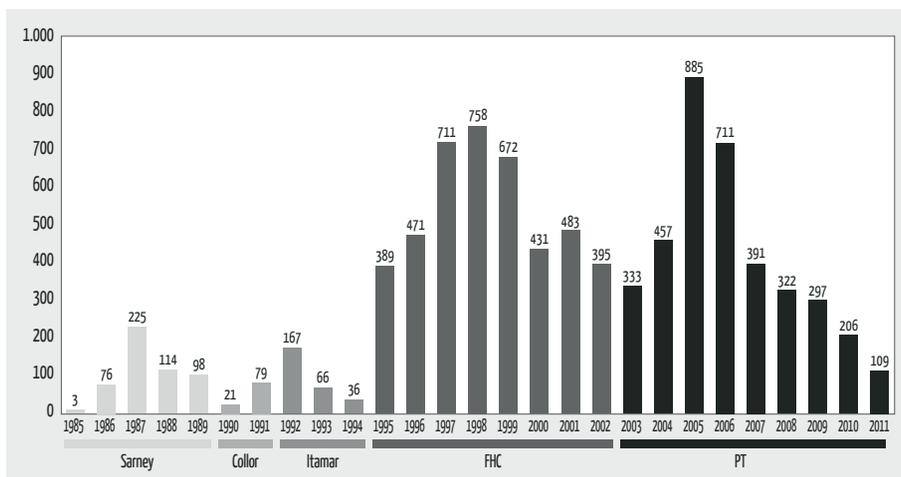
Os governos Lula e Dilma apostaram na qualificação dos assentamentos rurais, elemento importante para a fixação do homem no campo. Mas, para permanecer no campo, é preciso acesso à saúde, à educação, ao saneamento, à luz, ao lazer e também é preciso a ampliação das oportunidades de produção e de geração de renda e riqueza.

O governo, pautado nas diretrizes do II PNRA, buscou um conjunto de ações integradas com enfoque no desenvolvimento territorial sustentável, com o objetivo de assegurar a qualidade dos assentamentos criados antes do referido governo, bem como para os novos assentamentos a serem criados.

O Plano estabeleceu como uma de suas metas “recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica’ das unidades de produção”. Nessa pers-

Gráfico 1

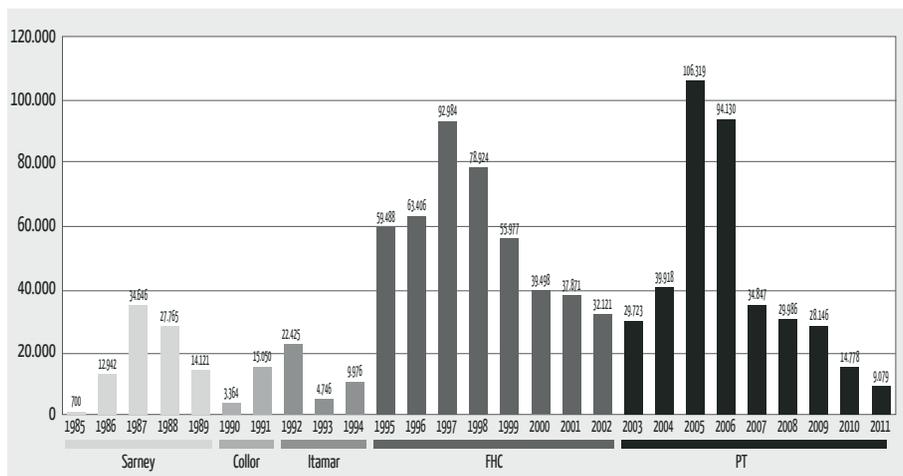
Número de assentamentos rurais criados entre 1985 e 2011



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra/www.fct.unesp.br/nera

Gráfico 2

Número famílias assentadas entre 1985 e 2011



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

pectiva, o II PNRA estabelece o Programa de Recuperação dos Atuais Assentamentos e o identifica entre as diretrizes e estratégias políticas consideradas prioritárias nas ações governamentais.

Nesse sentido, os governos Lula e Dilma investiram em infraestrutura, assistência técnica contínua e planejada e na implementação de projetos produtivos. Os segmentos, antes marginalizados, passaram a ter uma maior valorização, a exemplo das mulheres, dos quilombolas e dos indígenas.

O CASO DA BAHIA

A Bahia, ajustada com a política nacional, segue a mesma linha do governo federal na política agrária. Nessa perspectiva, o Incra/BA construiu o I Plano Estadual de Reforma Agrária. Nele, apresenta um panorama geral do campo no estado, bem como as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar que foram implementadas nos assentamentos de reforma agrária da Bahia. O incremento dessas políticas favoreceu a um desenvolvimento significativo do meio rural no estado.

A peculiaridade apresentada no campo baiano foi muito bem descrita nesse plano, que apresenta o quantitativo de Quilombolas e Fundo de Pasto bastante significativo no estado.

A assistência técnica (Ates) foi reforçada com o objetivo de garantir uma melhor qualidade na produção dos assentados. O acesso ao crédito foi faci-

litado, mas ainda insuficiente para atender a toda demanda. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) vem garantindo a comercialização a um preço mínimo para os agricultores familiares do estado. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao realizar a compra antecipada, contribui para uma venda garantida da produção e um rendimento certo para o homem do campo.

Outros programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são determinantes para a inclusão da produção dos assentamentos rurais dentro do mercado de comercialização. Afinal, como traduz uma palavra de ordem dos movimentos sociais: “se o campo não planta, a cidade não janta”.

Outro avanço significativo observado ao longo desses dez anos de governo Lula/Dilma no estado foi o respeito à ação dos movimentos sociais. Houve uma determinação do executivo, na perspectiva de conduzir a sociedade rumo à descriminalização dos movimentos sociais do campo. As ocupações de terra no estado, as marchas realizadas ao longo das estradas e as diversas formas de mobilização foram respeitadas e seguidas de negociações com os órgãos responsáveis. Vale destacar a importante participação do Incra/BA na resolução dos conflitos.

A Bahia se configura como um dos estados com maior número de acampados na beira da estrada, segundo dados no MST, 25 mil famílias estão aguardando a reforma agrária.

A reforma agrária na Bahia teve um avanço significativo ao longo desses dez anos de governo Lula/Dilma. No ano de 2004, foram criados 71 Projetos de Assentamento, um número recorde para o estado. A Tabela 12 mostra a evolução:

Tabela 12

**Bahia – Projetos de Assentamentos criados
1985-2010**

Ano	Projetos de Assentamento
1985 a 1994	47
1995 a 2002	236
2003 a 2010	289

Fonte: PRRA-BA

Ao considerar a reforma agrária como um processo amplo, que não envolve somente a desapropriação de terra e a criação de assentamentos, o governo do PT estabeleceu uma nova relação com a política agrária no país. Contudo, ainda é preciso um grande investimento nessa área para que haja uma efetiva mudança na estrutura agrária do estado da Bahia.

A estratégia de luta dos movimentos sociais, concentrando as ocupações em territórios do latifúndio improdutivo, pressiona o estado, que responde com uma política de assentamentos. Essa estratégia de luta modifica a estrutura fundiária de alguns municípios, impulsionando novos investimentos de infraestrutura, como habitações, estradas, energia elétrica, escolas, entre outros, reconfigurando a geografia agrária e possibilitando a alteração da correlação de forças com o poder local, uma vez que o campo passa a se empoderar com o resultado da sua luta.

Para a efetivação da política de reforma agrária desejada pelos movimentos sociais, que altere a estrutura política e social no campo brasileiro através da redistribuição da terra, da renda e do poder, será necessária uma conquista ainda maior de espaço político pelas organizações sociais do campo, que viabilize a alteração da correlação de forças e consequente participação nas decisões. Somente dessa forma poderá haver a possibilidade de busca por outros modelos de desenvolvimento.

AGRICULTURA FAMILIAR

Nos últimos dez anos, principalmente com o governo Wagner, a Bahia avançou muito nas ações e políticas de fomento a agricultura familiar, potencializando a inclusão produtiva dos trabalhadores rurais baianos. Os resultados contribuíram para que um grande número de baianos saísse da linha da pobreza.

Alguns resultados entre 2007 e 2013: (1) foram atendidos 422 mil agricultores familiares, com mais de 791 mil atividades operacionais; (2) investidos R\$ 117,4 milhões em assistência técnica, com organizações e movimentos rurais; (3) constituiu-se a Rede Baiana de Assistência Técnica, composta por 51 organizações não governamentais; (4) 5.251 agricultores familiares assistidos tecnicamente e inseridos na cadeia produtiva do leite, com aumento de 176% na produção leiteira, 40% na percentagem de vacas para lactação e 180% na capacidade de suporte das passagens, com 459 propriedades acompanhados em 17 municípios localizados nos Territórios do Extremo Sul, Costa do Descobrimento e Litoral Sul; (5) implantado o Programa de Melhoramento Genético de Bovinos Leiteiros, com inseminação de 6.562 matrizes; (6) distribuídos 93 milhões de alevinos em seis anos, sendo que apenas em 2012 foram 17 milhões em mais de 90 municípios, beneficiando oito mil famílias, o que garantiu a produção de 5,9 mil toneladas de pescada; (7) emitidos e renovados 165 mil carteiras profissionais de pescadores e marisqueiras no registro geral de pesca até outubro de 2012; (8) distribuídos 7.040 equipamentos para auxílio à navegação e beneficiamento de pescado; (9) atendidos 2,7 mil empreendimentos, com 37,7 mil pessoas beneficiadas pelos três centros públicos

de economia solidária em funcionamento (Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista); (10) 74,6 mil contratos apoiados entre 2000 e 2012 por meio do Programa de Microcrédito (CredBahia), no valor de R\$ 124,3 milhões; (11) emitidas 570.505 Declarações de Aptidão do Pronaf (DAP), em 2007 foram emitidas apenas 19.839.

HOMICÍDIOS E VIOLÊNCIA EM GERAL

Nesse âmbito, também encontramos o Programa Pacto Pela Vida, que entre seus objetivos têm ações de enfrentamento ao crack e outras drogas. O programa se configura como uma nova política pública de segurança, cuja característica principal é a sua construção de forma pactuada com toda sociedade e integrada com o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os municípios e a União. Tem como principal objetivo a redução dos índices de violência, tendo como foco a prevenção por meio de ações sociais planejadas para áreas consideradas críticas, com o objetivo reafirmar direitos e dar acesso a serviços públicos à população.

O programa está centrado em algumas ações e atividades:

- Prevenção Social
- Bases Comunitárias de Segurança
- Ações de enfrentamento ao crack e outras drogas
- Meritocracia para as polícias

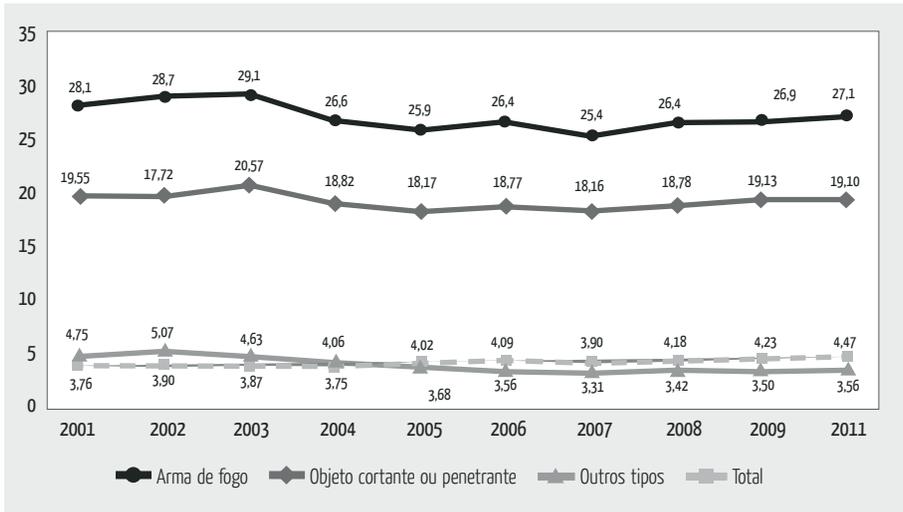
Soma-se às ações de combate ao uso de drogas o compromisso assumido pelo governo do estado da Bahia ao aderir ao Plano Nacional Viver Sem Drogas, inserido no programa Pacto pela Vida. O Viver sem Drogas tem como foco orientar a política pública de prevenção ao uso do crack e outros entorpecentes. O plano tem o objetivo de estruturar uma rede de acolhimento, tratamento e reinserção social de usuários de drogas e apoio às suas famílias e que se atue de forma sistêmica. Além disso, visa promover e fomentar ações de prevenção ao uso de drogas, sobretudo junto à população jovem.

Nas últimas décadas, o sentimento de insegurança foi generalizado no mundo e no Brasil. Por isso, as agendas de segurança pública tiveram posição de destaque nas agendas governamentais em todos os níveis da federação. Nos últimos anos, a taxa de homicídios tem elevado as preocupações dos governos locais de modo a destinarem grandes esforços para atacar o problema. Os Gráficos 3, 4 e 5 são representativas desse quadro grave e agudo.

Diante desse quadro, tem-se buscado construir um modelo de polícia cidadã. Com isso, diversos investimentos têm sido aplicados em infraestrutura, em equipamento, treinamento, preparo técnico e psicológico e na rede

Gráfico 3

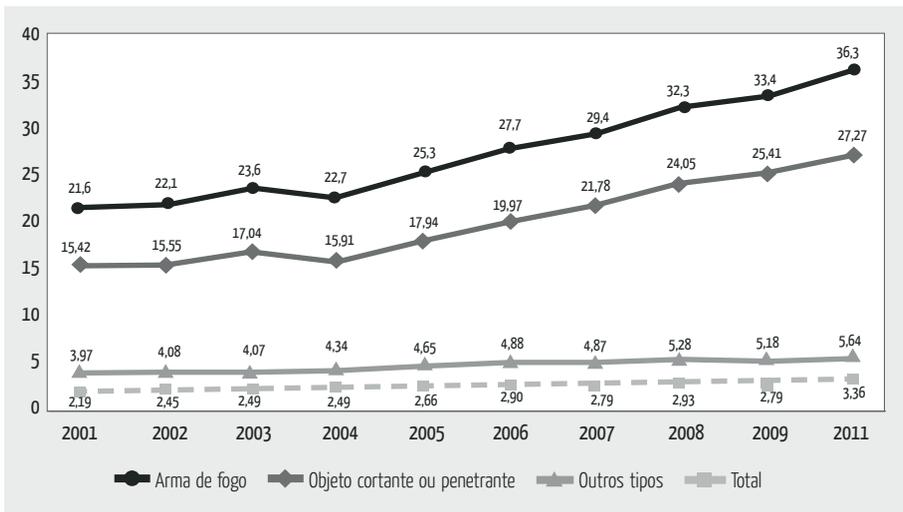
**Brasil – Taxa de homicídio por grupos de causas
2001-2011**



Fonte: DataSUS; IBGE. Elaboração: DPS/SPE/SEPLAN

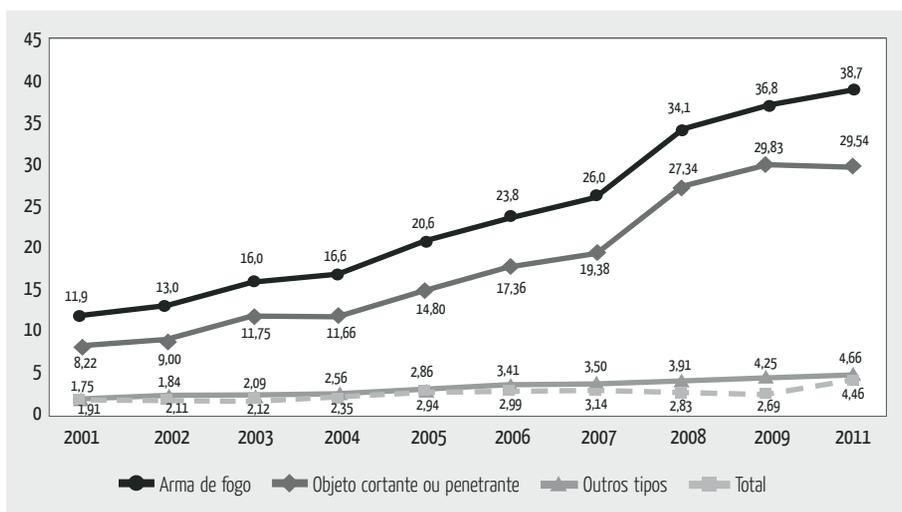
Gráfico 4

**Nordeste – Taxa de homicídio por grupos de causas
2001-2011**



Fonte: DataSUS; IBGE. Elaboração: DPS/SPE/SEPLAN

Gráfico 5

Bahia – Taxa de homicídio por grupos de causas
2001-2011

Fonte: DataSUS; IBGE. Elaboração: DPS/SPE/SEPLAN

de informação para dotar a formação policial de base cidadã e voltada para a garantia dos direitos humanos. Avançando na concepção de uma política pública de segurança, o governo da Bahia implementa um Programa Transversal de Enfrentamento à Violência denominado Pacto pela Vida. Construído de forma pactuada com toda sociedade e integrada ao Poder Judiciário, à Assembleia Legislativa, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, aos municípios e à União, o programa objetiva reduzir os índices de violência. Seu foco de atuação é a prevenção por meio de ações sociais planejadas para áreas consideradas críticas, com o objetivo reafirmar direitos e dar acesso a serviços públicos à população. Sua implementação está centrada em quatro dimensões que articulam ações e atividades: prevenção social, bases comunitárias de segurança, ações de enfrentamento ao crack e outras drogas, meritocracia das polícias.

Pode-se agregar ainda a esses programas e atividades as ações coordenadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, que têm como foco a redução dos índices de violência no estado. Entre eles, destacam-se:

Viver – Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual: visa atender pessoas em situação de violência sexual. O Viver oferece o serviço especializado de assistentes sociais e psicólogos, além de médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem que atendem 24 horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

SAP – Serviço de Atendimento Policial: visa para proporcionar mais rapidez e conforto nos serviços policiais prestados à comunidade, foi inspirado no inovador modelo do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) e organizado em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Serviço Público e Atendimento ao Cidadão (Sesac). O sistema SAP permite que as delegacias informatizadas sejam ligadas ao Sistema de Informações Penais do Ministério da Justiça (Infoseg), tornando possível levantar os antecedentes criminais e mandados de prisão de quem for encaminhado às unidades da polícia a partir da consulta do documento de identidade.

Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: oferece atividades educacionais voltadas à prevenção ao uso de drogas e à violência nas instituições de ensino.

Proad – Apoio a Usuários de Drogas: a iniciativa é voltada aos usuários de drogas que eventualmente tenham sido presos e voluntários que se apresentarem ao programa, sem o risco deles sofrerem qualquer imputação penal. O programa está aberto a pessoas que vêm até a sede do DTE voluntariamente, que não foram presas e que têm problemas e não sabem o que fazer.

BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

EDUCAÇÃO

O governo da Bahia atuou fortemente na melhoria da qualidade da educação, elevando-a ao patamar de emancipadora de pessoas e de ferramenta para o desenvolvimento econômico e social. A valorização dos profissionais da educação assumiu *status* de política estruturante ao lado de outros elementos importantes, como financiamento, gestão democrática e avaliação institucional.

A partir de 2007, foram instituídos programas como o Todos pela Alfabetização (Topa), cuja meta é alfabetizar 1 milhão de pessoas; o Educação Profissional, cuja meta é ampliar a oferta de vagas na rede estadual de educação profissional em 1.000%, bem como de forma territorializada; e o Todos pela Educação, cuja meta é garantir a todos os estudantes da escola pública o direito a aprender, até 2014, e elevar o índice de aprovação para no mínimo 90% nas séries iniciais e 85% nas séries finais do Ensino Fundamental e 80% no Ensino Médio, assegurando que todas as escolas do estado e dos municípios baianos alcancem no mínimo as projeções estabelecidas pelo MEC para o Ideb.

Houve também uma ação articulada entre estado e governo federal que ampliou a rede de universidades e institutos federais na Bahia. As Universidades Federais do Reconcâvo (UFRB), do Sul do Bahia (Ufsulba), do Oeste (Ufoba), do Vale do São Francisco (Univasf), bem como nove Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet) já foram ou estão sendo instalados no estado. Os números a seguir demonstram a efetividade desses programas e ações.

No tocante ao grau de analfabetismo do baiano, os dados revelam um avanço considerável, obtendo uma taxa de 15,4%, um número menor que o registrado em 2000, em 6,2 pontos percentuais, queda superior à registrada no Brasil no mesmo período. Esse valor cresce ainda quando observamos a população rural, que em 2000 registrava 36,3% de taxa analfabetismo e em 2010 reduziu 8,8 p.p, registrando 27,5% no estado da Bahia. Foram 1,15 milhão de pessoas alfabetizadas entre 2007 e 2013.

A distorção idade-série do estudante baiano na rede estadual de ensino reduziu 1 ponto percentual no Ensino Fundamental; e 16,3 pontos percentuais no Ensino Médio entre 2006 e 2010. Políticas de transferência de renda e incentivo à permanência em sala de aula contribuíram de forma central para tal resultado em tão pouco tempo.

Entre 2000 e 2012, houve crescimento do número de matrículas em creches e pré-escola na Bahia. Foram 69.152 matrículas mais em creches e

Tabela 13

Brasil, Nordeste e Bahia – Taxa de analfabetismo das pessoas com 10 anos ou mais por faixa etária 2000 e 2010

Ano	Localidade	Situação do domicílio		
		Total	Urbana	Rural
2000	Brasil	12,8	9,6	27,7
	Nordeste	24,6	18,3	39,5
	Bahia	21,6	14,8	36,3
2010	Brasil	9,0	6,8	21,3
	Nordeste	17,6	13,3	29,8
	Bahia	15,4	10,8	27,5

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2000 e 2010
Elaboração: DPS/SPE/SEPLAN

Tabela 14

Taxa de distorção idade-série da rede estadual, por nível de ensino 2006-2010

Ano	Bahia		Nordeste		Brasil	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2006	49,5	69,4	45,7	67,6	28,6	49,5
2007	48,9	64,3	44,8	63,9	27,7	46,6
2008	38,6	45,6	33,3	43,7	23,8	37,2
2009	45,8	50,9	38,1	48,9	24,8	38,1
2010	48,5	53,1	40,5	50,9	25,0	38,3

Fontes: IBGE/Censos Demográficos 2000 e 2010

Tabela 15

Bahia, Nordeste e Brasil – Número de matrículas da educação infantil
2000-2012

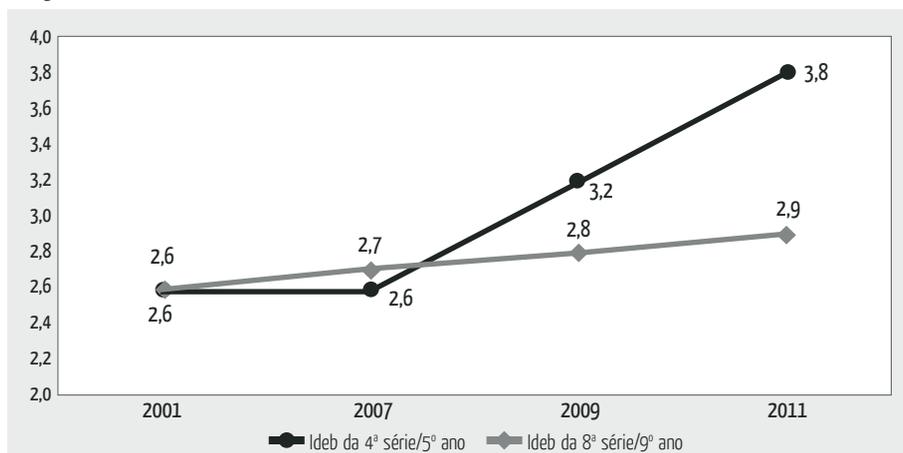
Ano	Bahia		Nordeste		Brasil	
	Creches	Pré-escola	Creches	Pré-escola	Creches	Pré-escola
2000	40.166	271.607	239.800	1.320.845	916.864	4.421.332
2001	53.240	295.582	288.189	1.471.615	1.093.347	4.818.803
2002	57.095	306.340	302.381	1.484.643	1.152.511	4.977.847
2003	58.618	315.111	310.645	1.521.141	1.237.558	5.154.676
2004	71.578	406.700	337.296	1.788.698	1.348.237	5.555.525
2005	73.812	458.281	352.954	1.905.089	1.414.343	5.790.670
2006	81.018	471.314	369.239	1.872.927	1.427.942	5.588.153
2007	90.986	398.196	398.673	1.613.699	1.569.619	4.863.100
2008	95.370	424.038	418.402	1.659.813	1.751.736	4.967.525
2009	95.425	409.346	441.161	1.657.306	1.896.363	4.866.268
2010	95.382	362.963	454.001	1.562.463	2.064.653	4.692.045
2011	102.372	354.628	484.101	1.554.166	2.298.707	4.681.345
2012	109.318	373.375	533.609	1.559.162	2.540.791	4.754.721

Fonte: Inep/MEC

101.768 mais matrículas nas pré-escolas do estado. Esses números representam um crescimento de 64,6% nos números de matrículas da Educação Infantil baiana entre os anos 2000 e 2012.

Gráfico 6

Bahia – Ideb da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano na rede estadual de ensino
2005-2011



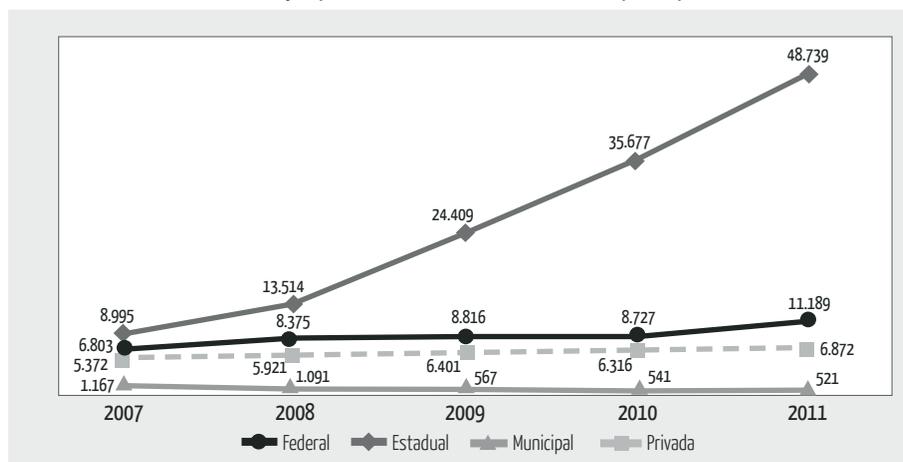
Fonte: Inep/MEC

O Ideb da Bahia apresentou uma melhora significativa. O índice que mede o desenvolvimento da educação nos estados e no país, em 2005, para o 5º ano indicava a marca de 2,6, o mesmo para o 9º ano. Já em 2011, o Ideb para o 5º ano subiu para 3,8, enquanto o 9º ano registrou 2,9.

No âmbito da educação profissional, o número de alunos matriculados cresceu de 8.995 em 2007 para 48.739 em 2011, tornando a rede estadual o principal ofertante de vagas de Ensino Médio profissional na Bahia. São oferecidos na rede estadual de ensino 75 cursos, distribuídos em onze eixos tecnológicos. Hoje, a rede conta com 34 Centros Estaduais de Educação Profissional, 30 Centros Territoriais e 97 escolas de nível médio com educação profissional. Para essa rede de escolas e centros, foram repassados, entre 2006 e 2012, R\$ 43 milhões e investidos cerca de 7 milhões de equipamentos.

Gráfico 7

Número de matrículas de educação profissional técnica de nível médio por dependência administrativa



Fonte: Inep. Censo escolar

Agrega-se a essas iniciativas a execução do Pronatec na Bahia, em que a Secretaria da Educação do Estado da Bahia é entidade demandante e ofertante das ações, executado atualmente pelos parceiros ofertantes IFBA, IFBahiano, Senai, Senac e Senar, além da própria Suprof/Sec, recebendo o segundo maior recurso destinado aos estados, no valor de R\$ 15,8 milhões: oferta de 55 novos cursos de formação inicial e continuada (qualificação profissional); com 5.673 novas vagas em 63 municípios, ofertadas pelos Centros Territoriais (Cetep) e Estaduais (CEEPs) de Educação Profissional.

SAÚDE

O estado da Bahia, nos últimos oito anos, ampliou substancialmente a sua rede de atendimento à saúde da população baiana. Nesse período, foram construídos cinco novos hospitais para rede estadual, assim como foram reformados ou ampliados 36 hospitais. Essas ações possibilitaram a ampliação significativa no número de leitos hospitalares públicos e sua participação no número total de leitos.

Entre 2005 e 2010 na Bahia, a participação dos leitos públicos no total existente teve crescimento contínuo. Entre os leitos existentes, 45,1% são públicos, uma participação 5,1 p.p. maior que o registrado em 2005. Esse crescimento é também observado em relação aos leitos do SUS, em que, em 2005, o setor público era responsável por 46,6% dos leitos e, em 2010, esta participação cresce para 53,5%. Essa relação é proporcionalmente inversa à participação do setor privado, que dentro do SUS perde relevância, saindo de 29,3% em 2005 para 20,3% dos leitos do SUS.

Tabela 16

**Bahia – Proporção de leitos segundo tipo de prestador do serviço
2005-2010**

Ano	Leitos existentes					Leitos SUS				
	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
2005	40,0	24,2	35,7	0,1	31.481	46,6	24,0	29,3	0,1	26.632
2006	41,4	23,1	35,4	0,1	29.016	48,0	23,0	28,9	0,1	24.789
2007	41,9	23,6	34,5	0,1	30.971	48,9	23,7	27,3	0,1	26.295
2008	42,3	23,5	34,2	0,1	31.077	49,6	23,3	26,9	0,1	26.299
2009	43,1	23,3	33,6	0,1	30.695	50,9	23,0	26,0	0,1	25.822
2010	45,1	25,5	29,3	0,1	30.193	53,5	26,1	20,3	0,1	25.336

Fonte: Ministério da Saúde/SAS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNEs)

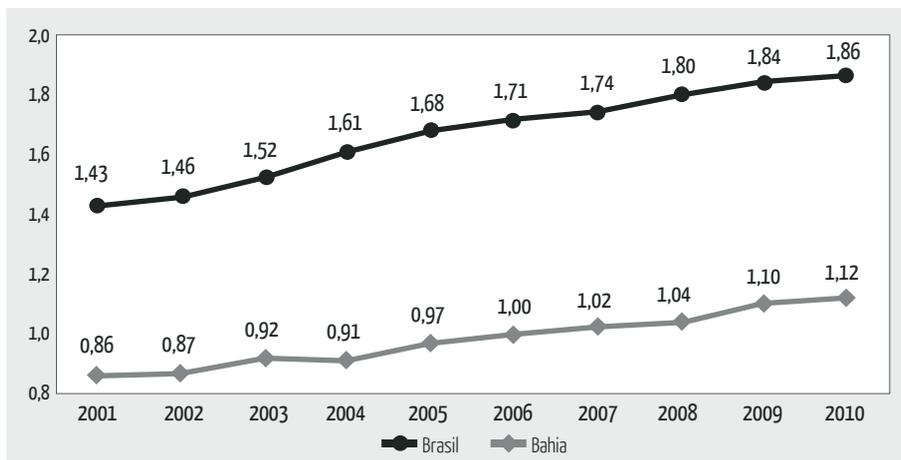
Um segundo dado interessante e que demonstra avanços importantes na execução de políticas públicas de saúde no estado da Bahia é o crescimento da proporção de médicos por mil habitantes no estado. Na última década, o movimento foi progressivo, saindo da marca de 0,86 médicos em 2001 para 1,12 profissionais por mil habitantes. Há que se ressaltar que, mesmo com esse crescimento, o estado ainda está muito atrás da relação observada para o Brasil: em 2010, o número era de 1,86 médicos por mil habitantes (Gráfico 8).

No que se refere à atenção básica, o estado da Bahia, entre os anos de 2006 e 2012, obteve um crescimento de 99% no Incentivo Estadual para o Saúde da Família, partindo de um montante de R\$ 24,6 milhões para cerca de R\$ 50 milhões em 2012. A cobertura populacional estimada, no mesmo período, saiu

51,1% para 63,5% da população atendida pela equipe do Programa de Saúde da Família. Esse resultado é reflexo do aumento no número de equipe alocada no programa, fazendo com que a Bahia atinja a posição de 4º estado que mais cresceu na cobertura de Saúde da Família no Brasil (Gráfico 9).

Gráfico 8

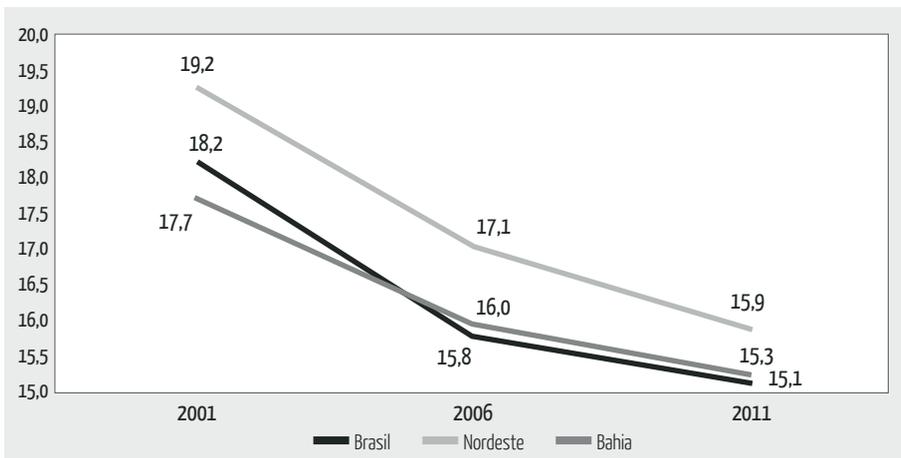
Brasil e Bahia – Proporção de médicos por mil habitantes/ano
2001-2010



Fonte: Ministério da Saúde – IDB 2011

Gráfico 9

Brasil, Nordeste e Bahia – Taxa de natalidade, por mil habitantes
2001, 2006 e 2011



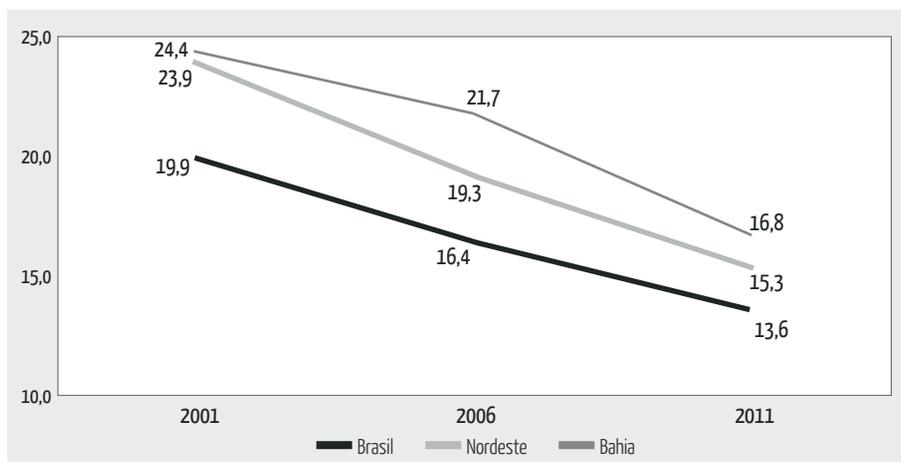
Fonte: Ministério da Saúde – IDB 2011

Essas ações têm reflexo direto em indicadores básicos de saúde, tais como a taxa de natalidade e de mortalidade infantil. O primeiro, pelo maior e melhor esclarecimento e planejamento familiar, e o segundo, pelo tratamento oferecido às mães e recém-nascidos. Em face disso, a taxa de natalidade na Bahia apresenta uma constante queda nos anos 2000, chegando a 15,3% em 2011. Tal registro coloca a Bahia muito próxima do resultado (15,1%) do próprio Brasil e com um desempenho superior ao da Região Nordeste (15,9%).

Se observarmos a taxa de mortalidade infantil, também nota-se um desempenho parecido. No caso, entre 2001 e 2011, uma queda de 7,6 pontos, atingindo no último ano uma taxa de 16,8 para cada mil nascidos vivos. Na região Nordeste, esse número reduziu de 23,9 (2001) para 15,3 (2011), o mesmo movimento é verificado para o Brasil, saído de 19,9 (2001) para 13,6 em 2011.

Gráfico 10

Brasil, Nordeste e Bahia – Taxa de mortalidade infantil
2001, 2006 e 2011



Fonte: Ministério da Saúde – IDB 2011

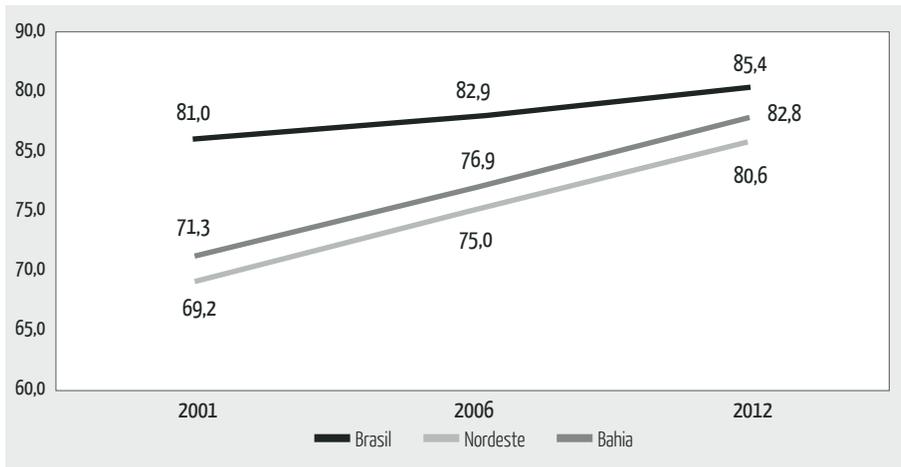
A população baiana também foi, ao longo da década, beneficiada pelos contínuos programas de acesso à água potável e saneamento básico, o que conferiu um novo momento ao estado no que se refere às condições de vida de sua população. Enquanto em 2001 71,3% dos domicílios baianos tinha acesso à rede de água, em 2012 esse número alcança 82,8% dos domicílios (Gráfico 11).

Quando observamos o acesso à rede de esgotamento sanitário, verifica-se que em 2001 apenas 45,2% dos domicílios baianos tinham acesso à rede

de esgoto e, já em 2012, esse número alcança 62,7% dos domicílios, uma marca superior à verificada para o Nordeste, que em 2012 registra 61,9% dos domicílios com acesso à rede de esgoto (Gráfico 12).

Gráfico 11

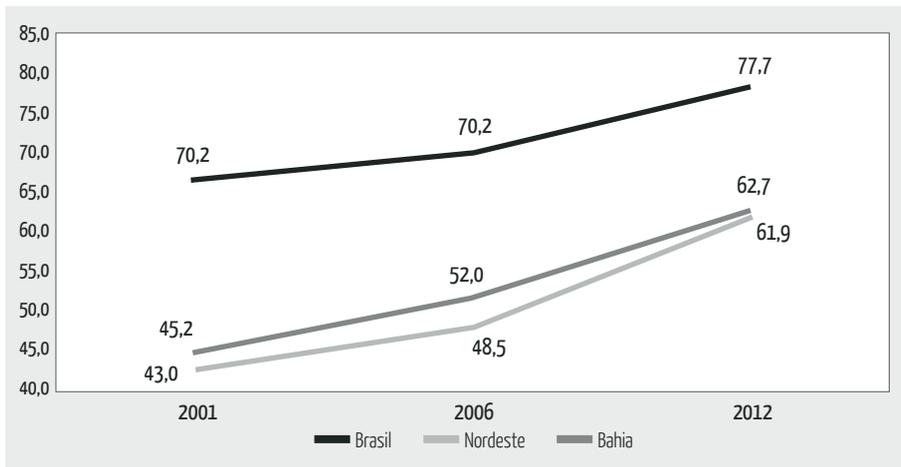
Brasil, Nordeste e Bahia – Proporção de domicílios com acesso à rede de água encanada (%)
2001, 2006 e 2012



Fonte: Ministério da Saúde – IDB 2011

Gráfico 12

Brasil, Nordeste e Bahia – Proporção de domicílios com acesso à rede de esgoto (%)
2001, 2006 e 2012

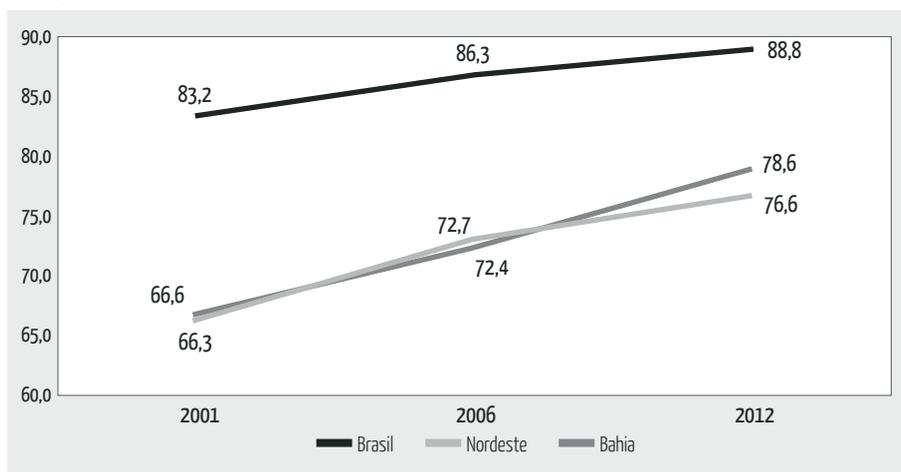


Fonte: Ministério da Saúde – IDB 2011

O mesmo movimento pode ser observado no serviço de coleta de lixo, que alcançou, em 2012, 78,6% dos domicílios baianos. Uma marca superior ao da região Nordeste, que no mesmo período (2011) registrou 76,6% de domicílios com acesso à coleta de lixo.

Gráfico 13

Brasil, Nordeste e Bahia – Proporção de domicílios com acesso à coleta de lixo (%)
2001, 2006 e 2012



Fonte: Ministério da Saúde – IDB 2011

Tais dados refletem um processo também identificado para o Brasil e se mostram amplificados a partir de 2006 com um maior alinhamento de políticas e recursos entre governos federais e estaduais. As ações estão incluídas em diversos programas, tais quais o Água Para Todos (PAT) e o PAC. No primeiro, entre 2007 e fevereiro de 2013, foram beneficiadas mais 4,5 milhões de pessoas no estado. Destes 3,5 milhões de pessoas beneficiadas com abastecimento de água, em 413 municípios, e mais de 1,5 milhões com esgotamento sanitário, 398 municípios. Tais iniciativas envolveram recursos na ordem R\$ 7,7 bilhões.

Já para o PAC 2, foram selecionados obras e projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais, com execução do governo estadual, que somam R\$ 1,4 bilhão. Para resíduos sólidos, somam-se R\$ 8,3 milhões, beneficiando 4,7 milhões de habitantes em 222 municípios.

Entre outras atividades relacionadas, ampliação e requalificação de drenagem e manejo de águas pluviais, de resíduos sólidos, ampliação e requalificação de sistemas de esgotamento urbano, ampliação da coleta seletiva, despoluição da Baía de Todos os Santos etc.

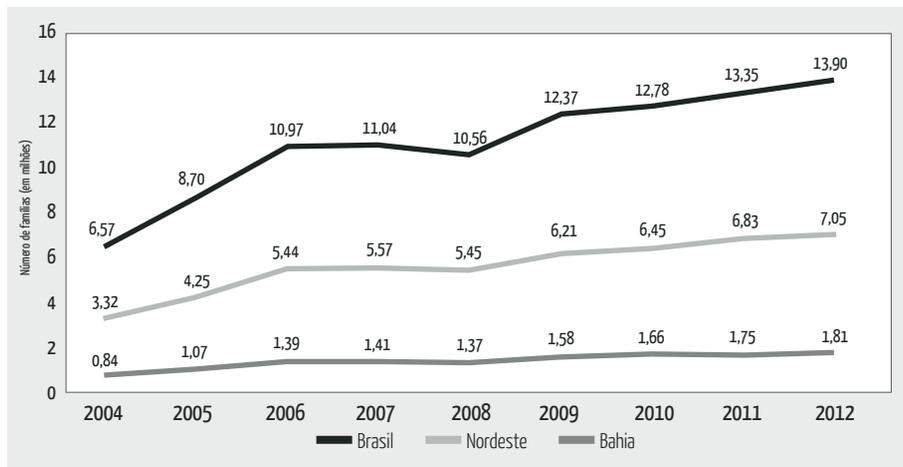
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

BOLSA FAMÍLIA

A política de redistribuição de renda e combate à pobreza são eixos prioritários para o desenvolvimento e crescimento do estado da Bahia. Em função dessa importância, o programa se expandiu gradualmente durante os anos de 2004 a 2012 e passou a atender um número maior que o dobro do inicial, em 2004, que somava 838.963 famílias. Assim, o número de beneficiados em 2012 chegou a 1,8 milhões de famílias.

Gráfico 14

Número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família
2004-2012



Fonte: MDS

Essa evolução foi possível pelo consequente aumento no valor da transferência para o estado. A Bahia, em 2004, recebia 532.684.471 de reais em repasses do programa Bolsa Família, esse número alcança em 2012 a marca de 2,75 bilhões de reais, um recurso cinco vezes maior que o período anterior citado. Durante o período, a Bahia manteve uma média de 25,2% de participação nos volumes de recursos para a região Nordeste e obteve 13,4% das transferências nacionais para o programa (Tabela 17).

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Além do programa Bolsa Família, é importante ressaltar o número de beneficiários e volume de recursos envolvidos no Benefício de Prestação Continuada,

que assegura a transferência mensal de 1 salário-mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo. A Bahia teve, no período entre 2004 e 2012, um contínuo aumento no número de beneficiados, chegando a 363.810 em 2012, com um repasse de 2,64 bilhões de reais para os beneficiários do programa (Tabela 18).

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência social da Bahia tinha, em 2000, um valor total de benefícios de 3,7 bilhões de reais. Em 2012, esse montante registrava R\$18,5 bilhões

Tabela 17

Bahia, Nordeste e Brasil – Valor total das transferências do programa Bolsa Família 2004-2012

Ano	Transferências (R\$ bilhões)		
	Bahia	Nordeste	Brasil
2004	0,53	2,17	3,79
2005	0,75	2,98	5,69
2006	1,01	3,95	7,52
2007	1,20	4,74	8,97
2008	1,42	5,65	10,61
2009	1,66	6,57	12,45
2010	1,94	7,58	14,37
2011	2,26	8,99	17,36
2012	2,75	10,86	21,16

Fonte: MDS

Tabela 18

Bahia, Nordeste e Brasil – Número de beneficiários do BPC 2004-2012

Ano	Transferências (R\$ bilhões)		
	Bahia	Nordeste	Brasil
2004	0,21	0,75	2,06
2005	0,23	0,82	2,28
2006	0,25	0,89	2,48
2007	0,26	0,96	2,68
2008	0,28	1,05	2,93
2009	0,30	1,13	3,17
2010	0,33	1,22	3,40
2011	0,35	1,29	3,60
2012	0,36	1,36	3,77

Fonte: MDS

e representava 27,2% do valor total para a região Nordeste e 6,0% do valor dos benefícios da previdência nacional.

Para responder a tamanho volume de recursos e benefícios, foram inauguradas dez unidades do Centro de Atendimento Beneficiário (Ceprev), num total de 25. Isso significou acréscimo de 66,7%, e ainda foram incluídos 14 Pontos Cidadãos, com cobertura de atendimento de 95,7% dos beneficiários baianos.

Em 2007, foi criada a Superintendência de Previdência para os servidores públicos estaduais. Ela é responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado. Para equacionar *déficit* da previdência, houve uma segregação da massa de segurados em dois fundos, um financeiro (Funprev) e um previdenciário (Baprev).

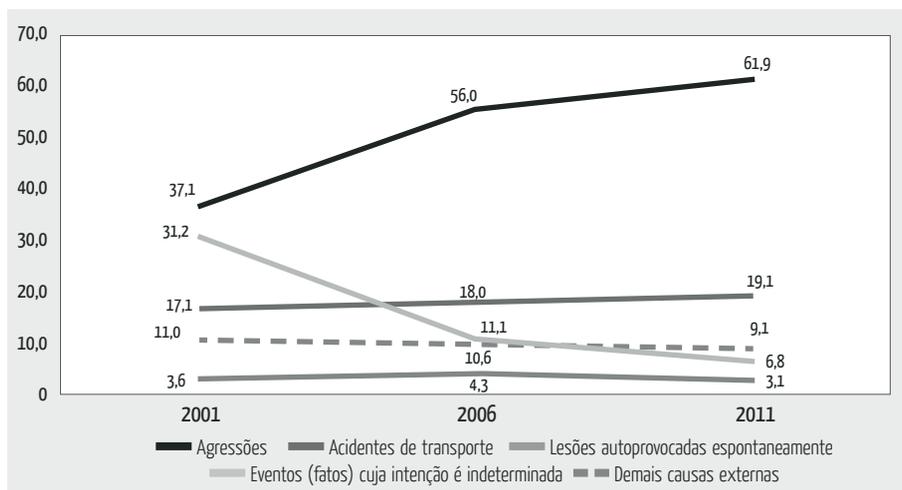
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE À VIOLÊNCIA E AO USO DE DROGAS

Nas últimas décadas, o sentimento de insegurança foi generalizado no mundo e no Brasil. Infelizmente, a Bahia não passou na última década por um processo muito diferente: do total de mortes por causas externas no estado em 2011, 61,9% (população ente 20 e 29 anos) foram frutos de agressões.

Na população mais jovem, essa proporção sobe para 67,5% (15 e 20 anos). Por isso, a agenda de segurança pública teve posição de destaque nas ações de governo.

Gráfico 15

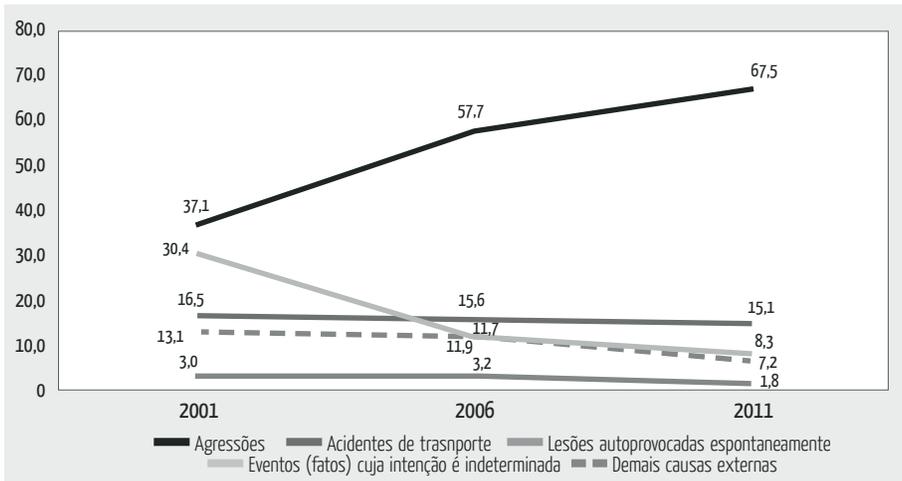
Bahia – Proporção de mortalidade por causas externas na faixa etária de 20 a 29 anos de idade 2001-2011



Fonte: DataSUS

Gráfico 16

Bahia – Proporção de mortalidade por causas externas na faixa etária de 15 a 24 anos de idade 2001-2011

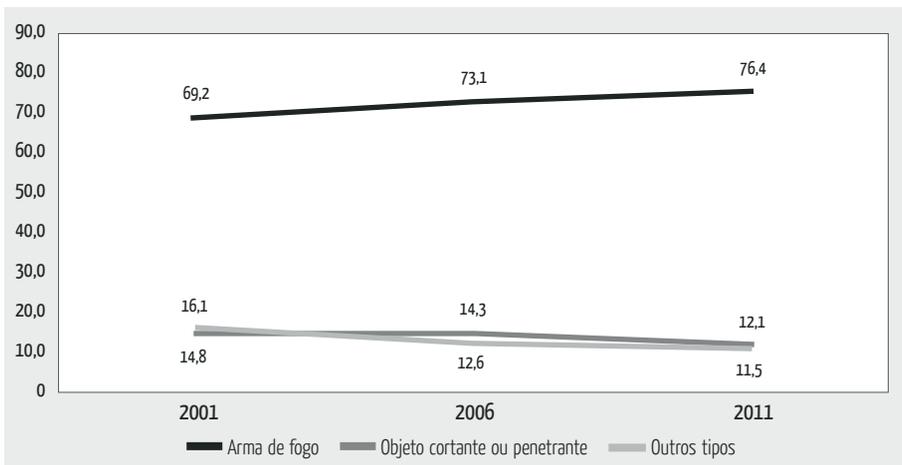


Fonte: DataSUS

Nos últimos anos, a taxa de homicídios tem elevado as preocupações dos governos locais de modo a destinarem grandes esforços para atacar o problema. Na Bahia em 2011, 76,4% dos homicídios foram causados por armas de fogo.

Gráfico 17

Bahia – Proporção dos homicídios por grupo de causa 2001-2011



Fonte: DataSUS

Mais uma vez, vale ressaltar que o programa Pacto Pela Vida se configura como uma nova política pública de segurança, que tem como característica principal a sua construção de forma pactuada com toda sociedade e integrada com o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os municípios e a União. Tem como principal objetivo a redução dos índices de violência. O Pacto tem foco na prevenção, por meio de ações sociais planejadas para áreas consideradas críticas, com o objetivo de reafirmar direitos e dar acesso a serviços públicos à população.

Iniciativas como a estruturação do Sistema de Defesa Social (SDS), implantação do Centro Integrado de Comando e Controle (24 horas), a implantação de onze Bases Comunitárias de segurança (BCS), instalação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e do Serviço de Investigação de Local de Crime já apresentaram resultados, como a redução dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) em bairros que foram instalados as BCSs.

A compreensão de que a violência se enfrenta a partir de um conjunto de ações com vistas à promoção da paz social fez com que a Bahia avançasse na concepção de uma política pública de segurança baseada no modelo de política cidadã. Nesse sentido, o governo criou o Sistema de Defesa Social e o Programa Pacto Pela Vida (Lei nº 12.357/2011).

Essa política pública foi pactuada com toda sociedade e integrada com o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os municípios e a União. Seu objetivo é reduzir os índices de violência, com ênfase na diminuição dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVPs). O foco de atuação do Pacto é a prevenção por meio de ações sociais planejadas para áreas consideradas críticas, com o objetivo reafirmar direitos e dar acesso a serviços públicos à população. Sua implementação está centrada em quatro dimensões que articulam ações e atividades: prevenção social, bases comunitárias de segurança, ações de enfrentamento ao crack e outras drogas e, por fim, meritocracia das polícias. Para tanto, diversos investimentos têm sido realizados em infraestrutura, em equipamento, treinamento, preparo técnico e psicológico e na rede de informação para dotar a formação policial de base cidadã e voltada para a garantia dos direitos humanos.

Soma-se às ações de combate ao uso de drogas o compromisso assumido pelo governo do estado da Bahia ao aderir ao Plano Nacional Viver Sem Drogas, também inserido no programa Pacto pela Vida. O Viver sem Drogas tem como foco orientar a política pública de prevenção ao uso do crack e outros entorpecentes. O plano tem o objetivo de estruturar uma rede de acolhimento, tratamento e reinserção social de usuários de drogas e apoio às suas

famílias que atue de forma sistêmica. Além disso, visa promover e fomentar ações de prevenção ao uso de drogas, sobretudo junto à população jovem. Os programas e atividades listados nas páginas anteriores atuam fortemente na redução dos índices de violência.

SETORES VULNERÁVEIS - LGBT E OUTROS

De janeiro a dezembro de 2011, foram denunciadas 6.809 violações de direitos humanos contra LGBT, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Um dado interessante das estatísticas é o maior número de suspeitos em relação ao de vítimas. A diferença é de 32,8%, o que sugere o caráter de violências cometidas por mais de um agressor ao mesmo tempo: grupos de pessoas que se reúnem para espancar homossexuais é um exemplo comum desse tipo de crime.

No ano de 2011 no Brasil, foram reportadas 18,65 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia. A cada dia, durante o ano de 2011, 4,69 pessoas foram vítimas de violência homofóbica reportada no país.

Tabela 19

Vítimas por orientação sexual, por estado

Estado	Gay	Travesti	Lésbica	Bissexual	Hetero	Total
São Paulo	14	28	1	2	0	45
Pernambuco	23	8	2	0	0	33
Bahia	20	3	5	0	1	29
Paraíba	8	6	5	0	0	19
Paraná	7	11	0	0	0	18
Alagoas	15	3	0	0	0	18
Piauí	9	4	2	0	0	15
Amazonas	10	4	1	0	0	15
Pará	10	4	0	0	0	14
Ceará	9	5	0	0	0	14

Fonte: Relatório de Assassinatos de Homossexuais - Grupo Gay da Bahia (GGB) - 2012

Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), o número de indivíduos assassinados, vítimas de homofobia na Bahia em 2012, totaliza 29 vítimas. Entre estes, os gays são proporcionalmente o maior número, com vinte assassinatos registrados. Entre esses registros, encontra-se o assassinato de um jovem heterossexual confundido como gay. Entre os estados brasileiros, São Paulo tem o maior número de assassinatos (45 vítimas), a Bahia é o terceiro estado em número de assassinatos (Tabela 20).

Tabela 20**Vítimas por milhão de habitantes, por estado**

Ano	Vítimas/milhão
Alagoas	5,69
Paraíba	4,98
Piauí	4,75
Sergipe	4,26
Pernambuco	3,69
Rio Grande do Norte	3,10
Bahia	2,05
Ceará	1,63
Maranhão	0,74
Nordeste	2,82

Fonte: Relatório de Assassinatos de Homossexuais – Grupo Gay da Bahia (GGB) – 2012

Os dados apresentados apontam que em relação à proporção por habitantes o estado da Bahia tem media abaixo da região Nordeste, com 2,05 vítimas por milhão de habitantes. E Salvador é a sétima capital do país com maior índice de vítimas por milhão de habitantes, com dez vítimas e 3,69 por milhão.

Tabela 21**Vítimas por milhão de habitantes**

Estado	Município	Crimes	População	Crimes/milhão
Piauí	Teresina	13	830.231	15,66
Paraíba	João Pessoa	10	742.478	13,47
Alagoas	Maceió	10	953.393	10,49
Rio Grande do Norte	Natal	7	817.590	8,56
Amazonas	Manaus	14	1.861.838	7,52
Pará	Belém	7	1.410.430	4,96
Bahia	Salvador	10	2.710.968	3,69
Ceará	Fortaleza	7	2.500.194	2,8
São Paulo	São Paulo	12	11.376.685	1,05

Fonte: Relatório de Assassinatos de Homossexuais – Grupo Gay da Bahia (GGB) – 2012

Em consonância com as ações executadas de forma nacional para o segmento LGBT – tal qual o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e DST entre Gays, HSH e Travestis em 2007; em 2010, a criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

(LGBT), o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) –, a Bahia iniciou as atividades do Comitê Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Entre outras políticas implantadas para a promoção e defesa dos direitos dos LGBTs, estão:

- o Comitê Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;

- a Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça, que veda a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo;

- a Portaria Conjunta Saeb/SJCDH em 2012, assegurando aos servidores públicos travestis e transexuais o direito à escolha de utilização do nome social nos atos, procedimentos e processos;

- o Tripé da Cidadania: consiste na criação de um Conselho, transformação do Núcleo LGBT em Coordenação, e a criação do Plano Bahia Sem Homofobia;

- a Campanha LGBT “Defenda a Vida, Denuncie a Homofobia” (ganhadora do Prêmio Bahia Recall 2013);

- a Agenda de ações de fortalecimento e Combate a Homofobia no “Maio da Diversidade LGBT”;

- o Projeto NETP e LGBT Itinerante: núcleos LGBT e de enfrentamento ao tráfico de pessoas se propuseram a apresentar palestras nas escolas da capital e do interior do estado afim de prevenir e conscientizar a população e principalmente os adolescentes a respeito da homofobia e do tráfico de pessoas;

- a inspeção nos pontos de trabalho das travestis e transexuais;

- a capacitação da polícia para atender às demandas do segmento LGBT.

ECONOMIA DO ESTADO

A ECONOMIA BAIANA DA FORMA COMO A CONHECEMOS

A história econômica recente da Bahia, analisada por meio de sua evolução no decurso dos últimos 60 anos, revela o caráter industrialista adotado pela esfera governamental no anseio de promover uma transformação nas bases de sua estrutura produtiva. O caminho identificado para alcançar tal objetivo nunca foi original e sempre esteve direta ou indiretamente relacionado a algum tipo de política de isenção fiscal, usada há algum tempo como mecanismo para atrair agentes econômicos e dinamizar a economia.

Na época em que o planejamento realmente era um instrumento para o desenvolvimento e em que predominava a ideia de que o estado não era considerado o causador das mazelas da sociedade contemporânea, a Bahia logrou um grande processo de industrialização fomentada por ações desenvolvimentistas da esfera estatal, que encontrou seu apogeu no fim dos anos 1970 com a criação do maior complexo petroquímico da América Latina.

A partir do fim dos anos 1980, sem poder contar mais com o apoio do Estado na dinamização das economias menos favorecidas, coube aos Estados subnacionais procurar desenvolver um processo autônomo na condução do planejamento econômico. Aqueles que haviam avançado no processo de acumulação capitalista conseguiram manter o *status* dominante. Os outros, excluídos historicamente desse processo, tiveram que abrir suas economias ao capital estrangeiro, sobretudo, através dos incentivos fiscais.

No decorrer da década de 1990, com o avanço do ideário neoliberal, representado historicamente pelo Consenso de Washington, o governo federal se absteve de promover políticas industriais e regionais, rompendo definitivamente com o modelo de cunho desenvolvimentista.

As economias regionais menos desenvolvidas, que necessitavam de uma presença mais expressiva por parte da União através de políticas públicas, foram prejudicadas pela adoção desse novo paradigma. A menor capacidade em atrair capitais em relação ao eixo dinâmico da economia brasileira, localizado no Sul e Sudeste do país, tornava a possibilidade de ocorrer um processo de involução industrial um risco evidente para as regiões periféricas do Brasil.

Diante desse quadro, restou a estados como a Bahia, menos favorecidos pelo ambiente econômico interno, utilizarem estratégias como a guerra fiscal para atraírem investimentos, minimizando dessa forma os prejuízos causados pelo modelo de desenvolvimento preconizado pelo neoliberalismo.

A preocupação em diversificar a estrutura produtiva da Bahia podia ser constatada nos esforços claros de promover os investimentos em diversos segmentos da indústria. A concentração, no entanto, da maior parte do volume dessas inversões na RMS contribuiu para intensificar o processo de centralização econômica que já era bastante expressivo. Os entraves à dinâmica de redimensionamento da espacialização produtiva baiana residiam na insuficiência de infraestrutura, nas pressões políticas regionais e nas dificuldades de acesso aos mercados, principalmente internacionais, de uma parcela considerável dos territórios do estado.

A evolução econômica da Bahia sempre apresentou um perfil de pouca diversificação, o que resultou numa relação de extrema dependência das oscilações de um grupo restrito de mercadorias no cenário internacional. A distribuição espacial das atividades produtivas baianas ocorreu a partir do entorno da cidade de Salvador e espalhou-se pelo Recôncavo e pela zona costeira, em direção ao sul do estado, impulsionada pelo crescimento e a consequente expansão da cultura cacaueteira no transcurso da primeira metade do século XX. Essa mudança resultou em um cenário dinâmico, diverso do que havia predominado até aquele momento em termos de organização espacial da estrutura produtiva. Os reflexos oriundos dessa transformação, contudo, não alteraram o cerne do modelo econômico vigente, que era traduzido em pouca diversificação econômica e excessiva centralização territorial das riquezas.

COMPOSIÇÃO SETORIAL

A introdução de novos segmentos industriais (automobilístico, papel e celulose, calçadista, entre outros) e a expansão de outros setores já existentes per-

mitiram alguma diversificação da economia baiana, contribuindo para ampliar o rol de produtos – tanto aqueles voltados ao comércio internacional quanto os direcionados ao mercado interno – refletindo um novo panorama na economia do estado. Este processo teve forte impacto sobre a estrutura econômica da economia baiana, quando o setor primário deixou de ser o “carro chefe” da acumulação, perdendo lugar para a indústria, como pode ser visto na Tabela 22:

Tabela 22

**Bahia – Composição setorial do Produto Interno Bruto (PIB)
1960-2010**

Ano	Setor primário (%)	Setor secundário (%)	Setor terciário (%)
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1975	30,7	27,5	41,8
1980	16,4	31,6	52,0
1986	18,2	43,2	38,6
1990	15,2	31,9	52,9
1992	9,7	36,3	54,0
2000	8,8	28,9	62,3
2010*	8,6	32,2	59,2

Fonte: CPE, CEI, SEI

* Dados sujeitos a retificação.

A maior constatação para tentar compreender a evolução da economia baiana é a de que a dinâmica do desenvolvimento capitalista não “respeita” a divisão política e administrativa de um Estado subnacional. O que se observou, em termos da configuração espacial da economia que ocorre nos limites políticos e administrativos, é uma regionalização “perversa” do ponto de vista da integração territorial e do ponto de vista da gestão governamental do território. Isso porque a inserção do território baiano na dinâmica do grande capital nacional e internacional se deu, e ainda se dá, de maneira concentrada na fronteira agrícola, de forma tardia em relação aos demais centros econômicos localizados fora da região Nordeste.

O processo de desenvolvimento econômico da Bahia se deu de forma espasmódica e exógena (Guerra & Teixeira, 2000), vindo de fora para dentro, da expansão dos centros mais dinâmicos do país, condicionando nossa economia à necessidade de maior crescimento da indústria de bens finais de São Paulo. A forma como se deu essa evolução econômica, que foi alicerçada nas teorias econômicas de lugares periféricos e que conferiu à industrialização uma condição necessária para o desenvolvimento, praticamente condenou a Bahia a se

especializar na produção de insumos, respeitando os preceitos mundialmente aceitos das vantagens comparativas e competitivas na determinação das relações econômicas de produção. Num tempo em que o Estado podia bancar o processo de desenvolvimento econômico das diferentes regiões, a estratégia industrialista ao menos inseriu a Bahia na matriz industrial brasileira e deu uma sensação de integração econômica com a possibilidade de criação de externalidades para toda a economia baiana. Porém, não houve a formação de polos de desenvolvimento, a integração da atividade econômica entre a RMS e o interior do estado não aconteceu e a especialização produtiva não logrou êxito para a consolidação industrial da Bahia.

CRESCIMENTO DO PIB

O desempenho da economia baiana nos três últimos anos já demonstra que, pelo terceiro ano consecutivo, a economia baiana supera a nacional.

Tabela 23

Bahia e Brasil – Crescimento anual do PIB
2007-2012

Ano	Bahia	Brasil
2007	5,27	6,09
2008	5,20	5,63
2009	-0,60	-0,30
2010	6,60	7,50
2011	4,10	2,70
2012	3,10	0,90
2013	3,00	2,30

Fonte: SEI / Base 2006

Veremos mais adiante que essa perspectiva tende a se consolidar em face dos pesados investimentos, públicos e privados, que ora estão sendo aportados na economia baiana.

POLOS DINÂMICOS

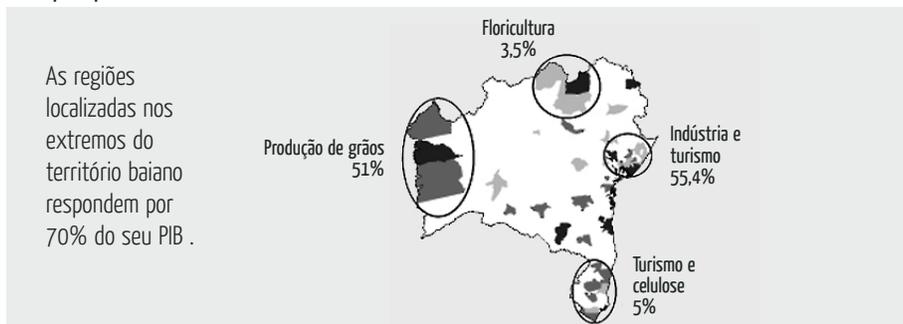
Na economia baiana, existe uma fraca relação entre as áreas dinâmicas, reforçando a existência de uma configuração espacial com um grande vazio, que é a região semiárida, conforme o mapa 1. Em linhas gerais, do ponto de vistas da dinâmica socioeconômica e sua relação espacial, observa-se, no estado da Bahia, três grandes áreas: o Litoral, o Oeste e o “miolo” ou o Semiárido, cada uma com características específicas.

Os “polos dinâmicos” da economia baiana estão concentrados nas fronteiras do território (Litoral, Oeste e limites estaduais) e estabelecem poucas relações entre si, sendo atividades basicamente voltadas para o mercado externo, com alguns polos de serviços e turismo. Dentre os polos mais relevantes, destacam-se os municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), articulados com Feira de Santana e com os municípios de Alagoinhas, Catú e Pojuca (RMS ampliada) como centro industrial e econômico do estado; o extremo sul, com o turismo em Porto Seguro e adjacências, abrangendo os municípios de Eunápolis, Belmonte e Mucuri, cuja atividade relevante é a produção de papel e celulose; o cerrado baiano – localizado no extremo oeste do estado –, onde o cultivo de grãos, nos moldes do agronegócio globalizado, determina o vetor de crescimento dessa região; a região de Juazeiro, importante centro logístico, e que agrega valor ao PIB estadual com atividades de fruticultura; Vitória da Conquista, Itabuna e Jequié, como polos de serviços; e Ilhéus e Itabuna, como polo de produção de cacau, cada vez mais decadente e com menor expressão na pauta de exportações do estado (atualmente as exportações de cacau e derivados ocupam a décima posição no *ranking* das exportações baianas).

O “miolo” ou o Semiárido, que representa dois terços do território baiano e onde moram 43% da população do estado, é pobre economicamente – sua base produtiva é uma agricultura familiar não capitalizada, operada sob e as condições climáticas adversas para a prática agrícola não tecnificada, necessitando de investimento em capital e externalidades para o seu desenvolvimento. Entretanto, vale salientar, que se encontram nessa região “ilhas de desenvolvimento” ou de “modernidade” e locais com “vantagens competitivas naturais”, a exemplo da extração de minerais como urânio e minério de ferro; turismo na Chapada Diamantina e algumas áreas com uma agricultura familiar irrigada e cooperada.

Mapa 2

Principais polos dinâmicos na Bahia



Fonte: SEI, 2010

Outro importante aspecto na caracterização da economia baiana relaciona-se à sua inserção na divisão regional do trabalho no Brasil e a forma de participação da sua economia nesse processo, ou seja, a forma como os fluxos econômicos, que atuam nos seus limites geográficos, se articulam com o centro dinâmico do capitalismo brasileiro e com outros no plano internacional.

De maneira sintética, pode-se descrever a inserção da economia baiana na divisão nacional do trabalho da seguinte forma: a) o estado da Bahia é um centro de geração de divisas para o país com o agronegócio e o turismo; b) é produtor de bens intermediários e matérias-primas para a indústria instalada no Sudeste do país; c) é um grande mercado consumidor de produtos finais vindos das regiões Sudeste e Sul do país; d) apesar da forte retração nos processos migratórios, ainda é fornecedor de mão de obra, agora mais qualificada.

A despeito dessa caracterização marcada pela concentração espacial e setorial, a economia baiana apresentou uma grande expansão no Produto Interno Bruto ao longo da década de 2000. Se tomar como base o período 2003-2012, o PIB da Bahia acumulou uma expansão de 48,7% em termos reais, crescendo, inclusive, ligeiramente acima da média nacional nesse período, que acumulou aproximadamente 42,1% de expansão. Esse crescimento do PIB baiano acima da média nacional evidencia que as estratégias econômicas e políticas planejadas para aumentar o dinamismo econômico do estado surtiram o resultado esperado. As políticas econômicas do então governo Lula promoveram uma valorização na massa de salários, geração recorde de empregos no país e um aumento no poder de aquisitivo das classes C e D, com fortes repercussões na demanda agregada e no crescimento econômico do país. Os estados que como a Bahia possuíam um grande contingente de sua população nesses extratos de rendas conseguiram apresentar maior dinamismo no PIB apoiado na elevação do consumo e na estabilidade econômica. Assim, o crescimento diferenciado da economia baiana se deu pelos seus vetores internos diretamente ligados às cadeias do agronegócio, turismo e serviços e também pela melhoria de renda de parte considerável da população do estado.

FINANÇAS PÚBLICAS E ENDIVIDAMENTO

A atividade econômica na Bahia tem evoluído com base na atração de novos empreendimentos, em praticamente todos os setores, diversificando a sua matriz produtiva. Nesse sentido, tomando como referência o ano de 2002, observa-se que, daquele ano até 2009, a Bahia registrou crescimento econômico de 32,7% e, até 2012, de 48,7%.

Entretanto, conforme se pode observar na tabela 24, quando comparamos a arrecadação de ICMS como proporção do PIB, tem-se, ao longo do período,

redução na participação da arrecadação em relação à geração de riquezas. Isso significa que o processo de crescimento econômico, a partir da expansão das atividades produtivas, não foi acompanhado pela expansão na arrecadação do principal imposto estadual. Tal fato se explica pela opção de se isentarem as empresas que se instalaram na Bahia pela via política de incentivos fiscais.

Tabela 24

Bahia – PIB e arrecadação de ICMS
2002, 2009 e 2012

Ano	ICMS	PIB	ICMS/PIB
2002	5.153.876	60.671.843	8,49%
2009	10.142.841	137.074.671	7,40%
2012	14.507.029	186.411.475	7,78%

Fonte:

Apesar da redução na participação da arrecadação de ICMS, quando comparamos a receita líquida com a dívida consolidada líquida, observa-se melhora ao longo do tempo. A dívida corresponde ao montante total das obrigações financeiras, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme os dados da tabela 25, em 2002 a dívida consolidada líquida correspondia ao dobro da receita corrente líquida³, demonstrando um possível processo de insolvência do estado. Já em 2012, o valor da receita corrente líquida correspondeu a duas vezes o da dívida consolidada, conforme balanço estadual, implicando em significativa melhora das contas públicas estaduais, a despeito do arrefecimento de ICMS como proporção do PIB.

Tabela 25

Bahia – Receita corrente de dívida consolidada
2002, 2009 e 2012

Ano	Dívida consolidada líquida	Receita corrente líquida
2002	12.156.457	6.693.303
2009	9.234.947	14.671.427
2012	10.617.350	21.624.181

Fonte: Demonstrativo da dívida consolidada líquida 2002/2009/2012

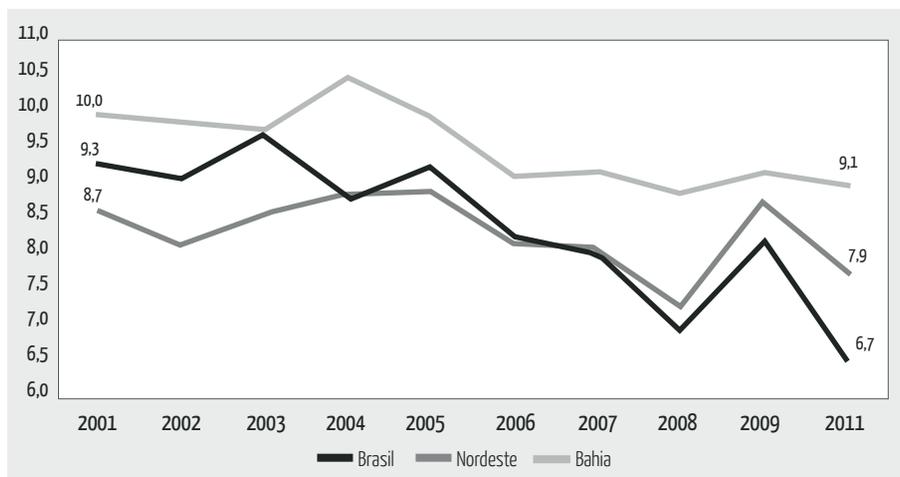
3. Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos principalmente os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, aos estados e municípios, no caso da União, e aos municípios, no caso do estado, consideradas ainda as demais deduções previstas na lei.

MERCADO DE TRABALHO

Em termos gerais, podemos afirmar que o mercado de trabalho na Bahia apresentou uma evolução positiva entre 2003 e 2011, sendo observado no período: crescimento da ocupação; redução da taxa de desemprego; crescimento da renda real do trabalho; redução da informalidade; maior participação das mulheres no mercado de trabalho; elevação da escolaridade do trabalhador, entre outros. O Gráfico 18 mostra a taxa de desemprego do Brasil, da região Nordeste e da Bahia.

Gráfico 18

Brasil, Nordeste e Bahia – Taxa de desemprego
2001 a 2011



Fonte: Pnad 2001 a 2011 – IBGE

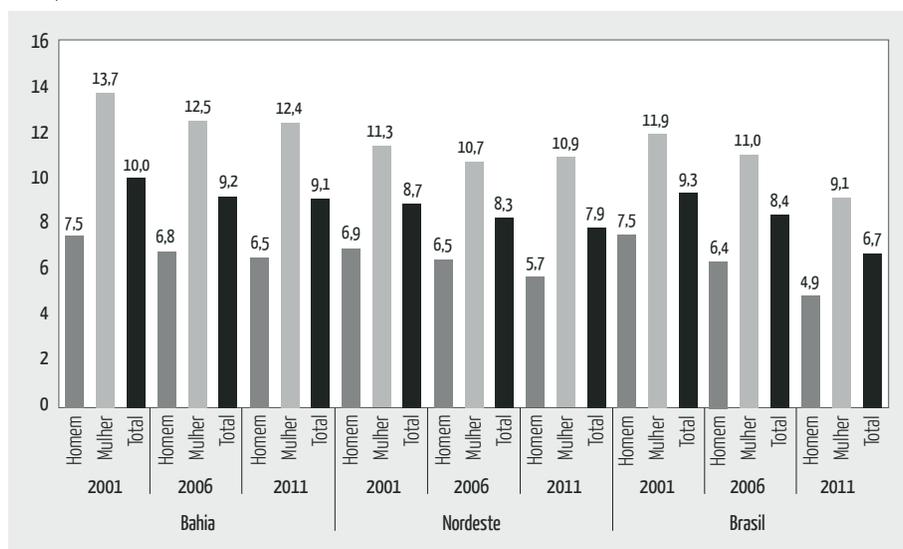
A taxa de desemprego na Bahia é, historicamente, superior às taxas do Nordeste e do Brasil. Em 2001, enquanto as taxas de desemprego do Brasil e da região Nordeste eram de 9,3% e 8,7%, respectivamente, a taxa baiana era de 10%. Em 2011, o mercado de trabalho no país estava num período de maior aquecimento do que há dez anos, apresentando uma taxa de 6,7% de desemprego, enquanto o nordeste apresentou 7,9% e a Bahia, 9,1%.

Considerando a população economicamente ativa por sexo, a proporção de mulheres desocupadas é maior em todos os anos e em todos os níveis geográficos. Houve uma queda dessa proporção entre 2001 e 2011, quando a Bahia sai de 13,7% de desemprego entre as mulheres para 12,4%. Esse indicador, para o conjunto do país, diminuiu de 11,9% de mulheres desocupadas, no primeiro ano, para 9,1% em 2011.

Já a desocupação entre os homens também seguiu a tendência de queda, principalmente em nível nacional, que atingiu o resultado de apenas 4,9% de desempregados em 2011. No ano de 2001, Bahia e Brasil apresentavam a mesma proporção de homens desempregados, 7,5%, enquanto o Nordeste apresentava uma taxa de desemprego de 6,9%. Em 2011, o índice nordestino para os homens, 5,7%, foi maior que o brasileiro e continuou menor que o baiano, que atingiu 6,5%, uma queda de 1 p.p. no período (Gráfico 19).

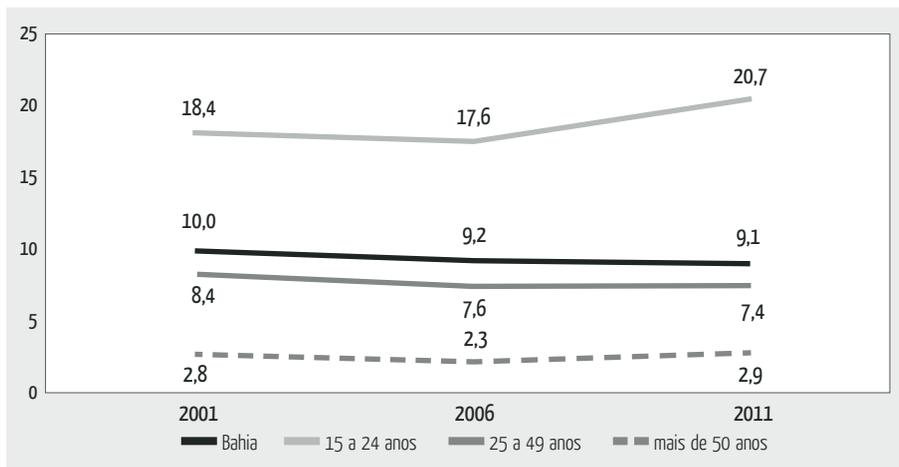
Gráfico 19

Brasil, Nordeste e Bahia – Taxa de desocupação total e por sexo (%)
2001, 2006 e 2011



Fonte: IBGE – Phad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

O Gráfico 20 mostra que houve um aumento da taxa de desemprego dos jovens, entre os anos de 2001 e 2011, de 18,4% para 20,7%. Vale ressaltar que para o cálculo dessa taxa são considerados apenas os jovens que estavam desocupados e à procura de um emprego na semana de referência. Entre os adultos de 25 a 49 anos que buscavam emprego na semana de referência em 2011, 7,4% estavam desempregados, queda de 1 p.p. em relação a 2001, quando eram 8,4% de desempregados. Os maiores de 49 anos são os que apresentam a menor taxa de desemprego, apenas 2,9% em 2011, índice um pouco maior que os de 2001 e 2006, que foram 2,8% e 2,3% respectivamente.

Gráfico 20**Bahia – Taxa de desocupação por faixa etária (%)**
2001, 2006 e 2011

Fonte: IBGE – Pnad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

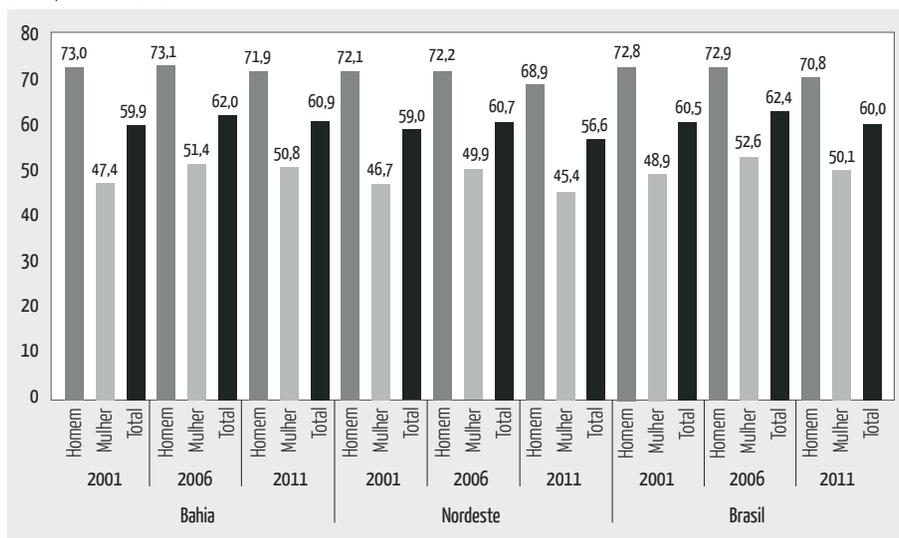
O Gráfico 21 mostra a taxa de participação total e por gênero para a Bahia, o Nordeste e o Brasil⁴. Nos três níveis geográficos, as taxas de participação total foram bem próximas nos três anos analisados, ficando em torno de 60%. Quando se observa este índice por gênero, a participação masculina permanece relativamente estável, apresentando uma pequena queda em 2011, visto que na Bahia passou de 73% em 2001 para 71,9% em 2011 e, no Brasil, passou de 72,8% em 2001 para 70,8% em 2011. Isto é reflexo do crescimento da renda familiar e conseqüente retardamento da entrada no mercado de trabalho pelos jovens, e reflexo também de mudanças demográficas, com crescimento da inatividade decorrente do envelhecimento da população. A participação feminina, tanto em nível estadual quanto em nível nacional, teve um aumento, em relação ao ano de 2001, de 47,4% para 50,8% em 2011 na Bahia, e de 48,9% para 50,1% em 2011 no Brasil. É interessante observar que nos dois níveis a participação feminina no mercado de trabalho era maior em 2006, 51,4% na Bahia e 52,6% no Brasil, o que reforça o peso dos fenômenos mencionados como desaceleradores do crescimento da taxa de participação. Com relação ao Nordeste, vê-se que a participação das mulheres teve uma pe-

4. A taxa de participação corresponde à proporção da população economicamente ativa (PEA) em relação à população em idade ativa (PIA). A PIA corresponde à população de 10 anos ou mais, ao passo que a PEA abarca apenas os que estão no mercado de trabalho, estejam ocupados ou não. A parte da PEA não ocupada está procurando emprego e são considerados desempregados.

quena elevação em 2006, quando passou de 46,7% para 49,9%, porém caiu para 45,4% em 2011, índice menor que os encontrados para o Brasil e a Bahia.

Gráfico 21

Brasil, Nordeste e Bahia – Taxa de participação total e por gênero (%)
2001, 2006 e 2011



Fonte: IBGE – Pnad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

O Gráfico 22 mostra que, entre os inseridos no mercado de trabalho na Bahia, a maior taxa de participação é dos adultos entre 25 e 49 anos, que tiveram uma participação próxima a 80% nos três anos analisados, saindo de 79,6% em 2001 para 80,9% em 2011, passando por 81,7% em 2006. Entre os jovens de 15 a 24 anos, a participação se manteve estável entre 2001 e 2011, sendo 58,8% e 58,3% respectivamente. Porém, em 2006, o indicador estava em 62% para os jovens de 15 a 24 anos, sendo este o grupo com maior redução de participação entre 2006 e 2011, corroborando a tese de retardamento na entrada no mercado de trabalho em virtude da expansão familiar da renda. Os trabalhadores maiores de 50 anos apresentaram índices próximos a 50%.

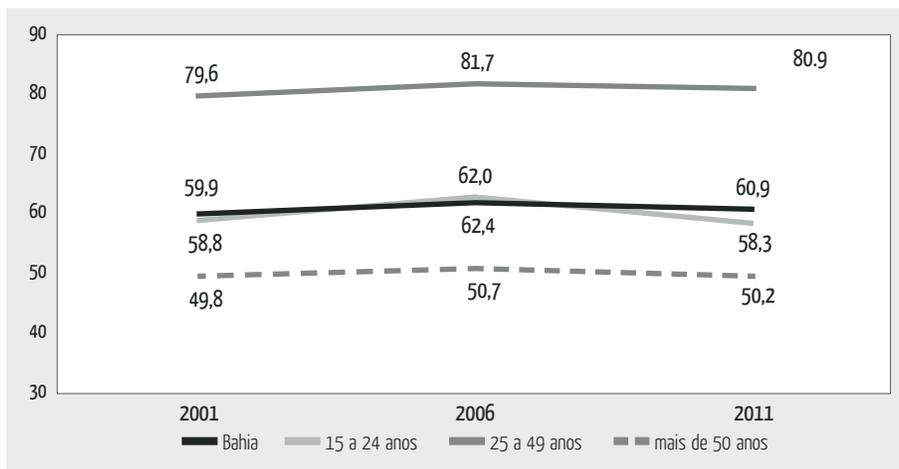
O Gráfico 23 mostra que, entre os homens baianos de 15 a 24 anos no ano de 2011, 24,7% estavam fora do mercado de trabalho, porém na escola, enquanto 8,4% estavam fora do mercado de trabalho e da escola, índice maior que o visto para 2001, que era de 5,5%, como se pode observar no gráfico ⁵.

5. Foram considerados os ensinos regular e supletivo, educação de adultos, ensino superior, pós-graduação e pré-vestibular.

Entre as mulheres de 15 a 24 anos, 31,3% estavam fora do mercado de trabalho, porém na escola em 2011, enquanto 18,8% estavam fora do mercado de trabalho e da escola.

Gráfico 22

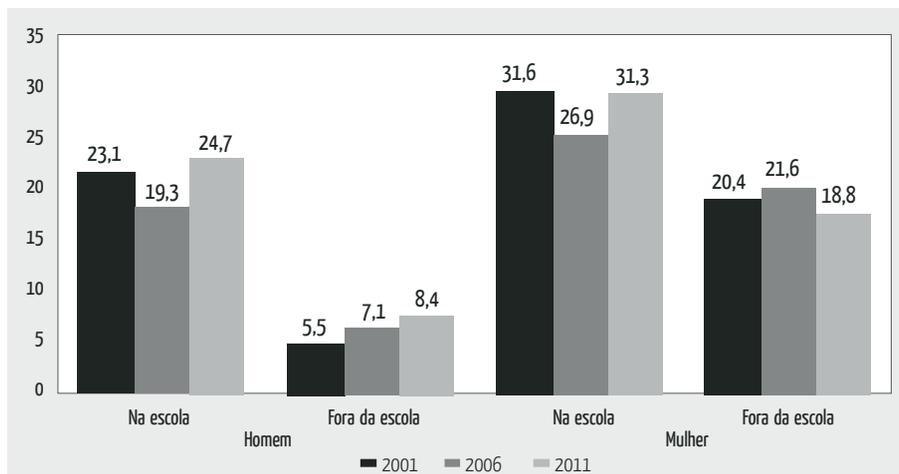
Bahia – Taxa de participação por faixa etária (%)
2001, 2006 e 2011



Fonte: IBGE – Phad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Gráfico 23

Bahia – Jovens de 15 a 24 anos de idade fora do mercado de trabalho por gênero (%)
2001, 2006 e 2012

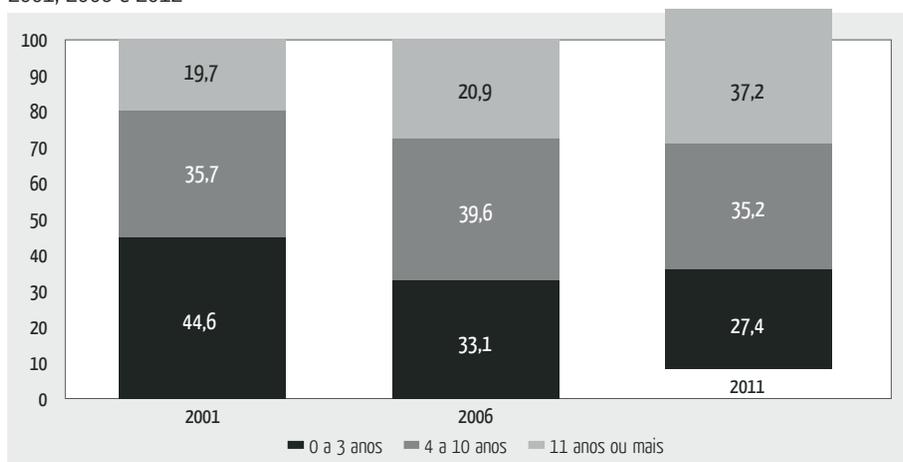


Fonte: IBGE – Phad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Quando se observa a composição da população ocupada quanto ao nível de escolaridade, o que mostrará o Gráfico 24, percebe-se a mudança da estrutura entre os três anos analisados. Em 2001, a maior parte da população ocupada na Bahia tinha entre 0 a 3 anos de estudo, 44,6%. Este grupo, em 2011, representava 27,4% do total de ocupados, uma redução significativa nos dez anos em análise. Em 2006, a maior proporção era de trabalhadores com 4 a 10 anos de estudo, 39,6%; e em 2011, era o grupo com 11 anos ou mais de estudo que ocupava a maior parte das vagas no mercado de trabalho baiano, 37,2%. Esse grupo correspondia a somente 19,7% dos ocupados em 2001, revelando uma importante mudança estrutural no perfil do trabalhador baiano.

Gráfico 24

Bahia – Distribuição da ocupação por grupos de escolaridade (%)
2001, 2006 e 2012



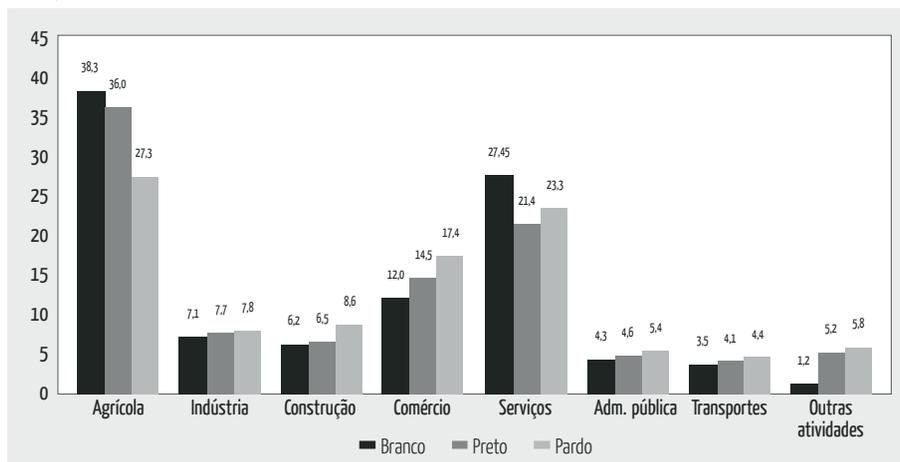
Fonte: IBGE – Phad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Outra mudança estrutural relevante no mercado de trabalho baiano, entre 2001 e 2011, diz respeito à composição da ocupação entre os setores de atividade econômica, sendo verificada uma considerável perda de participação do setor agrícola no período analisado. O Gráfico 25, observa-se que, dos nove setores considerados, apenas os setores agrícola e o de serviços tiveram queda na sua participação entre os anos de 2001 e 2011, o primeiro teve queda, na sua representatividade, de 38,3% para 27,3%; e o segundo, de 27,4% para 23,3%. Mesmo assim, esses dois setores continuam sendo os maiores empregadores no estado da Bahia, seguidos pelo setor de comércio, que teve sua participação aumentada de 12% para 17,4% no período.

A distribuição da população ocupada segundo cor ou raça pode ser vista no Gráfico 26, que considera brancos, pretos e pardos, desconsiderando amarelos e indígenas, dada a sua baixa relevância estatística na análise do estado.

Gráfico 25

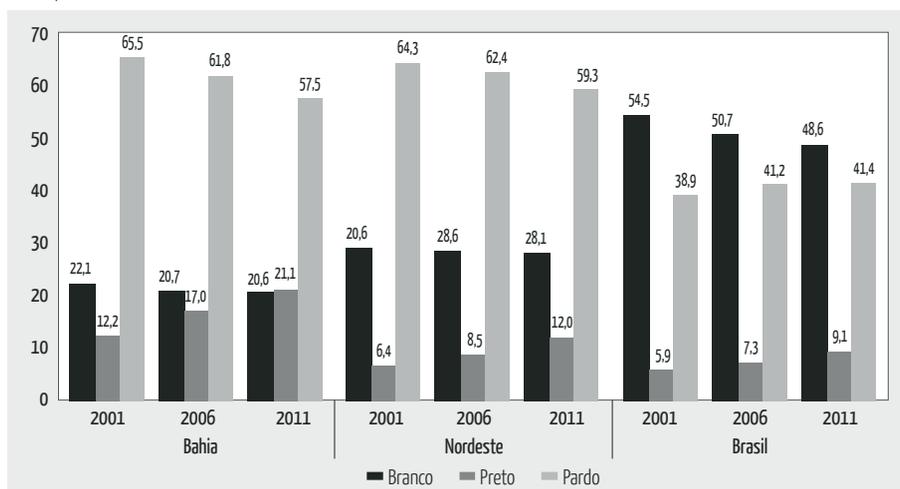
Bahia – Distribuição total de ocupados por setor de atividade (%)
2001, 2006 e 2011



Fonte: IBGE – Pnad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Gráfico 26

Brasil, Nordeste e Bahia – Distribuição total de ocupados por cor ou raça (%)
2001, 2006 e 2011

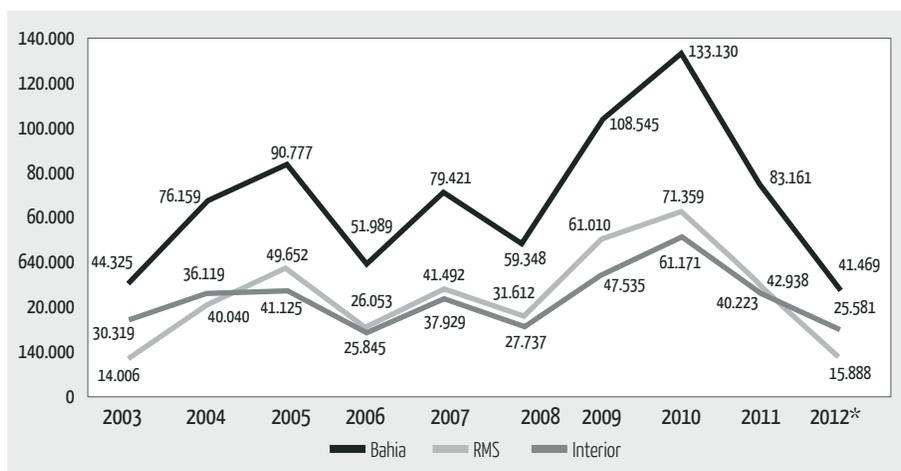


Fonte: IBGE – Pnad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Conforme observado no item demografia, a participação de pessoas autodeclaradas pretas aumentou e isso se confirma nos percentuais de trabalhadores ocupados autodeclarados pretos. Quando se compara a evolução brasileira e a baiana, tem-se uma pequena diferença: enquanto na Bahia houve uma diminuição da participação na ocupação da população parda entre os anos de 2001 e 2011 (de 65,5% para 57,5%), no Brasil houve uma elevação dessa participação, de 38,9% para 41,4%, em detrimento de uma queda na participação dos brancos, de 54,5% para 48,6%. Na Bahia, a participação dos brancos teve uma pequena queda, de 22,1% para 20,6%. Nos dois níveis geográficos, houve um aumento da participação de pretos no mercado de trabalho, sendo esse aumento mais acentuado na Bahia, onde subiu de 12,2% para 21,1%.

Gráfico 27

Bahia – Evolução do saldo de empregos formais 2003 a 2012



Fonte: IBGE – Pnad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

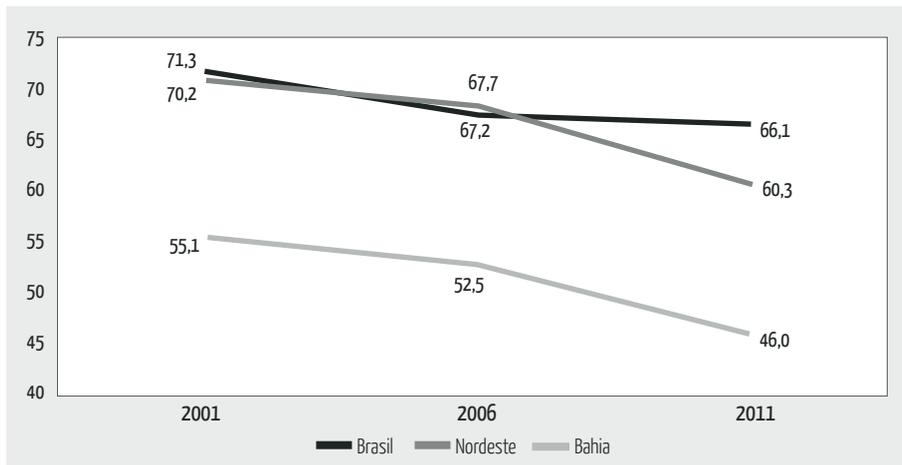
De janeiro de 2003 a junho 2013, foram gerados 795 mil empregos de carteira assinada na Bahia. Destes, 398 mil foram gerados nos municípios da Região Metropolitana de Salvador, e 397 mil no interior. Foram 331 mil empregos gerados no setor serviços, o maior a empregar na Bahia, seguido pelo setor de comércio, com 195 mil empregos gerados. O Gráfico 27 mostra a evolução do saldo de empregos entre 2003 e 2012.

O Gráfico 28 mostra a evolução do grau de informalidade, observando-se que a Bahia obteve a maior proporção de trabalhadores empregados de forma informal entre os três níveis geográficos em 2001 e 2011, sendo menor

que o índice nordestino em 2006⁶. Isso diz muito sobre a estrutura do mercado de trabalho baiano, que não acompanhou a queda acentuada do grau de informalidade observada no Brasil e no Nordeste.

Gráfico 28

Brasil, Nordeste e Bahia – Evolução do grau de informalidade (%)
2001, 2006 e 2011



Fonte: IBGE – Phad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.E

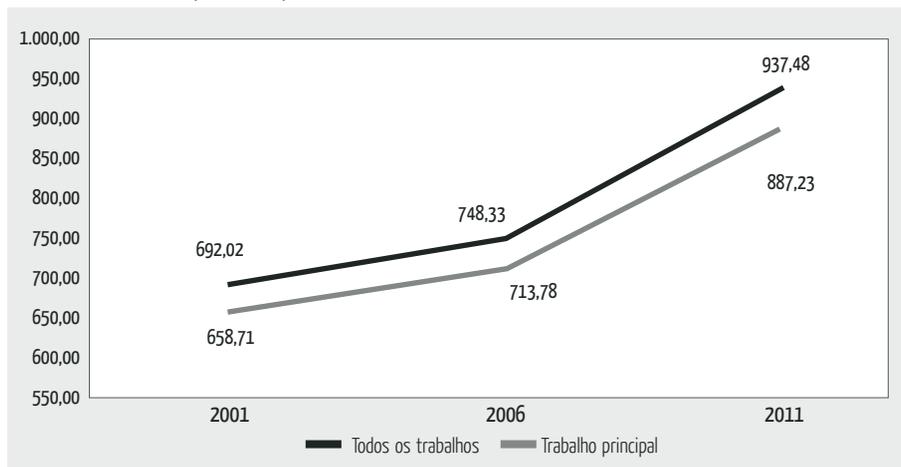
O rendimento médio do trabalho principal na Bahia teve um crescimento real de aproximadamente 35% entre os anos de 2001 e 2011, como pode ser observado no Gráfico 29 e na Tabela 26, passando de R\$ 659 para R\$ 887, com base nos valores de setembro de 2011. Esse crescimento foi maior que o visto para o rendimento médio no Brasil, que foi de aproximadamente 20%, porém, em valores absolutos, o rendimento médio do trabalho principal brasileiro ainda se mostra bastante superior, visto que passou de R\$ 1.116 em 2001 para R\$ 1.303 em 2011. O rendimento médio de todos os trabalhos acompanhou o movimento visto pelo rendimento médio do trabalho principal, passando de R\$ 692 em 2001 para R\$ 937 em 2011.

A Tabela 26 traz a evolução do rendimento médio real do trabalho principal na Bahia para subgrupos selecionados. Primeiramente, traz a diferença da evolução deste entre homens e mulheres, mostrando que, ainda que o salário dos homens continue maior que o das mulheres em 2011, enquanto o salário delas era em torno de 68% do deles em 2001, esta proporção subiu

6. O grau de informalidade é definido aqui como a soma de trabalhadores por conta própria e sem carteira de trabalho assinada dividida pela soma dos trabalhadores por conta própria, sem carteira, com carteira, estatutários e militares (Ipea, 2012).

Gráfico 29

Bahia – Evolução do rendimento médio do trabalho principal e de todos os trabalhos (R\$) 2001, 2006 e 2011 (set. 2011)



Fonte: IBGE - Pnad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

para 75% em 2011, o que reflete o crescimento maior observado para o rendimento delas no período.

O rendimento por cor/raça mostra a diferença salarial entre brancos, pretos e pardos: os primeiros tinham uma renda média duas vezes maior que a dos outros dois grupos em 2001, diminuindo essa diferença em 2011. Observa-se que o rendimento dos pretos foi o que apresentou o maior crescimento no período analisado, passando de R\$ 506 para R\$ 746.

Entre os grupos de idade, os mais velhos continuam ganhando mais que o dobro do que os mais jovens, que, apesar disto, obtiveram o maior crescimento da renda média no período, 41,6%. Assim, os jovens entre 15 e 24 anos recebiam, em média, R\$ 351 em 2001 e R\$ 497 em 2011, enquanto os trabalhadores com 50 anos ou mais passaram de R\$ 771 para R\$ 1.064 de renda média no período.

Quanto à escolaridade, foi visto anteriormente que houve um aumento da participação daqueles com 11 anos ou mais de estudo no mercado de trabalho, porém, observou-se uma queda no rendimento médio destes, de 5,6%, passando de R\$ 1.445 para R\$ 1.364 entre 2001 e 2011. Já os com menor escolaridade, que diminuíram substancialmente sua participação, tiveram o maior aumento real da renda, 33,1%, como pode ser visto na tabela 1. Esse resultado é reflexo da maior oferta de mão de obra qualificada em detrimento da oferta de trabalhadores de baixa escolaridade, cuja demanda é ampliada a partir do crescimento da construção civil.

Tabela 26Bahia – Evolução do rendimento médio do trabalho principal e de todos os trabalhos (R\$)
2001, 2006 e 2011 (set. 2011)

	2001	2006	2011	Cresc. (%) 01-11	Cresc. (%) 06-11
Bahia	658,71	713,78	887,23	34,69	24,30
Por gênero					
Homens	721,31	765,51	962,64	33,46	25,75
Mulheres	542,76	626,27	773,38	42,49	23,49
Por cor/raça					
Brancos	1.032,90	1.028,34	1.300,18	25,88	26,43
Pretos	506,40	592,22	746,31	47,38	26,02
Pardos	555,63	642,45	794,77	43,04	23,71
Por idade					
15 a 24 anos	350,92	379,66	496,95	41,61	30,89
25 a 49 anos	755,72	796,74	945,88	25,16	18,72
50 anos ou mais	770,90	859,36	1.063,53	37,96	23,76
Por escolaridade					
0 a 3 anos	332,81	370,82	442,98	33,10	19,46
4 a 10 anos	530,95	509,17	614,01	15,64	20,59
11 anos ou mais	1.444,68	1.289,15	1.364,41	5,56	5,84
Por situação censitária					
Rural	333,86	367,79	439,33	31,59	19,45
Urbano	789,40	844,59	996,68	26,26	18,01
Por atividade					
Agrícola	337,80	377,24	424,76	25,74	12,60
Indústria	838,21	875,50	1.023,93	22,16	16,95
Construção	616,14	686,42	833,29	35,24	21,40
Comércio	745,00	731,71	861,69	15,66	17,76
Serviços	729,97	671,59	800,67	9,68	19,22
Administração pública	1.117,80	1.426,23	1.589,53	42,20	11,45
Por ocupação					
Com carteira	882,34	916,92	1.003,06	13,68	9,39
Sem carteira	356,38	399,00	509,37	42,93	27,66
Conta própria	515,17	498,36	641,81	24,58	28,78
Empregador	2.510,89	2.799,03	3.333,56	32,76	19,10
Funcionário público	1.395,50	1.481,12	1.776,54	27,31	19,95

Fonte: IBGE – Pnad 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Os moradores da zona urbana continuaram ganhando mais que o dobro dos moradores da zona rural baiana, ainda que estes últimos tenham apresentado um crescimento da renda média um pouco maior que aqueles, 26,3% e 31,6% respectivamente.

Entre os setores de atividade, a maior renda média se manteve para aqueles empregados na administração pública, com R\$1.589 em 2011, os quais também obtiveram o maior crescimento entre 2001 e 2011. Mantendo-se com o segundo maior salário médio, vem a indústria, seguida pelo comércio.

Já a ocupação melhor remunerada continuou sendo a de empregador, seguida pelos funcionários públicos e pelos trabalhadores com carteira assinada. O maior crescimento do rendimento médio observado no período foi entre os empregados sem carteira assinada, que passaram de R\$356 para R\$509.

Como visto pelo conjunto de dados apresentados, entre 2001 e 2011 podemos constatar mudanças de cunho estrutural no mercado de trabalho da Bahia, como o aumento da escolaridade do trabalhador ocupado e a redução de participação do setor agrícola no total de emprego em relação a setores mais dinâmicos. Esses fenômenos ocorrem em paralelo à ampliação da oferta de trabalho mais qualificado em virtude do aumento da escolaridade da população baiana. Uma vez que a renda do grupo mais escolarizado diminuiu em termos reais, inferimos que a demanda por trabalho qualificado não acompanhou o crescimento da oferta destes no período, revelando a necessidade de o estado da Bahia fomentar setores mais complexos, com tecnologia que exija mão de obra mais qualificada, o que elevaria a remuneração média e o emprego desse tipo de trabalho, que cresceu, aparentemente, como reflexo do crescimento da escolaridade da população em geral, e não por conta de um significativo desenvolvimento produtivo e tecnológico.

INVESTIMENTOS: CONSOLIDAÇÃO DA MATRIZ PRODUTIVA BAIANA

A política de atração de novos investimentos em diversos setores da atividade econômica tem proporcionado uma nova dinâmica econômica, contribuindo para a mudança na estrutura produtiva do estado da Bahia. Essa política, além de consolidar a estrutura industrial, busca promover a descentralização da atividade econômica na Bahia.

O Conselho de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (Cdic) se constitui em um fórum permanente de discussão sobre as potencialidades econômicas da Bahia e pela formulação e estratégia de atração de novos investimentos que venham contribuir para o crescimento, adensamento das cadeias produtivas, na descentralização e desconcentração da indústria no estado.

A atração de investimentos do período 2007-2012 visou o fortalecimento de setores tradicionais competitivos, como o químico, o petroquímicos, o

do petróleo, do gás, do papel e celulose, bem como a consolidação de setores produtores de bens finais. Podemos destacar também investimentos em atividades que a Bahia mostra vantagens comparativas significativas, como mineral e energia eólica, pela localização privilegiada, e também a indústria naval.

INVESTIMENTOS PREVISTOS POR SEGMENTOS

QUÍMICO E PETROQUÍMICO

O Polo Industrial de Camaçari (PIC) abriga o maior complexo petroquímico da América do Sul, com 34 empresas químicas e petroquímicas, entre elas, a Braskem, a Basf, a Dow, a Monsanto e a Dupont; e 56 empresas de outros ramos, como automotiva, celulose, metalurgia do cobre, têxtil, bebidas e serviços. Esse polo fabrica produtos de 1ª e 2ª geração de produtos petroquímicos.

Com 45 mil empregos diretos/indiretos gerados, o setor químico/petroquímico é o mais representativo dentro Polo Industrial de Camaçari. O faturamento anual chega a US\$ 15 bilhões e, em 2010, representou 20% do PIB baiano. Nesse mesmo ano, suas exportações representaram 30% das exportações baianas.

Dentre os principais investimentos previstos, estão o complexo acrílico da Basf (R\$ 1,2 bilhão) que adensará, ainda mais, a cadeia produtiva do setor químico na Bahia; o Boticário, com investimentos de R\$ 355 milhões. Esses investimentos têm como finalidade atrair empresas da terceira geração petroquímica e fomentar o adensamento da cadeia do polo acrílico (BASF). Estão previstos investimentos no polo no montante de R\$ 2,3 bilhões.

Oportunidades de investimento:

- Atração de empresas da 3ª geração petroquímica (produtos de uso final), cosméticos e fármacos;
- petroquímica verde (etanol como matéria-prima);
- consolidação das cadeias química e petroquímica: borracha sbr, polibutadieno, cumeno, fenol, ácido adípico, ácido tereftálico, ácido acético, acetato de vinila / polivinila, resinas estirênicas de engenharia, acetona, entre outros;
- ampliação da produção de laminados, embalagens, tubos e acessórios e artefatos diversos;
- fomentar novas potencialidades para adensamento da cadeia através dos polos acrílico e têxtil.

PETRÓLEO E BIOCOMBUSTÍVEIS

A RLAM (Petrobras) é a 2ª maior refinaria do Brasil com capacidade de processamento de aproximadamente 320 mil barris/dia. Atualmente, repre-

senta 14,5% da capacidade de refino do país. Entre os novos investimentos da Petrobras, destacam-se a modernização da Refinaria Landulpho Alves e o desenvolvimento da produção em campos terrestres e marítimos. Serão investidos US\$ 74,4 bilhões pela Petrobras nos próximos quatro anos. Destaca-se ainda a implantação (2013) do Terminal de Regaseificação de GNL da Petrobras com uma produção estimada em 14 milhões m³/dia.

Oportunidades de investimento:

- Serviços de sondagem de produção e de perfuração;
- serviços especializados de canhoneio, perfilagem, cimentação, fraturamento e acidificação;
- brocas, alargadores e equipamentos de bombeio centrífugo;
- tubos de revestimento e de produção, linhas de condução e acessórios para revestimento e válvulas API;
- bombas mecânicas para elevação de petróleo, compressores, cimento e aditivos;
- produtos químicos e reagentes, hastes e outros componentes da coluna de bombeio mecânico, equipamentos de cabeça de poço e medidores de vazão de óleo e gás;
- serviços de certificação pela ISO 9000.

NAVAL E PORTUÁRIA

O ressurgimento do setor naval-portuário na Bahia foi proporcionado pela implantação do Estaleiro São Roque do Paraguaçu, que está construindo plataformas e navios para a indústria do petróleo; bem como pela instalação de indústrias voltadas à construção de veleiros, barcos e lanchas e criação de atracadouros e marinas em vários pontos da costa.

O Canteiro de São Roque do Paraguaçu iniciou suas operações em 2009, com investimentos de R\$ 70 milhões e geração de 1.500 novos empregos em Maragogipe. Esse estaleiro tem como objetivo atender as demandas em prol dos novos investimentos para o pré-sal. O setor está investindo R\$ 5,4 bilhões e gerando 8.507 novos empregos.

Está em implantação um novo estaleiro (Enseada de Paraguaçu) para a construção naval *offshore*, com investimentos da ordem de R\$ 960 milhões (Protocolo de Intenções), podendo alcançar R\$ 2 bilhões e gerar quatro mil empregos.

Vale destacar que a retomada dos investimentos na indústria naval no Brasil pode ser percebida na Bahia, onde está localizada a obra da plataforma P-60 que, quando finalizada, terá capacidade de perfuração de até nove mil metros e de atingir as camadas do pré-sal. Seu projeto é idêntico ao da plataforma P-59 que já está em operação.

Oportunidades de investimento:

- Instalação de estaleiros para construção de navios convencionais de grande porte;
- instalação de estaleiros para construção de plataformas, sondas e outras unidades *offshore*;
- instalação de estaleiros para construção de embarcações de apoio *offshore*;
- construção de canteiros para produção de módulos de plataformas e navios;
- instalações para construção de embarcações de turismo, esporte, lazer, de pequeno porte e transporte de pessoas;
- desenvolvimento da cadeia produtiva;
- atração de empresas prestadoras de serviços para a cadeia naval e náutica;
- atração de fornecedores de equipamentos;
- diversificação da matriz industrial náutica do estado;
- desenvolvimento da indústria de peças náuticas de reposição;
- construção de marinas e outras estruturas náuticas;
- desenvolvimento da pesca e mergulho como esportes.

VEÍCULOS AUTOMOTORES

O setor automotivo na Bahia é o 4º maior segmento industrial da Bahia e o 5º maior produtor de veículos do Brasil, representando 6,5% da produção do país. A Ford produz cerca de 250 mil carros/ano, gerando mais de 8.700 empregos nas suas 31 sistemistas.

A Bahia está se consolidando como um novo polo automotivo do Nordeste, com a atração de novas montadoras (Jac Motors, Foton e de novos fabricantes de autopeças). Fortalecendo a atração de investimentos, o estado conta ainda com o Senai Cimatec, centro de excelência em tecnologia e formação de profissionais (técnicos e engenheiros).

Oportunidades de investimento:

- consolidação da cadeia produtiva de autopeças;
- atração de fabricantes de pneus e componentes;
- atração de montadoras de:
 - automóveis;
 - caminhões e ônibus;
 - veículos pesados para a indústria, agricultura e mineração;
 - motocicletas e veículos especiais;
 - trens, vagões e trilhos.

MINERAÇÃO

A Bahia tem um dos maiores potenciais minerais do Brasil, atualmente

é o 5º maior produtor mineral do país. É o estado mais bem estudado geologicamente, com seu território coberto em 86% por levantamento aerogeofísico. Possui uma gama de minerais com grande potencial para exploração, tais como bauxita, ferro, cobre, níquel, ouro, manganês, titânio, vanádio, magnésita, molibdênio e quartzo de alta pureza. Com mais de 19 mil áreas requeridas, a Bahia disputa com o estado de Minas Gerais em números de requerimentos de áreas de pesquisa junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Em 2012, o DNPM recebeu 2.725 novos requerimentos de pesquisas na Bahia, resultado que colocou o estado na segunda posição entre as unidades da federação com o maior número de requerimentos solicitados.

O setor de mineração está atraindo empreendimentos de grande porte em decorrência, principalmente, dos investimentos em infraestrutura, como as obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e do projeto Porto Sul, que possibilitarão o escoamento das riquezas extraídas e produzidas, a exemplo da Bahia Mineração (Bamin), que escoará sua produção de minério de ferro das jazidas da região de Caetitê e Guanambi, por meio da ferrovia e do porto.

Encontram-se em fase de implantação novos empreendimentos e desenvolvimento de projetos para a produção de minério de ferro, pelotas, ferro-gusa, ferro-vanádio, tâlio, bauxita, gipsita e a expansão da produção de ouro e magnésita, com investimentos da ordem de aproximadamente 20 bilhões até 2015, além de outros projetos em fase inicial de desenvolvimento, que vão desde as matérias-primas para fertilizantes até as terras-raras. Entre os novos empreendimentos em implantação no estado, estão a Bahia Mineração, a Magnesita S.A, a Yamana Gold, a Ferrobahia, a Ferrous Resources e a Rio Tinto Alcan.

PAPEL E CELULOSE

Na Bahia, encontra-se um dos maiores parques industriais de celulose do mundo. É o 2º maior estado produtor de celulose do país, destacando-se Suzano e Veracel, que juntas representam 21,2% da produção nacional, e o 4º maior produtor de papel. Além da BSC, que é a única empresa produtora de celulose de eucalipto da América Latina. O setor abrange 47 municípios e gera mais de 5.700 empregos.

- Oportunidades de investimento;
- consolidação da cadeia produtiva;
- atração de polos florestais;
- atração de fabricantes de papel, derivados de celulose e de outros usos para a madeira;
- fabricantes de máquinas e equipamentos para o setor.

ENERGIA

As ações nessa área têm-se concentrado no desenvolvimento de uma matriz energética diversificada, buscando um maior equilíbrio entre fontes renováveis e não renováveis. O setor de energia renovável está se consolidando no estado. A Bahia representa 10,1% do potencial eólico do país e 19,3% do Nordeste, com destaque para as regiões Centro-sul e Vale do São Francisco. Atualmente, a Bahia é o segundo maior estado em potência contratada nos leilões de energia eólica. Quando os 52 projetos previstos para se instalar no estado estiverem funcionando vão acrescentar 1.418MW à rede elétrica, referentes aos leilões de energia da Aneel.

AGROINDÚSTRIA

O agronegócio baiano vem demonstrando bons resultados. Nos últimos dez anos, houve um crescimento médio da agropecuária de 7,1% quando analisamos o PIB de 2001 a 2011. Entre 2007 e 2012, cresceu em 50,2% o valor bruto da produção agropecuária (VBP), passando de R\$ 15,1 bilhões em 2007 para R\$ 22,7 bilhões em 2012. Além disso, foram gerados 981 mil empregos ligados ao agronegócio até out/2012; as contratações de crédito rural por meio de instituições financeiras totalizaram R\$ 14,6 bilhões entre 2007 e outubro de 2012 e foram produzidas 30,1 milhões de toneladas de frutas.

Nos últimos dois anos, com o decorrer da seca e outras adversidades, a produção de grãos foi bastante prejudicada, o que resultou numa redução das exportações desses produtos e de seus derivados, principalmente entre os anos de 2012 e 2013.

A agroindústria se apresenta forte e dinâmica em todas as regiões do estado. A região Oeste, mais expressiva pela produção de grãos e algodão, possui um parque fabril que agrega valor ao produto, exportando derivados e também fortalecendo a cadeia com a transformação e comercialização de produtos internamente. A região de Juazeiro é destaque na fruticultura e produção de vinhos. Outro setor forte do agronegócio é a cana-de-açúcar, forte também em Juazeiro e no Sul do estado, onde também se encontra grande parte da produção de celulose, também um importante produto na composição da balança comercial da Bahia.

O grande potencial da Bahia para a agroindústria processadora pode ser observada nas diversificadas oportunidades de investimentos nas cadeias produtivas de soja, café, derivados do leite, carne bovina, caprina e ovina, avícola, aquicultura, sisal, coco, fruticultura, algodão, cana-de-açúcar, mandioca, cacau, apicultura, entre outras.

Destacam-se como oportunidades de investimento:

Atração de novas empresas para o setor alimentício (avesuínocultura, beneficiamento de frutas, laticínios, vinicultura, entre outros);

- expansão do parque sucroalcooleiro;
- atração da cadeia de floricultura (embalagens, máquinas, equipamentos e acessórios);
- atração da cadeia da indústria têxtil (fiação, tecelagem e confecções);
- Leite Verde – Produção de leite no Oeste com produtividade de 35.000 l/ha, três vezes superior à da Nova Zelândia;
- implantação de pequenas, médias e grandes empresas;
- grande potencial na Chapada Diamantina: oliveiras, café, frutas de clima temperado;
- outros produtos: cítricas de mesa, fibras naturais, heveicultura, cacau orgânico, uva e vinho, leite e gado verde, grãos, carcinicultura, aves e suínos.

TURISMO

Desde 2007 com o governo Wagner, a Bahia deu um salto em relação ao serviço de turismo. Os investimentos na área contribuíram para a interiorização do desenvolvimento econômico e consolidaram a Bahia como imagem de destino turístico moderno, diversificado culturalmente, hospitaleiro e dotado de patrimônio ambiental e paisagístico de grande valor. Esse fato é materializado em um aporte privado de mais de R\$ 1 bilhão e na geração de 4,5 mil empregos em diversas regiões do estado. Nos últimos sete anos, foram implantados 27 empreendimentos hoteleiros de grande porte.

As zonas turísticas são treze e abrangem 156 municípios – do litoral ao sertão e ao cerrado, passando ainda por serras e montanhas. Para potencializar o segmento turístico, o governo do estado vem investindo em novos produtos, segmentos e serviços, a exemplo do Turismo Étnico, do Enoturismo, do Espicha Verão, do São João da Bahia, do Turismo Esportivo, do Serviço de Atendimento ao Turista (SAT) e do Disque Turismo, além de programas de qualificação, melhorias na infraestrutura, obras de recuperação e renovação de espaços e patrimônios culturais e históricos.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

O setor de comércio e serviços baiano abrange um conjunto de atividades que vai do pequeno ao grande varejo, passando pelo comércio de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, áudio e vídeo, utilidades domésticas, além de serviços de manutenção, áreas de turismo, educação, arquitetura, assistência médica e jurídica, entre outros.

É o setor que mais absorve mão de obra e agrega o maior número de empresas, impulsionado pelo aumento do poder de compra da população baiana

e pela conseqüente demanda por bens de consumo. Esse setor tem sido fortemente beneficiado pelo dinamismo atual da economia baiana, especialmente os serviços ligados à indústria metal-mecânica, construção civil e pelas obras públicas. Os novos troncos de infraestrutura, a Ferrovia Oeste-Leste e a Ferrovia Centro-Atlântica, também contribuem para expansão do setor atacadista, construindo nós logísticos com grande potencial.

Apenas no primeiro trimestre de 2012, empresas dos ramos de comércio varejista e prestação de serviços representaram 78,72% do total das empresas constituídas no período, sendo o interior do estado responsável por 58,8% das aberturas. Somente o setor de serviços representa mais de 60% do PIB estadual.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS ESTRUTURANTES

A melhoria da infraestrutura logística é objeto do programa baiano de modernização e construção de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, contando, para isso, com investimento, do governo federal, de R\$ 37 bilhões até 2014.

Na Região Metropolitana de Salvador, alguns investimentos importantes em relação ao transporte integrado e multimodal foram realizados. A recém inaugurada Via Expressa Baía de Todos os Santos, que liga a BR-324 ao Porto de Salvador, acrescentou novas rotas ao tráfego de Salvador e facilita a movimentação para o porto, tornando-o mais competitivo. As regiões do Comércio e da Cidade Baixa, de um lado, e do Iguatemi, Cabula e Paralela, do outro, foram interligadas por ela. As obras do metrô foram retomadas após anos paralisadas. Mais duas linhas, num total de 42 km, serão viabilizadas. Uma chegará à estação de Pirajá, e a outra, do Bonocô ao vizinho município de Lauro de Freitas. Projetos já estão sendo feitos para que o metrô também chegue até Cajazeiras. O governo federal também está investindo em VLT (Veículos Leves Sobre Trilhos) para o Subúrbio e centro comercial antigo, e em BRT (Bus Rapid Transit), da Lapa ao Iguatemi, em parceria com os governos locais.

O complexo de viadutos do Imbuí e Narandiba, a duplicação da Pinto de Aguiar, a alça de ligação entre a avenida Luiz Eduardo Magalhães e a BR-324, a duplicação da avenida Gal Costa indo até Pirajá, a avenida Lobato/Pirajá, a duplicação da avenida Orlando Gomes e a implantação da 29 de Março mudarão a face de Salvador e das cidades em seu entorno.

COMPLEXO LOGÍSTICO INTERMODAL: PORTO SUL E FERROVIA OESTE-LESTE

O Porto Sul é um empreendimento concebido no Planejamento Estratégico do estado da Bahia e corresponde ao extremo leste da Ferrovia Oeste-Leste, ou seja, o seu porto no Oceano Atlântico. Esta ferrovia, também proposta

na estratégia de desenvolvimento estadual, visa estabelecer um eixo logístico transversal que articula esse porto marítimo com a região do Brasil Central. Em uma perspectiva macroestratégica de maior prazo, esse eixo potencializará a interligação Atlântico-Pacífico, já que, no traçado da ferrovia, concebe-se a interligação do litoral da Bahia até Vilhena em Rondônia.

O SISTEMA VIÁRIO OESTE

O Sistema Viário Oeste criará um novo eixo viário que vai fomentar a reconfiguração urbana e o desenvolvimento regional em uma área que abrange 4,4 milhões de habitantes, afetando diretamente 800 mil pessoas. Entre os efeitos positivos esperados pelo projeto da ponte Salvador-Ilha de Itaparica, que é uma parte desse projeto indutor de desenvolvimento econômico e social, pode-se destacar a elevação da competitividade na região, o aumento da atratividade para instalação de novas empresas e indústrias, fortalecimento das atividades das empresas existentes (como o Estaleiro São Roque do Paraguaçu), bem como o fomento ao turismo e desenvolvimento imobiliário no litoral sul da Bahia e na Ilha de Itaparica.

A iniciativa do governo da Bahia é um plano de desenvolvimento que se desdobra na construção de uma ponte, reconfiguração da BA-001 na Ilha de Itaparica, requalificação da ponte do Funil, construção da ligação entre Santo Antônio de Jesus e Castro Alves, além da qualificação da infraestrutura viária regional, bem como intervenções relacionadas à infraestrutura urbana e social na ilha. Todas estas intervenções, que em 2010 demandariam um investimento de R\$ 7 bilhões, atualmente estão sendo revistas. Entre os motivos, estão a redução da taxa de juros nesses três anos e o aprofundamento dos estudos de sondagem e engenharia. Além disso, estudos sobre meio ambiente, correntes marítimas, impactos culturais e imateriais, bem como análises sobre o desenvolvimento urbano, estão em curso.

LOCALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS

Apesar dos esforços realizados e dos resultados alcançados, a RMS obteve um maior volume de investimentos em relação ao total ao longo do período analisado, em decorrência dos grandes investimentos, como o da Ford, Monsanto, Millenium, entre outras. O Extremo Sul aparece como uma região que se destaca pela intensidade de grandes investimentos do setor de papel e celulose, como das empresas Aracruz Celulose, Bahia Sul Celulose e Veracel Celulose.

Observa-se, contudo, uma outra realidade com a vinda desses novos investimentos industriais, concentração dos mesmos na RMS acompanhados de uma limitação da fixação das cadeias produtivas e ordenamento industrial,

ou seja, uma interiorização limitada, não havendo uma ampla distribuição espacial da indústria de modo que venha a favorecer um desenvolvimento econômico uniforme no estado, com a atuação de empresas que venham a suprir as necessidades econômicas das muitas regiões ainda isoladas em termos de desenvolvimento econômico e social em comparação com a região metropolitana e Salvador.

Constata-se, ainda, que os investimentos anunciados e realizados na sua maioria concentram-se nas indústrias de capital intensivo. O estado da Bahia precisa buscar investimentos que levem a uma diversificação da indústria, de modo que haja crescimento econômico como um todo, e não pontual, e, concomitantemente, procurar desenvolver uma mão de obra mais especializada e atrelada ao uso da tecnologia.

Nessa perspectiva, torna-se relevante destacar a retomada da indústria naval com a instalação, em Maragogipe, do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, com o objetivo de produzir navios-sondas para a indústria de petróleo. Esse estaleiro produzirá unidades, como plataforma, navios especializados e sondas de perfuração, sendo possível processar até 36 mil toneladas de aço por ano quando estiver em plena atividade.

POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL NA BAHIA

Ao refletir sobre os desafios da sustentabilidade no Brasil e na Bahia, não se podem considerar a política e a gestão ambiental como condições suficientes. O campo institucional ambiental lida apenas com a ponta do *iceberg*. A área ambiental está talhada para lidar apenas com as situações mais graves de insustentabilidade, com as consequências de uma problemática alicerçada em fatores estruturados historicamente na sociedade, no Estado e na economia. Assim, sem fugir à questão das evoluções da política e gestão ambiental, é necessário falar de alguns aspectos estruturantes da (in)sustentabilidade ambiental, tais como desigualdade e miséria; setores econômicos predominantes; matriz energética e saneamento, em termos de suas relações com a questão ambiental.

A miséria é, em qualquer lugar que se apresente, um fator determinante de degradação ambiental, num processo vicioso em que a perda de qualidade ambiental reforça a perda de qualidade de vida e a própria miséria geradora de degradação. No Brasil e na Bahia, a miséria está acompanhada das piores condições ambientais e concorre para o carvoejamento irregular, a venda de madeira ilegal, para a pesca predatória e práticas degradadoras calcadas na sobre-exploração do trabalho. Nesse sentido, a redução relativa e absoluta das condições de miserabilidade no estado é essencial para a sustentabilidade. Os resultados dos Programas Bolsa Família e Brasil sem Miséria, de âmbito federal, e Vida Melhor, de âmbito estadual, demonstram que a erradicação da extrema pobreza é possível e está se concretizando. Uma pesquisa do Ipea, publicada

em 2013, aponta que o Brasil atingiu plenamente o objetivo do milênio de erradicar a extrema pobreza em 50%. De 2000 até 2012, 83% da extrema pobreza foi erradicada no país, principalmente em função do incremento da renda do trabalho decorrente do crescimento do emprego e devido à contribuição de programas como o Bolsa Família (12,2%). Tão grave para o meio ambiente quanto a miséria é a desigualdade social. A desigualdade leva a uma absurda diferenciação na distribuição de benefícios e prejuízos do desenvolvimento e uma consequente perda de coesão social. Assim, temos um abismo de significado social do desenvolvimento no qual um empreendimento tende a ser aclamado por parte da sociedade, ainda que prejudique gravemente uma maioria desinformada e desorganizada. Os prejuízos ambientais podem ter, paradoxalmente, a “vantagem” de criar mercados ocupados privadamente pelos mais favorecidos, como a água mineral, os clubes privativos, os parques, os alimentos orgânicos, os condomínios fechados e também pode ampliar a oferta de mão de obra barata pela desterritorialização dos prejudicados.

Nessas condições, o país não é compelido a reagir à degradação ambiental, trata-se da crônica falta de condições para uma modernização ambiental reflexiva no Brasil. Essa modernização reflexiva, no campo ambiental, consistiria em uma reação sistêmica da sociedade e do Estado aos próprios riscos que a modernização cria para a sociedade (Beck, 1993), ou, como esclarece Giddens, é o “risco derivado do meio ambiente criado, ou natureza socializada”, “variedade de perigos ecológicos” derivados “da transformação da natureza por sistemas de conhecimentos humanos” (1991, p. 129). Para ilustrar essa situação, podemos citar a possibilidade de comprometer a qualidade do ar pela instalação de uma indústria ou o risco à saúde pública pela entrada dos transgênicos, que deveriam provocar reflexões/reações da sociedade e do Estado que conduzissem à construção de mecanismos protetores, garantidores do avanço seguro da modernidade. Essas teorias parecem não se efetivar, como demonstram Rigotto (2002) e Bermann (1992), que acusam, respectivamente, a sistemática importação de setores mais poluentes (principalmente por estados do Nordeste) e de indústrias com alta demanda energética pelo Brasil. Rigotto (2002) sugere que a modernidade ecológica e reflexiva é menos possível em nosso país que em outros.

Rigotto aponta três aspectos que favorecem esse processo de produção de riscos sociais sem que haja reação da população brasileira: a falta de informação clara, a educação pública deficiente e a desigualdade, como discutido anteriormente. O pouco acesso a informações claras impede que a população seja instada a pensar sobre aspectos que afetam diretamente a qualidade do seu espaço de vida, de trabalho e as causas dos problemas. A educação pública

deficiente dificulta a interpretação das (poucas) informações pertinentes acessadas, como o significado da qualidade ambiental, os efeitos sobre a saúde, as relações socioeconômicas e geopolíticas implícitas em um empreendimento e no desenvolvimento do país.

Para clarear mais a complexidade dessa problemática ambiental brasileira, cabe pensar o que a ecologia política usa chamar de estratégias “não no meu quintal” (Not in my backyard – Nimby). Todo processo indesejável (pela precarização do trabalho, do ambiente, da paisagem etc.) será objeto de estratégias políticas e econômicas que o empurrarão para fora do próprio quintal (*backyard*). Escamoteia-se o fato de que há exportação de economias mais agressivas ambientalmente e rapina ecológica dos países do Norte sobre os países do Sul, que se estabelecem como economias exportadoras de *commodities* (Galeano, 1976; Bermann, 1992; Alier, 1998; Rigotto, 2002; Acselrad, 2006). A intensificação da globalização das últimas décadas não inventou os problemas socioambientais, mas indubitavelmente os aprofundou (Guimarães, 2006). Com ela, a dimensão geopolítica da divisão internacional do trabalho, que sempre tendeu a empurrar as atividades de maior risco social e com condições mais precárias de trabalho para o Sul político, agregou-se a precarização ambiental aos critérios distribuidores dessa divisão. Sob o aparentemente neutro e aceitável termo “vantagem competitiva”, deslocam-se os setores cuja competição mais dependa de sobre-exploração do trabalho e do ambiente.

No Brasil, esse fato é agravado e reforçado pela adoção de um modelo industrial energia-intensivo, que gera uma demanda crescente de produção de energia, pelo reforço do caráter primário da economia e pela crescente competitividade econômica global, dependente da precarização das condições de trabalho e da degradação de recursos ambientais como externalidade dos custos de produção. Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), nos últimos 30 anos, a intensidade energética do PIB brasileiro tem crescido de US\$ 0,25 tep/10³ para algo próximo a 0,3 em 2010. A preocupação se reforça se considerarmos que os países da OCDE fizeram o movimento inverso no mesmo período. Isso demonstra a tendência do país em assumir setores energia-intensivos na divisão internacional do trabalho, o que parece ser mais resultado de nossa falta de planejamento do que a expressão de um projeto do país.

Quanto à matriz energética, a hidreletricidade e o etanol já colocavam o Brasil em posição de absoluto destaque quanto à sua composição, muito menos dependente de petróleo, carvão e energia nuclear que outros países industrializados. Nesta década, a energia eólica saltou de 29 MW em 2003 para 1.430,5 MW em 2011, 2.507,7 MW em 2012 e pode aproximar-se a

5.000 em 2013. A sinalização da participação da fonte no Plano Decenal de Expansão para o ano de 2021 de 16 GW de capacidade instalada e 9% na matriz energética brasileira. A diversificação da matriz e a alavancagem de fontes renováveis são aspectos cruciais favoráveis na análise ambiental do Brasil e na planificação desse avanço. Isso não pode fazer-nos perder de vista a questão do projeto do país e se desejamos assumir o lugar de exportadores de energia, mesmo que a custo de expansão de hidrelétricas e seus consequentes danos sociais e ambientais.

Outro aspecto central na problemática ambiental, a questão da estruturação da cidade, também é reflexo do histórico problema da desigualdade social. Raquel Rolnik e outros falam que temos não uma simples falta de moradias, mas uma verdadeira falta de cidade, ou mesmo a constituição de não cidades abraçando cidades minoritárias muito bem estruturadas. A falta de saneamento básico é apontada como um dos maiores problemas socioambientais do país segundo o estudo de sustentabilidade do IBGE. Mais de 15% das crianças brasileiras ainda vivem próximas a esgotos ao céu aberto. O atlas do saneamento, publicado pelo IBGE em 2011, revela também a profunda desigualdade regional dos serviços de saneamento. Além da desigualdade interna às cidades, as regiões Norte e Nordeste apresentam um quadro mais grave no que se refere à coleta e tratamento do esgoto. Isso afeta a qualidade das águas dos rios, especialmente os que são mananciais de abastecimento. O baixo percentual de tratamento de esgotos domésticos coletados e lançados nos corpos d'água interfere na qualidade ambiental das praias, manguezais, baías e ecossistemas marinhos. Nesses últimos dez anos, a coleta de esgotos apresentou expansão significativa, mas o tratamento ainda é incipiente.

Os setores econômicos predominantes da economia nacional são outro aspecto determinante para os níveis de degradação e os desafios da gestão ambiental. Desde seu início, o Brasil constituiu-se como economia exportadora de *commodities* ou de bens primários. Isso vem sendo reforçado pela contínua e consistente descoberta de importantes jazidas minerais, petróleo e gás. O Brasil está consolidado como importante economia agrícola exportadora. Ainda que não se possa falar em reprimarização ou desindustrialização, o fato é que não conseguimos, nesta década, alterar esse caráter primário da economia nacional.

Frente a esse cenário desafiador, reforçam-se as certezas quanto à necessidade da presença marcante do Estado. O mercado, no que tange aos direitos difusos e ao meio ambiente, tende a privatizar bens públicos ou comuns e socializar os prejuízos dos processos de produção e consumo. No campo ambiental, usou-se denominar esse processo de externalização das internalidades

do processo produtivo (Daly, 1999). Trata-se de uma cortina de fumaça que reforça a racionalidade econômica (Layrargues, 1998) como preponderante na orientação dos processos de resposta da agenda ambiental. Esse limite do mercado, como regulador de interesses difusos, se dá pelo simples fato de que ele não tem interesse, não se delineou e não tem mecanismos para isso. Como disse Horkheimer, “O modo burguês de economia não é orientado por nenhum planejamento nem é orientado conscientemente para um objetivo geral, apesar da perspicácia dos indivíduos concorrentes; a vida do todo resulta numa figura deformada, como que por acaso, mesmo assim sob enormes atritos” (Horkheimer, 1991, p. 41). Assim, o Estado brasileiro está desafiado a assumir plenamente a função de planejar, coordenar, monitorar e conjugar os esforços dos diferentes segmentos para garantir qualidade ambiental e de vida para todos, o que implica continuar a luta contra a desigualdade e a miséria, progressivamente enfrentar o predomínio dos setores primários em nossa economia, manter uma matriz energética limpa e estruturar nossas cidades, principalmente o saneamento e a mobilidade urbana pública.

A GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No plano internacional, o Brasil fortaleceu seu protagonismo como grande economia, como líder dentre os Brics e os países latino-americanos e como artífice de um novo eixo de relações Sul-Sul. Além da diversificação de parceiros econômicos entre países do Sul, o Brasil atua nos espaços da ONU e tem liderado propostas para o enfrentamento dos principais desafios sociais, econômicos, políticos e ambientais. O país voltou, em 2012, a sediar a Conferência da ONU de meio ambiente e desenvolvimento (Rio+20) e teve papel destacado na tentativa, ainda que frustrada, de firmar compromissos internacionais significativos. O Brasil se destaca por possuir 75% de todas as áreas protegidas criadas no mundo desde 2003, área maior que o território mexicano, 12% da quantidade de água doce superficial do mundo, 70% do território ainda coberto com vegetação original, 95% dos veículos *flex fuel*, 90% da eletricidade por fonte renovável de energia e 30% das florestas tropicais remanescentes do mundo estão no Brasil.

Em 2009, o Brasil assumiu o compromisso voluntário internacional de reduzir entre 36,1% e 38,9% das emissões de gases do efeito estufa até 2020, significando uma queda de 1,2 gigatoneladas de CO₂ equivalente. As emissões brasileiras de CO₂ eram de 8,9 toneladas *per capita* em 2005, um pouco acima da média mundial (8,5 ton), apresentando ritmo de crescimento mais lento do que a primeira metade da década de 1990, mas mantendo-se acima do recomendado. As queimadas, que respondem por grande parte das emissões

brasileiras de gases do efeito estufa e são muito utilizadas no preparo do solo para a agropecuária, foram reduzidas em 40%. Em 2000, o Brasil tinha 104 mil focos de calor, número reduzido para 61 mil em 2011.

O relatório Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) publicado pelo IBGE em junho de 2012 mostra que houve avanços em quase metade dos 62 indicadores apresentados e distribuídos entre as áreas ambiental, social, econômica e institucional. Entre os avanços detectados, estão: a) a redução em 77% no desflorestamento anual da Amazônia Legal; b) o aumento do número de áreas protegidas; c) a queda em 50% da mortalidade infantil em uma década; d) o acesso crescente às redes de água e esgoto, além da coleta de lixo.

Nestes anos, o Brasil avançou na legislação e fortalecimento institucional para a questão ambiental. A criação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a alteração da estrutura administrativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foram esforços louváveis, motivados pela necessidade de aprimorar a gestão das florestas, das unidades de conservação e o controle ambiental. Essas mudanças podem, entretanto, aprofundar os limites da articulação entre as instituições do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e da integração das políticas de floresta, biodiversidade e águas. No âmbito legal, assistimos à edição da Lei de Florestas Públicas, a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei da Política Nacional da Mudança do Clima e da Lei Complementar 140-2011 que regulamentou o artigo 23 da Constituição Federal e estabeleceu as competências dos órgãos do Sisnama. Esta última representou um passo fundamental para a estruturação do sistema de meio ambiente, com ela a competência dos municípios para a gestão ambiental e a divisão dos papéis entre os entes federativos começaram a ser explicitadas.

O código florestal sofreu alterações profundas (pressionadas pelo setor ruralista) e poderia ter implicado em maior retrocesso ambiental, não fosse pelos vetos da presidenta Dilma após grande debate no Congresso Nacional, no meio científico e na sociedade civil brasileira. Outro importante instrumento da gestão ambiental, o licenciamento ainda não conseguiu cumprir com seus objetivos. Ainda que o controle ambiental seja uma conquista importante da sociedade, que reforça o papel regulador do Estado e de proteção à qualidade ambiental, o licenciamento burocratizou-se e tem sido apontado, por muitos setores, como um mero entrave ao desenvolvimento econômico.

Em função das legislações e normas vigentes, praticamente tudo se licencia, mesmo as atividades que claramente não têm qualquer impacto ambiental significativo. Os trâmites de licenciamento são labirintos cartoriais,

uma expressão do conceito de processo kafkiano. A complicação do processo é vivida por toda e qualquer situação, da mais simples à mais complexa atividade. Uma pequena fábrica de sucos, uma central de energia eólica e uma grande usina termelétrica encontrarão níveis de dificuldade, burocracia e custos para licenciamento menos diferenciados que seus impactos relativos.

O escopo do licenciável é incompatível com a realidade do Estado e a necessidade da sociedade. O Estado é incapaz de operar e fiscalizar tantas licenças, principalmente em tempos de crescimento econômico. As análises dos processos de licenciamento são fragmentadas, individualizadas, regidas por um conjunto excessivo, confuso e por vezes contraditório de normas e documentos. Outro fator que amplia a complexidade do processo é a relação com outros intervenientes (Funai, Palmares, Incra, Iphan, Sucom etc.) e a tendência a incorporar toda a dimensão de proteção de direitos difusos no processo de licenciamento ambiental. O passivo de regularização fundiária agrega-se ao processo de licenciamento das atividades rurais. As inseguranças técnicas e até as inadequações de projetos de engenharia se tornam objeto de atenção do processo de licenciamento. A outorga de água para intervenções, como pontes sobre corpos d'água, são requeridas para minimizar possíveis erros de dimensionamento em função das variações dos fluxos da água. Assim, os técnicos atuam com enorme insegurança jurídica, temendo responder pessoalmente a ações de responsabilização por parte do Ministério Público. Essa situação burocratiza e atrasa o trabalho técnico, que se torna minucioso em exigências cartoriais, aferradas à norma e não ao resultado social.

Nestes dez anos, não mudou o cenário no qual, com o enorme passivo de licenças e atraso nos processos, os gestores públicos ficam pautados pelo inadequado indicador de sucesso da quantidade de licenças emitidas e atuam no sentido de pressionar os técnicos por celeridade. Neste cenário, o controle ambiental fica centralizado e praticamente concluído no licenciamento. O monitoramento e a fiscalização são secundarizados, faltam técnicos e recursos para estas outras dimensões decisivas do controle ambiental. A porcentagem de empreendimentos licenciados que são fiscalizados é muito baixa. O monitoramento existente não permite conhecer o conjunto dos efeitos ambientais dos empreendimentos de uma região. A qualidade ambiental, que é a verdadeira entrega desse sistema para a sociedade, não é garantida ou mesmo conhecida. Há três caminhos, ou tendências, que se apresentam no momento de crise desse sistema:

■ O incremento da rigidez dentro do mesmo modelo, que pode agravar a lentidão e ineficácia, mas que é uma resposta natural de um sistema inseguro e excessivamente normatizado.

- A liquidação do sistema a partir de iniciativas de desregulamentação ambiental, pressionados pelos setores econômicos.

- A organização urgente de um amplo conjunto de alterações radicais no sistema de licenciamento, que permitam a saída dessa situação falimentar e foquem a garantia da qualidade ambiental para a população.

Este terceiro é o caminho no qual acreditamos e representa a direção na qual temos avançado no estado da Bahia. As medidas para simplificar ou mesmo dispensar da licença alguns tipos/portes de atividades, a criação de processos declaratórios, o início da era digital para o licenciamento, o fortalecimento da capacidade dos municípios e a integração e uso da base de dados para subsidiar o controle ambiental são alguns desses avanços que temos desenvolvido, ainda que não plenamente. A ordem do dia dessa transformação do sistema de licenciamento é colocar a qualidade ambiental no centro das atenções.

Entretanto, todo avanço do estado fica truncado e dificultado pelas orientações e regulamentações federais. Urge nacionalizar a agenda de desafios dos estados, debater a questão do estabelecimento do Sisnama com todos os entes. Não é possível que cada estado ou município resolvam sozinhos seus entraves com o controle ambiental. Há um déficit na visão de federalismo dentro do sistema de meio ambiente e uma tendência ao centralismo; só o Ibama pode propor alterações nas normas de licenciamento ao Conama; a regulamentação da LC 140 está sendo feita sem participação de estados e municípios, assim como aconteceu com a regulamentação do Código Florestal e a regulamentação que definiu as representações dos estados e municípios na comissão tripartite, em que os entes pactuam as mudanças, foi regulamentada pelo MMA. Esta incapacidade de diálogo do MMA com os demais entes federativos tem sido marcante nestes dez anos. Muitas das decisões tomadas unilateralmente pelo governo federal oneram os estados (Cadastro Ambiental Rural das Propriedades Familiares) e os municípios para além das suas atuais capacidades de investimento.

Para se superarem os limites do controle ambiental em escala nacional, um novo padrão de diálogo e de visão federativa deve ser construído. Esse novo ambiente de construção política demandará melhor pactuação dos papéis dos entes federados, regulamentação da LC 140, revisão de normas (unificação) e desenvolvimento de novos marcos e instrumentos de apoio.

O diálogo unificado sobre o setor ambiental, pactuado entre União, estados e municípios, com os demais setores, destacadamente o Ministério Público, os setores econômicos, o Iphan, a Funai, a Fundação Palmares e o Incra também permitirá reduzir a complexidade, as sobreposições e a insegurança jurídica dos processos de licenciamento. São estes os desafios e agendas urgentes para que a crise no sistema de licenciamento não se agrave e não enseje

o desmantelamento de uma importante ferramenta para o desenvolvimento e a garantia da qualidade ambiental para a sociedade baiana e brasileira.

As dificuldades de diálogo para fazer avançar a política e a gestão ambiental não ocorrem apenas entre os diferentes segmentos da sociedade, mas também internamente ao estado, entre o setor ambiental e os demais setores. O único ponto de contato permanente das políticas e da gestão ambiental com a sociedade e as demais políticas é o processo de controle ambiental, pelo licenciamento, contexto que ainda melhor espelha o mito de Sísifo. Operam-se milhares de licenças no país a cada ano, centenas todos os dias, e a cada dia o trabalho recomeça, como se nada tivesse sido realizado.

Esse lugar fragilizado da gestão ambiental no estado agrava a dificuldade de diálogo e as críticas do setor ambientalista. Há um entrincheiramento do ambientalismo conservador que o conduz a uma polarização maniqueísta e o impede de lidar com a realidade e as condições sociais, econômicas e políticas do país. As principais são relacionadas: 1) à progressiva liberação de transgênicos sem os estudos e precauções necessárias, assim como de agrotóxicos proibidos em outros países e a admissão da importação de pneus e baterias usados (atualmente interrompidas), a omissão quanto às questões do mercúrio e amianto; 2) aos retrocessos no Código Florestal e o Código de Mineração; 3) ao fortalecimento da opção das termelétricas e o “renascimento” da opção nuclear e a falta de políticas efetivas de eficiência energética; 4) às fragilidades institucionais do Sisnama, agravados pela falta de capacidade de diálogo da atual ministra, o baixo orçamento e a capacidade limitada das instituições de meio ambiente. São aspectos contraditórios deste período e que exigem a ampliação da pauta e da capacidade de diálogo e gestão do Sisnama.

O cenário global também é contraditório quanto às possibilidades de avanço rumo à sustentabilidade. A crise global, a dependência do petróleo, a falta de condições políticas para a governança internacional das questões ambientais de alcance global, a desigualdade de acesso à água, a divisão internacional do trabalho, da economia e a geopolítica Nimby são aspectos que dificultam qualquer país, especialmente os do Sul geopolítico, gerir a qualidade ambiental de seu território.

Assim, como discutido, a estruturação da política e da gestão ambiental estão muito aquém da possibilidade e da necessidade para transformar o desenvolvimento do país em direção a uma perspectiva de sustentabilidade. Ainda que haja crônicos problemas no interior do sistema do meio ambiente, a problemática ambiental precisa ser compreendida sob perspectiva mais ampla e ocupar lugar relevante no planejamento e na formulação das políticas estruturantes do país.

A GESTÃO AMBIENTAL NA BAHIA

No Brasil, a Bahia destaca-se como o estado que reúne quatro dos principais biomas brasileiros, os Litorâneos (mar, mangues e restingas), a Mata Atlântica, a Caatinga e o Cerrado. A biodiversidade interage, na Bahia, com uma grande diversidade social. Tal cenário amplia as possibilidades, mas também a complexidade de uma gestão que combine a prevenção e a ação para melhoria ambiental.

Para lidar com essa complexidade, algumas importantes mudanças estruturais foram realizadas na política e gestão do sistema de meio ambiente do estado. Na Bahia, assim como no Brasil e nos demais estados, os instrumentos, instâncias e instituições da área ambiental foram sendo criados conforme a necessidade e as circunstâncias, desde o início da década de 1970. Esse processo resultou em desarticulação, sombreamentos de funções, desperdício de recursos, perda de qualidade dos processos e, conseqüentemente, na lentidão e menor eficácia do sistema de meio ambiente. Também como em outros estados, na Bahia nunca houve uma articulação efetiva entre os principais órgãos ambientais, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), o Instituto de Meio Ambiente (IMA, antigo CRA) e o Instituto de Gestão das Águas e do Clima (Ingá, antiga SRH).

O governo Wagner realizou reformulação abrangente da estrutura do sistema e da Política Estadual de Meio Ambiente. As principais alterações estruturais foram: 1) A criação de um único instituto destinado à execução conjunta das Políticas de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, que agregou a maior parte das funções do Ingá e do IMA; e 2) A reformulação da Sema reforçou seu papel como órgão central, planejador e coordenador da política.

O empreendedor agora tem otimizada, em uma única diretoria, toda a tramitação de licenças, autorizações e outorga para sua empresa. Espera-se, com esse conjunto de mudanças, melhorar intensamente a qualidade, a eficiência e a eficácia dos processos de regulação ambiental. Diversas medidas garantirão melhor atendimento, desburocratização, transparência e agilidade nos processos de regulação. A fiscalização e o monitoramento agirão de modo mais sistêmico e com maior prontidão. Todas as ações a favor da maior conservação e recuperação ambiental estarão articuladas em uma diretoria.

Outras mudanças decorrem da interpretação de outros problemas que vêm prejudicando a qualificação do sistema. O processo de licenciamento passa a ter sua tramitação concluída no próprio órgão responsável, e não na reavaliação pelo Cepram. O Cepram focava sua atuação no retrabalho sobre 2,4% dos licenciamentos de empreendimentos. Os problemas no processo de licenciamento reforçavam uma mescla de atribuições entre o Cepram e o

órgão ambiental. Confundir atribuições e denominar tal processo de partilha de responsabilidade foi, muitas vezes, um argumento para desregulação acompanhada de redução das atribuições do Estado. O Estado não pode terceirizar a responsabilidade sobre o licenciamento. O Cepram também teve mudanças em sua composição, com ampliação da participação da sociedade civil, que passou a incluir representações de todos os biomas e das populações tradicionais, universidades e entidades de classe.

Nos últimos quatro anos, avançou-se muito no sentido da superação de um grave quadro na gestão de recursos hídricos. O Estado não possuía nenhum plano de bacia elaborado, enquadramento dos corpos d'água, cadastro de usuários e nenhum passo dado no sentido da cobrança pelo uso da água, ou seja, uma ausência completa dos principais instrumentos de gestão de águas. As outorgas, por muitos anos, foram dadas sem uma base de informações que as garantisse. A criação de um sistema de outorga, a elaboração de sete planos de bacia acompanhada de proposta de enquadramento e do cadastro de usuários são alguns desses importantes passos dados nesse período.

O controle social ainda não se desenvolveu no que se refere à política e gestão ambiental no estado. Assim como os Comitês de Bacia, outros espaços de avaliação, planejamento e controle social encontram-se fragilizados. Os Conselhos de Unidades de Conservação, as Conferências Estaduais de Meio Ambiente e os Conselhos Municipais de Meio Ambiente são alguns dos espaços que requerem urgente fortalecimento. Mais de 70% dos municípios baianos não possuem seu Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Um conjunto importante de avanços que permitirão melhorar e integrar o planejamento e a gestão ambiental são os diversos instrumentos e diagnósticos sendo realizados: 1) ZEE-BA (2013); 2) Planos de Bacia; 3) Planos de Manejo; 4) Mapeamento da Cobertura Vegetal; 5) Lista de espécies ameaçadas; 6) Áreas prioritárias para conservação; 7) Inventário Florestal (em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro). Está claro que a simples produção desses instrumentos não se configura condição suficiente para o planejamento integrado, que requererá mecanismos de tradução destes para as práticas da gestão.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Parece-nos que estas breves reflexões demonstram a amplitude da pauta ambiental, e a complexidade dos desafios para se promover a sustentabilidade são fatos. Em grande medida, esses desafios transcendem a pauta e os papéis do Sisnama. É fundamental que se acelerem os passos para redução da desigualdade e da miséria no país. A reforma agrária, a garantia de terra e água para os povos e comunidades tradicionais, a economia solidária, os microem-

preendimentos e a promoção da segurança alimentar com políticas agrícolas estaduais e municipais que favoreçam a circuitos comerciais curtos são alguns dos exemplos em que os desafios sociais se aproximam dos ambientais. Outro desafio fundamental é a estruturação das cidades, reverter o quadro do saneamento, em especial o tratamento de esgotos e mobilidade urbana pública de qualidade são conquistas sociais e ambientais decisivas.

O Brasil, pela sua imensa disponibilidade de solos agricultáveis, recursos minerais, petróleo e gás, precisa ampliar os investimentos em pesquisa, tecnologia e formação de recursos humanos, já fortalecidos nesses últimos dez anos.

No que tange ao papel específico da gestão ambiental, há necessidade urgente de aprimoramento da articulação federativa entre os órgãos federais, estaduais e municipais que tratam do meio ambiente. O investimento no diálogo continuado e propositivo com todos os setores, com vistas à elaboração e implementação progressiva de uma política fiscal, de crédito e instrumentos econômicos para a sustentabilidade; uma agenda de pesquisa pública e formação de profissionais para a sustentabilidade; planejamento da logística de transporte, do setor energético e industrial pautado na sustentabilidade; política agrária, agrícola e de geração de trabalho e renda para a sustentabilidade e a justiça social.

Há premência de uma efetiva instalação do Sisnama, com especial atenção para as políticas de apoio para o estabelecimento da gestão ambiental nos municípios e progressiva ampliação de suas capacidades; a regulamentação da LC 140; o estabelecimento da gestão ambiental no estado com a estruturação física e logística necessária e ampliação do quadro de técnicos concursados; os sistemas de informações ambientais especializadas que garantam transparência, integração de análises, integração de entes federados e de planejamentos; a desconcentração da gestão ambiental estadual e o financiamento da Política Nacional de Meio Ambiente.

É necessária uma transformação radical do processo de controle ambiental, com destaque para a redefinição das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental; a redução de exigências de informações inúteis e cartoriais; a incorporação de procedimentos declaratórios e vinculantes; a valorização da fiscalização preventiva e estratégica; o fortalecimento do monitoramento e de seu potencial para análise integrada; a associação das condicionantes de licença aos diferentes planos e zoneamentos; o oferecimento de informações sistematizadas e especializadas para a elaboração de processos de licenciamento e sua análise; revisão da Res. 01/86 e 237/97 e das demais Resoluções Conama que estão em contrariedade ao Novo Código Florestal e demais normas legais.

Para superar o estágio em que as políticas ambientais atuam tópica, pontual, sintomática e reativamente, é necessário fortalecermos o planejamento e o

monitoramento. O desafio está em planejar de modo integrado, gerando estratégias para os diferentes setores e desdobrando os planejamentos para o cotidiano da gestão (controle ambiental), com destaque para instrumentos como o ZEE (necessidade de apoio aos estados), os planos de bacia hidrográfica, o mapeamento da cobertura vegetal, a definição de áreas prioritárias para a conservação.

A descentralização do planejamento e da gestão também pode concorrer para a qualidade ambiental se forem acompanhadas de um consistente processo de monitoramento. Ao Estado cabe organizar os espaços de mediação em que se possam produzir metas de qualidade ambiental territorializadas (por município, por microbacia) e pactuadas entre setores que possam implementar medidas de autorrestrrição, mudança tecnológica, tratamento de efluentes e resíduos e outras que concorram para as metas de qualidade pactuadas.

É clara a fragilidade crônica e a necessidade de revermos e fortalecermos as políticas de UCs, Florestas e Biodiversidade, com destaque para a regulamentação do Novo Código Florestal, o estabelecimento efetivo do Cadastro Ambiental Rural, o financiamento do cadastramento das propriedades familiares, o apoio sistemático aos Planos de Recuperação de áreas degradadas e outros passivos ambientais. Para evitar a fragmentação florestal e favorecer a qualidade da biodiversidade, o conceito de cota ambiental, a compensação de reserva legal orientada por corredores ecológicos e outros mecanismos indutores da proteção de grandes remanescentes podem ser estruturados. Instrumentos econômicos, com destaque para as políticas de pagamento por serviços ambientais, são outro exemplo de reforço positivo entre políticas sociais, econômicas e ambientais. O atual modelo de gestão de UCs do ICMBio não enfrenta o isolamento das UCs em relação às demais políticas ambientais e criam uma permanente tensão entre as áreas protegidas e os setores da sociedade. As unidades de conservação devem ser pensadas como polos irradiadores de políticas de biodiversidade, floresta, recursos hídricos e educação ambiental. A gestão de UCs, principalmente as de uso sustentável, devem ser focadas em estratégias de governança e pactuação social, fazendo do objeto de conservação um ativo ambiental reconhecido e protegido pelos diferentes segmentos da sociedade. No caso da Bahia, é urgente pensar em novas modalidades de UCs apropriadas à realidade dos povos e comunidades tradicionais, de atividades econômicas de baixo impacto e de seus ecossistemas peculiares.

A participação e controle social na gestão ambiental tem caráter fundante na gestão ambiental. Não é possível garantir a qualidade ambiental sem a concorrência dos esforços dos mais diversos segmentos. Considerando a questão ambiental como um tema eminentemente calcado no conflito social da distribuição dos benefícios e prejuízos do processo econômico, a participação

social é condição para o enfrentamento das injustiças ambientais. Além do estabelecimento de espaços de mediação, é fundamental o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação do Meio Ambiente (Sinima). O Sinima não é só decisivo para o planejamento e a gestão pública, mas para subsidiar os processos de participação. Cada cidadão deve ter pleno acesso às condições ambientais do lugar em que vive e trabalha, assim como compreender os riscos e as responsabilidades relacionadas aos diferentes parâmetros ambientais. Para tanto, além da informação, é necessária uma política e programa de educação ambiental para alavancar a participação, a compreensão, o controle público, a tomada de decisão e a ação individual e coletiva nas questões socioambientais.

Há vários sinais de que a agenda ambiental, apesar dos inequívocos avanços, não foi conduzida como se esperava. Alguns aspectos, como a maior disponibilidade de informação, têm concorrido para o fortalecimento da compreensão e valorização da pauta ambiental por parte da sociedade, porém, a apropriação político-partidária dessa questão dificulta a construção e discussão da pauta. O avanço só se dará com a retomada da pauta ambiental, seu aprofundamento e transversalização dentro de toda a política de governo e projeto societário.

ANÁLISE DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA LOCAL

A partir da Constituição de 1988, ocorreu um crescimento das atribuições dos municípios que trouxe sérios problemas de sustentabilidade financeira. Os municípios são, de modo geral, dependentes das transferências governamentais, o que revela significativa dependência financeira em relação aos demais entes federados. Por sua vez, entre 2000 e 2009, houve crescimento da participação dos municípios na receita tributária nacional, o que pode indicar um movimento de modernização e controle da sua máquina arrecadadora. Foi de 5,3% em 2000 e saltou para 6,5% (Gráfico 30). Destaca-se um salto de 32,5%, ou seja, de 4.199 municípios (1988) para 5.565 em 2012.

Nesse sentido, é fundamental a definição de instrumentos tributários que viabilizem o atendimento de demandas específicas da população. Por exemplo, não se pode dissociar a crise aguda de mobilidade nas grandes cidades da própria crise do municipalismo, dada a importância da gestão municipal na função social das cidades. No que se refere ao transporte especificamente, existe a necessidade de uma estrutura de gerenciamento que articule as áreas de trânsito e vias públicas.

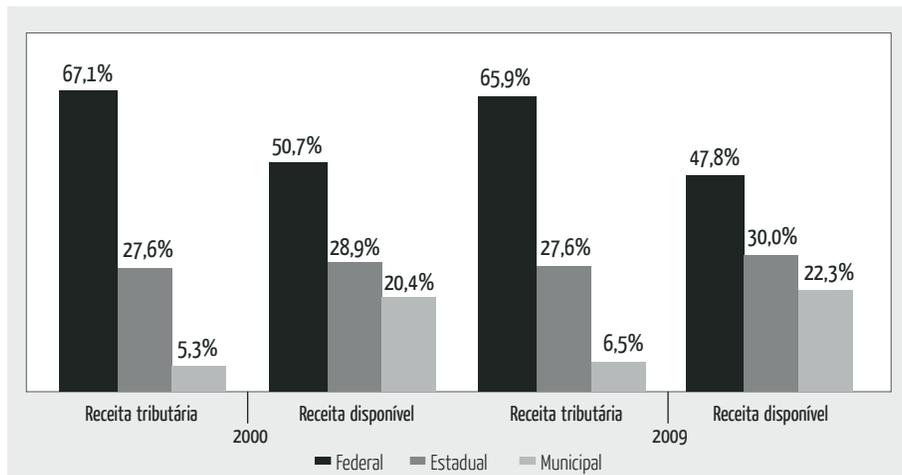
NÚMERO DE SERVIDORES E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Entre 2005 e 2012, houve uma ampliação do número de servidores públicos municipais nas administrações direta e indireta. São 6.280.213 pessoas ocupadas no Brasil. Isso representa 3,2% da população estimada do Brasil, 3,6% no Nordeste e 3,4% na Bahia.

Já nos estados, o quantitativo de recursos humanos nas administrações direta e indireta totalizava 3.128.923 pessoas, o que representa 1,6 % da po-

Gráfico 30

Brasil – Distribuição percentual da receita tributária e da receita disponível nacional, por esferas de governo 2000-2009



Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais 2000/2009. Elaboração: DPS/SPE/Seplan

pulação estimada do Brasil para o mesmo período pesquisado, cujo total era de 196.526.293 habitantes. Consta-se que a Bahia tem um dos menores percentuais do país com 0,9% (Cf Tabela 27, p. 115).

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Desde 2007, o governo Wagner desenvolve um processo de reestruturação da administração pública, com destaque para o planejamento, reorientação da política fiscal com ênfase na qualidade do gasto público e a revalorização do servidor. Espaços permanentes de discussão e debate foram criados. A ideia de que o desenvolvimento está vinculado à transformação social foi fortalecida e reforçada; bem como da importância da existência de uma agenda comum que reflita que o conflito de forças dentro da sociedade pode proporcionar a alavancagem para os avanços necessários.

O governo Lula retomou o tema desenvolvimento como condição necessária para identificação de instrumentos que compatibilizem crescimento e estabilidade. A Bahia seguiu este rumo e desde 2007, tem apresentado conquistas que colocam o estado em posição de destaque. Para tanto, empreendeu-se um processo de reestruturação da máquina pública, ainda em curso, em que medidas como a renovada ênfase no planejamento, a reorientação da política fiscal com ênfase na qualidade do gasto público e a revalorização do servidor ofereceram condições para a plena retomada do investimento público.

No âmbito da governança, foram criados espaços permanentes de discussão e debate. Fortaleceu-se a ideia de que o desenvolvimento está vinculado à transformação social, com lastro na premissa de que o conflito de forças dentro da sociedade pode alavancar os avanços necessários, principalmente se refletido através de uma agenda comum.

A Bahia configurava um grande desafio político, administrativo e financeiro. Utilizando a transversalidade como forma de integração de políticas públicas, o governo estadual, desde 2007, vem conseguindo apresentar, para além do alinhamento partidário, uma comunhão de ideias, algumas já experimentadas na esfera federal, outras completamente inovadoras, e todas comprovadamente eficazes e, portanto, aptas a abrir as portas da evolução para o estado.

Comungando com esse posicionamento estratégico, a priorização de programas de proteção social, com vistas ao atendimento das demandas sociais e ao desenvolvimento da infraestrutura econômica, serviram de sustentáculo para a melhoria nas condições de vida da população e proporcionaram o lastro indispensável ao crescimento sustentável. A atuação em eixos como transparência, combate à corrupção, facilitação do diálogo e primazia da democracia foram passos importantes rumo ao maior desafio do governo: assegurar a redução da desigualdade, tão latente em nosso estado.

Para mudar esta configuração, o estado precisou abraçar um processo de correção de rumos quanto a situações herdadas de gestões anteriores, etapa indispensável à implementação de novas políticas, criando novas diretrizes através da implementação do novo modelo de gestão em que apresentasse plenas condições para investir naquilo que a sua população considera mais importante e criar as condições institucionais e estruturais para atrair investimentos e, enfim, impulsionar o seu crescimento.

GERENCIAMENTO DE DESPESA

O aprimoramento do gerenciamento de despesas do estado considera ações de qualificação do gasto público, aprimoramento da gestão de pessoas e seu plano de saúde, excelência no atendimento ao cidadão, gestão eficaz em compras, contratos, custeio e patrimônio, transparência e melhorias aplicadas em tecnologia e conseqüentemente modernização da gestão pública.

QUALIDADE DO GASTO

A qualificação do gasto público é uma diretriz essencial para a evolução social. O governo baiano vem experimentando o sucesso da implementação de um conjunto articulado de medidas que tornou viável a detecção de distorções históricas e sua correção. São problemas que configuravam desperdício do dinheiro e demonstravam descompromisso com a máquina pública.

Investido da atribuição sistêmica de propiciar os meios necessários à boa gestão governamental, o governo do estado lançou, em 2007, o Compromisso Bahia – Programa de Qualidade do Gasto Público, que agrega conceitos integrados, como bom desempenho, economia de recursos e satisfação dos usuários. Em sua primeira etapa, teve seu foco voltado para a racionalização do gasto público e ampliação deste enfoque também para a atividade-fim, vislumbrando, no combate ao desperdício, a chave para ampliar a efetividade das ações de governo. Naquele momento, traçou-se um diagnóstico inicial da realidade administrativa no governo baiano, promovendo, *pari passu*, as medidas necessárias para sanear os problemas encontrados.

Hoje, seis anos após o lançamento do programa, o estado contabiliza R\$ 969,8 milhões efetivamente economizados – valor reinvestido no aprimoramento de políticas públicas e aparelhamento das unidades administrativas, objetivando um melhor serviço à população – a partir de ações de combate ao desperdício nas dimensões: contas de consumo, licitações e folha de pagamento de pessoal. Este montante, que representa 196% além dos R\$ 492 milhões projetados pelo Programa em seu início, reafirma o êxito dessa iniciativa, que se deu pela conjugação de esforços de parceiros nas diversas esferas do governo.

Em sua nova fase, o programa concentra suas ações na implementação de políticas de modernização administrativa e gerencial, voltadas para a qualidade dos serviços prestados à sociedade, num processo crescente de melhoria continuada da gestão pública. O sucesso experimentado na primeira fase do Programa indicou outros pontos passíveis de atuação sistêmica e contundente, aprimorando a capacidade de gerenciamento da máquina pública. O desafio que perdura é a necessidade de mudança cultural com a consequente superação de hábitos políticos e administrativos arraigados.

Eixos de atuação do programa:

■ **Folha de Pagamento e Benefícios:** auditoria permanente na folha de pagamento e unidades de RH; implementação de ações de recadastramento e validação do quadro de pessoal; implantação de pacotes de procedimentos médico-hospitalares; publicação de Portaria nº 358 – exclusão de parcelas proporcionais aos benefícios fiscais concedidos pelo estado da tabela utilizada para faturar medicamentos.

■ **Licitações:** fim do uso do envelope lacrado contendo preço inexequível e obrigatoriedade do licitante vencedor de apresentar planilha aberta de composição de preços; priorização do uso do Pregão Eletrônico, ferramenta que amplia a competitividade e garante maior transparência nas aquisições; elaboração de novas formas de contratação de serviços terceirizados; fortalecimento da Coordenação Central de Licitação para exercer atuação sistêmica e executar licitações

Tabela 27

Pessoa ocupado na administração direta e indireta e estimativa da população, segundo as grandes regiões e as unidades da federação

2012

Grandes regiões e unidades da federação	Pessoal ocupado na administração						Estimativa de população (1)
	Total		Direta		Indireta		
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual	
Brasil	3.128.923	1,6	2.618.369	83,7	510.554	16,3	196.526.293
Norte	371.191	2,3	318.204	85,7	52.987	14,3	15.945.589
Rondônia	53.261	3,5	45.980	86,3	7.281	13,7	1.531.920
Acre	35.294	4,9	29.907	84,7	5.387	15,3	721.006
Amazonas	84.912	2,4	65.679	77,3	19.233	22,7	3.534.574
Roraima	-	-	16.979	-	-	-	445.043
Pará	104.352	1,4	89.165	85,4	15.187	14,6	7.726.888
Amapá	28.457	4,3	26.367	92,7	2.090	7,3	662.927
Tocantins	47.936	3,6	44.127	92,1	3.809	7,9	1.323.231
Nordeste	689.697	1,3	586.118	85,0	103.579	15,0	54.949.170
Maranhão	78.979	1,2	71.196	90,1	7.783	9,9	6.533.540
Piauí	57.703	1,8	51.088	88,5	6.615	11,5	3.214.556
Ceará	65.232	0,7	58.779	90,1	6.453	9,9	8.810.603
Rio Grande do Norte	55.690	1,7	47.880	86,0	7.810	14,0	3.221.581
Paraíba	87.694	2,3	75.286	85,9	12.408	14,1	3.843.916
Pernambuco	171.168	1,9	142.574	83,3	28.594	16,7	9.015.728
Alagoas	44.214	1,4	37.394	84,6	6.820	15,4	3.233.234
Sergipe	-	-	-	-	-	-	2.074.528
Bahia	129.017	0,9	101.921	79,0	27.096	21,0	15.001.484
Sudeste	1.188.544	1,4	968.969	81,5	219.575	18,5	82.880.900
Minas Gerais	332.305	1,6	299.059	90,0	33.246	10,0	20.529.623
Espírito Santo	62.177	1,7	55.335	89,0	6.842	11,0	3.577.833
Rio de Janeiro	223.720	1,4	136.208	60,9	87.512	39,1	16.383.401
São Paulo	570.342	1,3	478.367	83,9	91.975	16,1	42.390.043
Sul	514.388	1,8	413.484	80,4	100.904	19,6	28.316.533
Paraná	198.051	1,8	162.402	82,0	35.649	18,0	10.945.791
Santa Catarina	134.446	2,1	102.137	76,0	32.309	24,0	6.297.460
Rio Grande do Sul	181.891	1,6	148.945	81,9	32.946	18,1	1.1073.282
Centro-Oeste	365.103	2,5	331.594	90,8	33.509	9,2	14.434.101
Mato Grosso do Sul	54.305	2,2	46.480	85,6	7.825	14,4	2.426.518
Mato Grosso	66.973	2,1	65.736	98,2	1.237	1,8	3.120.442
Goiás	107.157	1,7	94.445	88,1	12.712	11,9	6.145.928
Distrito Federal	136.668	5,0	124.933	91,4	11.735	8,6	2.741.213

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2012.

Nota: As Unidades da Federação com dados ignorados não constam das respectivas totalizações regionais, bem como da totalização nacional.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada.

estratégicas, garantindo maior segurança, transparência e efetividade nas aquisições; adequação das normas de condução das licitações públicas, impedindo a condução burocrática e recursos protelatórios, assegurando a transparência e competitividade.

■ **Custeio:** revisão nos contratos de concessionárias públicas, adequando-os à demanda: (a) revisão da estrutura tarifária e das demandas contratadas; (b) centralização dos contratos de fornecimento de energia elétrica para os órgãos da administração direta em um só órgão; (c) consolidação dos contratos da administração direta e indireta, reduzindo o número de instrumentos de alta e baixa tensão, melhorando a gestão destes contratos; implementação de controle no pagamento de contas de consumo, evitando o pagamento de juros e multas; formalização de parcerias buscando a efficientização energética e de racionalização no uso de água, com adequação dos prédios públicos; implante de maior fiscalização dos contratos, assegurando a sua eficácia e a boa aplicação dos recursos públicos, com servidores capacitados para tal atividade; revisão dos contratos de telefonia e elaboração de normas que orientem a sua utilização.

APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS E SEU PLANO DE SAÚDE

Com foco nas vertentes: racionalização, carreira e valorização, o governo desenvolveu ações que viabilizaram o aprimoramento da gestão de pessoas no estado e o reconhecimento nacional destas iniciativas bem-sucedidas.

No que tange à racionalização, ao mesmo tempo em que o estado se mantém dentro dos limites fiscais legalmente estabelecidos, conseguiu implementar melhorias. Entre os resultados, destacam-se:

■ realização de concursos públicos, com contratação de mais de 28 mil servidores;

■ estabelecimento de parcerias público-privadas, que viabilizam grandes projetos, a exemplo do Hospital do Subúrbio e do Parque Tecnológico;

■ redução dos contratos em regime especial de direito administrativo (reda);

■ incremento do número de Organizações Sociais;

■ criação e ampliação do Programa Mais Futuro, com a contratação de estudantes da rede pública em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de assegurar a sua formação técnico-profissional através de contrato de aprendizagem, não ultrapassando 15% do total de servidores da unidade contratante, de acordo com a legislação vigente e possibilitando a sua inserção no mercado de trabalho;

■ modernização da junta médica do estado, com requalificação de instalações físicas, informatização de sistemas, ampliação de quadro profissional, objetivando a melhoria do atendimento ao usuário;

■ dimensionamento da força de trabalho.

No âmbito da gestão de carreiras e desempenho de pessoal, o foco de atuação foram as ações de reestruturação e regulamentação, com vistas a alinhar as carreiras às funções do estado e adotar critérios meritocráticos para a sua evolução. Os resultados foram a reestruturação de mais de 80 cargos efetivos, a criação de novas carreiras e a ascensão funcional agora pautada na avaliação de desempenho. No bojo dessas ações, a criação do Sistema Estadual de Negociação Permanente (Senp) abriu as vias de negociação entre o estado e as diversas categorias, em que negociações pautadas no diálogo e transparência tratam de contrapartidas e têm assegurado aos servidores o destravamento de carreiras que há anos não evoluíam.

Na dimensão da valorização dos servidores, foi instituído o Programa Você Servidor, cujas premissas são gestão efetiva dos recursos humanos, reconhecimento dos servidores pelos seus trabalhos desenvolvidos, cuidado e investimento na sua saúde e bem-estar. Esse programa assegura ao servidor benefícios como a regulamentação de critérios e procedimentos para consignação em folha, ações do Programa Bem Viver, além de prêmios destinados ao reconhecimento de boas práticas e foco no servidor cidadão.

Para o servidor aposentado, ou próximo à aquisição da aposentadoria, o estado investiu na centralização da gestão previdenciária, benefícios aos segurados e controle efetivo sobre a folha de pagamento, recadastramento de inativos, tendo-se pautado na transparência, assegurando ao servidor acesso às informações. Com essas ações, conseguiram-se um incremento de 35% no número de beneficiários e um incremento nas reservas acumuladas do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Funprev) e do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Baprev), além da redução do tempo médio de aposentadorias em 65%.

Salto na gestão também foi experimentado pela Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado (Planserv). O trabalho desenvolvido no plano de saúde do servidor público também acompanhou os eixos de modernização, combate ao desperdício e valorização. Pautado em credibilidade, satisfação do usuário em sustentabilidade, a Planserv hoje tem reconhecimento nacional de sua excelência na gestão de saúde. O sucesso se deve à implementação de políticas de controle e de equilíbrio econômico-financeiro, a exemplo da implantação da biometria e da auditoria, do pagamento regular à rede de prestadores, exclusão de parcelas proporcionais aos benefícios fiscais concedidos pelo estado da tabela utilizada para faturar medicamentos (publicação da Portaria nº 358), estabelecimento de valores referenciais para mais de 380 pacotes de procedimentos, racionalização das tabelas para aquisição de medicamentos e

controle eletrônico de preços, garantindo economia superior a R\$ 3 milhões por mês, revertidos na ampliação da oferta de serviços à população. Tais medidas viabilizaram, por exemplo, o reajuste dos valores pagos a consultas eletivas, subindo 125%, partindo de R\$ 20,00, em 2007, para R\$ 45,00 atualmente. Essas iniciativas refletem positivamente na melhoria da assistência do plano e, em sua ampliação, beneficiando diretamente o servidor usuário.

EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A melhoria no atendimento ao cidadão com foco na satisfação dos usuários pautou as ações do Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC). Para tanto, realizou-se reordenamento da rede e conseguiu-se expandi-la em 78%, com um pequeno aumento de pessoal, enxugando a máquina pública e focando na melhoria do serviço prestado. Assim, comprovou-se que é possível o atendimento às demandas sociais sem a ampliação desordenada das contratações. Além disso, ampliou-se em 50% a frota do SAC Móvel com objetivo de alcançar comunidades mais distantes e garantir o acesso à cidadania a todos. Outra medida voltada à otimização dos serviços foi o aumento da capacidade de atendimento, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, assegurando maior produtividade por terminal instalado.

Hoje o SAC é reconhecido como modelo de excelência no atendimento ao cidadão e vem disseminando tecnologias de gestão junto aos demais órgãos que passaram a adotar o modelo SAC de atendimento, a exemplo do Detran, do SAC Educação, unidades da Saúde, Cican, PGE e Inema.

GESTÃO EFICAZ EM COMPRAS, CONTRATOS, CUSTEIO E PATRIMÔNIO

O governo da Bahia direcionou suas ações no segmento compras, contratos, custeio e patrimônio para o aprimoramento das contratações e aquisições com revisão e implementação de novos critérios, maior segurança e efetividade nas contratações e aquisições públicas e regularização e recuperação do patrimônio imobiliário do estado.

Para tanto, desde 2007, o estado implementou ações que ultrapassaram R\$ 246 milhões, destacando-se controle total da frota, aprimoramento das compras e sustentabilidade, terceirização, uso racional de água e telefone e credibilidade do patrimônio.

No que tange ao controle total da frota, medidas como o aperfeiçoamento das aquisições com ampliação da concorrência e revisão de preços, a renovação da frota e a disponibilização de ferramentas de gestão de abastecimento, manutenção e monitoramento de veículos oficiais geraram economia da ordem de R\$ 17 milhões desde 2007.

As ações adotadas no aprimoramento das compras, com foco em sustentabilidade, geraram economia superior a R\$ 32 milhões e foram alcançadas por meio da potencialização de processos de compras públicas por meio do Registro de Preços. Esse resultado foi consequência de uma série de medidas, como: padronização das especificações e qualificação de preço, a partir da contratação de empresa detentora de *expertise* na matéria; inclusão de itens sustentáveis no catálogo de materiais; planejamento e agilidade nas aquisições, exigindo das unidades consumidoras que gerissem a sua demanda, evitando, dessa forma, desperdício; aplicação de sanções administrativas; agilidade na apuração de irregularidades praticadas por fornecedores. Além disso, ampliou-se a participação de micro e pequenas empresas fornecedoras do estado, com crescimento superior a 53% nos últimos anos.

Nesse conjunto integrado de medidas, deve-se destacar a importância na evolução da arrecadação dos leilões de bens inservíveis que, numa ascensão em volume de arrecadação, alcançou o pico de R\$ 5,5 milhões apenas em 2012, sendo parte deste valor destinado exclusivamente ao aparelhamento da frota do estado, em mais uma medida de qualificação do gasto.

O aprimoramento no modelo de contratação de serviços terceirizados engloba uma série de ações de gestão, como implementação de novo modelo de contratação por m² limpo, oferta de registro de preços de serviços terceirizados, regularização do modelo de contratação, com criação de novos postos de serviços e agilidade nas análises de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Como resultado, houve economia acumulada de R\$ 18,4 milhões.

Na melhoria da gestão de contas de consumo, para racionalizar o uso da água, luz e telefone, uma série de medidas foram aplicadas. Entre elas, a padronização e revisão de estruturas tarifárias nos contratos de alta tensão e medidas de eficiência de prédios públicos, a exemplo da substituição de 11.000 pontos de energia, e a formação do Ecotime – grupo de servidores designados para atuar no acompanhamento das ações de racionalização do consumo de água e energia, responsável pelo maior controle e redução de despesas desnecessárias. Os resultados alcançaram a economia de R\$ 45,3 milhões.

O patrimônio imobiliário do estado encontrava-se em situação de total abandono. Para revitalizá-lo e resgatar a sua credibilidade, foi necessário a construção de um plano de atuação, englobando medidas de caráter emergencial e de reestruturação. Foram identificados e regularizados imóveis de propriedade do estado, mapeadas situações de ocupação indevida e promovidas ações judiciais e administrativas com vistas à reintegração do bem ao acervo público. Os resultados foram a regularização de mais de 1.000 imóveis que estavam irregulares, bem como indenizações, pagas ao estado, de R\$84 milhões.

TRANSPARÊNCIA E MELHORIAS APLICADAS EM TECNOLOGIA

O investimento em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) foi imprescindível para viabilizar as conquistas destacadas e assegurar a transparência na gestão pública. A construção da política estadual de TIC foi necessária e envolveu diversas esferas governamentais, pautando atividades de segurança da informação, disseminação de tecnologias, planejamento de aquisições do estado e investimento em modernização tecnológica.

Os resultados dessa ação integrada de TIC ampliaram a capacidade de atendimento à demanda de todo estado e se deram a partir da disseminação de instrumentos normativos, elaboração de metodologias, atualização tecnológica advinda da implantação da Rede Governo III. Eles gerarão economia de R\$ 254 milhões em cinco anos de contrato. A ampliação da adesão à impressão corporativa, com redução de 57% em relação ao valor referencial, também contribuiu para a qualificação do gasto público. A implantação e disseminação do Portal da Transparência consolidou o compromisso de ampliar o diálogo e tornar transparente a gestão pública.

PRODEB

Órgão estadual de processamento de dados do estado, a Prodeb desenvolveu ações voltadas ao atendimento do cidadão, eficiência dos processos e informatização do serviço público. Para tanto, foram implementados projetos de reforço da sua infraestrutura tecnológica, como Rede Governo III, expansão do Data Center, Infovia Digital Bahia, expansão da Rede Ethernet; Gestão de Serviços de TIC.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Desde 2007, tecnologias de gestão têm sido agregadas à atuação do estado, com objetivo de adequar projetos e serviços às necessidades dos cidadãos. Também a implementação de metodologia que integra três componentes básicos de gerenciamento: diagnóstico organizacional, Plano de Melhoria da Gestão (PMG) e pactuação de resultados com o intuito de satisfazer o cliente-cidadão e que busca aprimorar os mecanismos da gestão pública. Além disso, o fortalecimento e implementação de modelos de parcerias de gestão constituíram iniciativas relevantes no âmbito da modernização da gestão pública estadual. Dentre estas parcerias, destacam-se as Organizações Sociais (OS) que, no âmbito da Administração Pública Estadual, obteve sucesso a partir da sua regulamentação por lei, que trouxe a possibilidade de as OS assumirem a gestão de atividades não exclusivas de estado, tendo sua execução acompanhada e fiscalizada pelo Órgão Público.

O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NA BAHIA

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, representa, sobretudo, a retomada e o fortalecimento da função de planejamento no Brasil, em que o estado lidera e direciona um conjunto de investimentos na área de infraestrutura logística, energética, social e urbana, que por sua vez estimula os investimentos da iniciativa privada.

O PAC ajudou a elevar o nível de investimento da economia brasileira para outro patamar, conforme pode ser observado no Gráfico 31.

Além de elevar as taxas de investimento da economia brasileira, o PAC ampliou as oportunidades de trabalho, emprego e renda e, ao estimular setores estruturantes do país, contribuiu para tornar a economia brasileira mais competitiva e fortalecer sua inserção na economia globalizada.

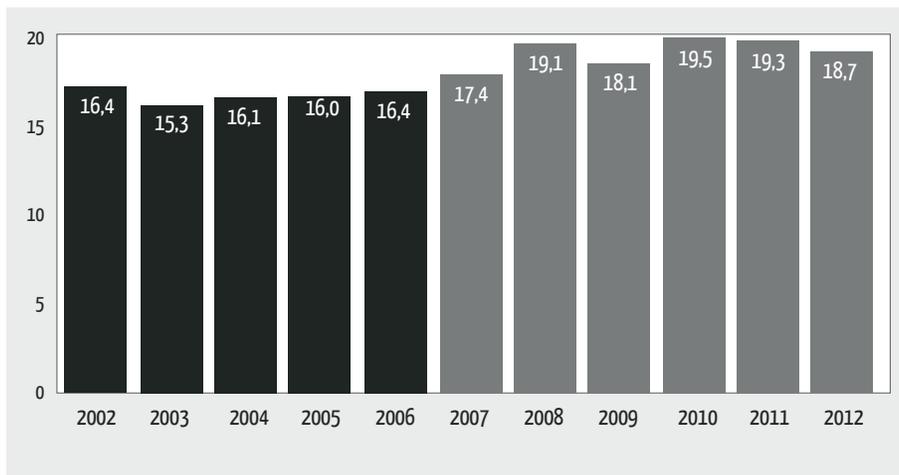
Na carteira de investimentos previstos para o PAC na Bahia lançado em 2007, era da ordem de R\$ 70,7 bilhões nas áreas de infraestrutura logística, energética, social e urbana, segundo o Balanço de 4 anos do PAC. Do montante dos investimentos, R\$ 40,8 bilhões estavam previstos até 2010 e R\$ 29,9 bilhões pós-2010 (Tabela 28, p. 122).

O PAC NA ÁREA DE LOGÍSTICA

Na área de logística, o objetivo do programa era ampliar a infraestrutura existente de modo a superar os gargalos na área de transportes e facilitar a escoação da produção regional, aumentando a competitividade da Bahia. Dentre os investimentos, se destacam as intervenções na área portuária, como

Gráfico 31

Taxa de investimento da economia brasileira (%)
2002-2012



Fonte: BC do Brasil

Tabela 28

Bahia – Investimentos do PAC
2007-2010

Eixo	Empreendimentos exclusivos		Empreendimentos de caráter regional	
	2007-2010	Pós 2010	2007-2010	Pós 2010
Logística	4.007,00	6.169,10	49,6	3,947,10
Energética	13.233,30	17.812,80	7.394,60	1.272,60
Social e urbana	16.079,30	572,3	-	-
Total	33.319,60	24.654,10	7.444,20	5.219,70

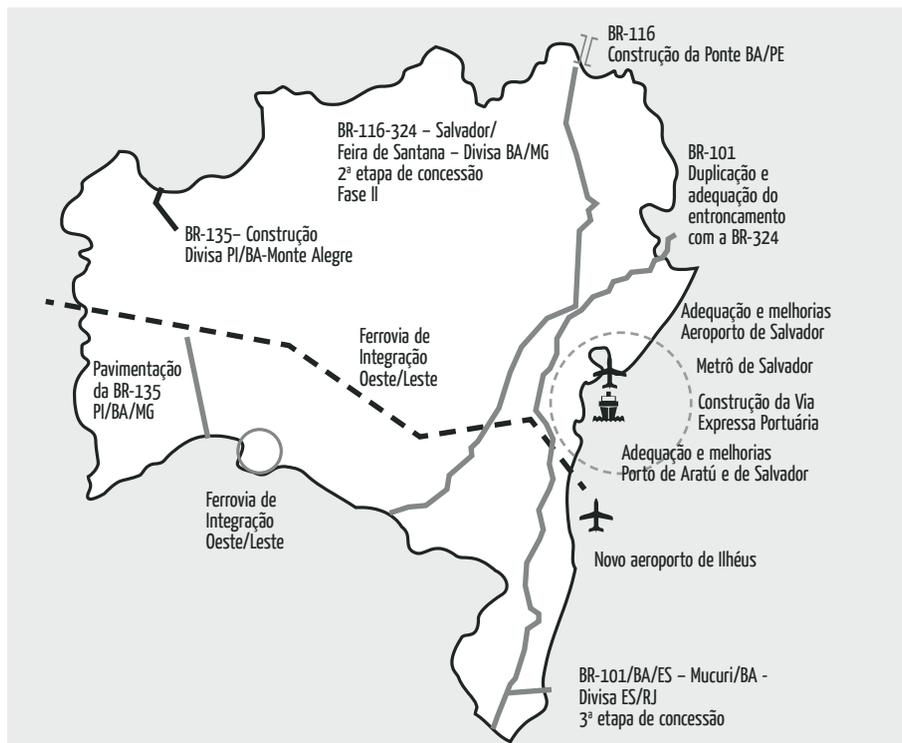
Fonte: PAC, 4º Balanço 2007-2010

a dragagem de aprofundamento do acesso aquaviário dos portos de Aratu e Salvador, a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a segunda etapa da concessão das BR-116-324/BA – Salvador – Feira de Santana e a construção da Via Expressa Baía de Todos os Santos. Ressalta-se também os investimentos na área aeroportuária, para expansão da infraestrutura de apoio ao turismo, como o projeto 2ª Pista do Aeroporto de Salvador e a ampliação e readequação do sistema viário de acesso ao aeroporto (Mapa 3).

PAC NA ÁREA DE ENERGIA

Os investimentos na área de energia, tanto os exclusivos quanto os de

Mapa 3

Bahia – Investimentos do PAC em infraestrutura de transporte
2007-2010

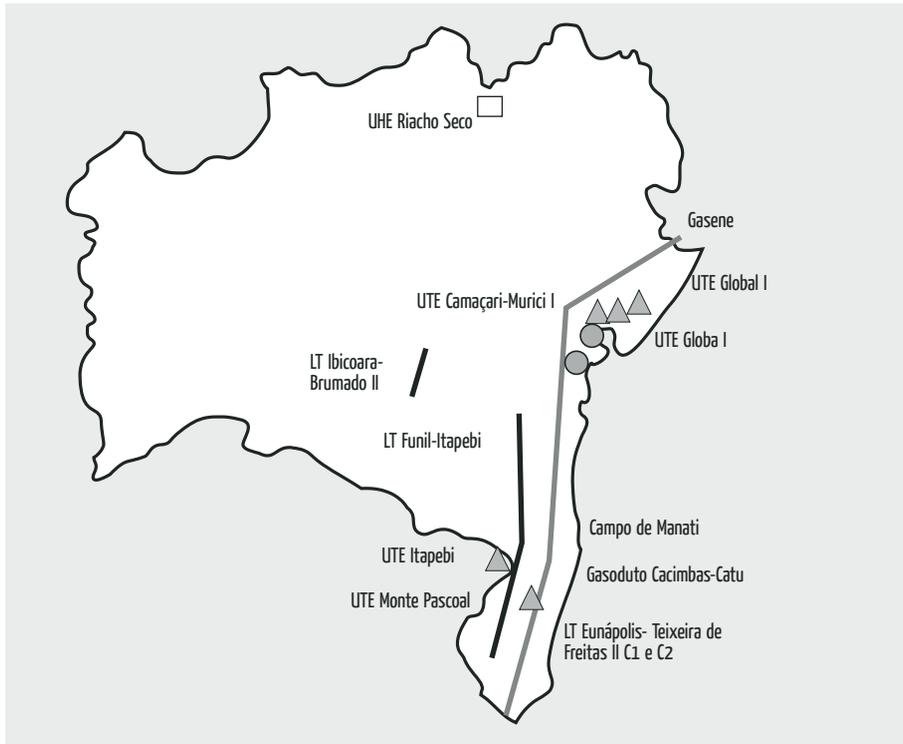
Fonte: PAC, 4º Balanço 2007-2010

caráter regional, chegam a R\$ 39,8 bilhões. São investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica, investimento na exploração, produção e refino de petróleo, além da expansão da malha de gasoduto do Nordeste. Trata-se de um conjunto importante de investimentos para garantir a segurança energética e a modicidade tarifária para a Bahia e região Nordeste, garantir o suprimento de gás natural no estado, expandir sua produção de petróleo e modernizar o seu parque de refino. A ampliação da oferta de energia nas diversas regiões do estado é fundamental para atração de novos investimentos e viabilizar as potencialidades produtivas da Bahia (Mapa 4)

O PAC NA ÁREA SOCIAL

Na área social e urbana, os investimentos do PAC foram de R\$ 16,6 bilhões. São investimentos importantes para a melhoria da qualidade de vida

Mapa 4

Bahia – Investimentos do PAC em infraestrutura energética
2007-2010

Fonte: PAC, 4º Balanço 2007-2010

da população e, portanto, de resgate da cidadania. Dentre os projetos para a Bahia, destacam-se:

- Luz para Todos (dados para a Bahia);
- ampliação do sistema de esgotamento sanitário da RMS: Emissário Jaguaribe;
- obras de despoluição da Baía de Todos os Santos e recuperação dos mananciais;
- ampliação do sistema de abastecimento de água de Salvador, entre outros municípios;
- ampliação do sistema de abastecimento de água do nordeste da Bahia – Projeto Tucano;
- ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Juazeiro, entre outros municípios;

- drenagem para prevenção de enchentes em Lauro de Freitas, Valença e Santo Antônio de Jesus;
- urbanização e reassentamento de famílias localizadas em beiras de córregos e áreas de risco;
- revitalização do rio São Francisco;
- conclusão das obras do metrô de Salvador;
- aumento da oferta de água para o consumo humano e para a produção;
- prevenção de enchentes e de áreas alagadas.

Na área de saneamento, os investimentos foram de R\$ 2,6 bilhões, voltados para garantir a segurança hídrica, seja por meio de ações estruturantes como a construção das adutoras, como também via financiamento da implantação, ampliação e/ou melhorias em sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotamento sanitário em mais de 260 municípios baianos, sobretudo naqueles com população de até 50.000 habitantes.

Os investimentos em habitação foram da ordem de R\$ 9,5 bilhões, sendo R\$ 8,9 bilhões em empréstimos para pessoa física, o que contribuiu para a redução do elevado *déficit* habitacional da Bahia, que era de 510.677 unidades habitacionais em 2007.

A carteira de investimento do PAC contribuiu para a expansão da taxa de investimento da economia baiana, gerando mais oportunidades de negócios, emprego e renda. Da mesma forma, contribuiu significativamente para a inclusão social, mola propulsora da base de desenvolvimento que vem mudando o Brasil e a Bahia por meio da promoção da cidadania, da igualdade de oportunidades e da melhoria da qualidade de vida.

O PAC 2

Em 2011, uma nova etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC 2, foi lançada. Com investimentos de R\$ 955,1 bilhões, o PAC 2 tem como objetivo dar continuidade às medidas de ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e estimular o investimento privado.

Estruturado em seis eixos (Transportes, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida e Água e Luz para Todos), o PAC 2, mais uma vez, destina um conjunto de investimento bastante expressivo para a Bahia, graças ao estreito alinhamento da Bahia ao projeto político de desenvolvimento que vem mudando o país. São cerca de R\$ 97,74 bilhões em investimentos voltados para a área de infraestrutura, que elevará o estado a um novo patamar de desenvolvimento econômico e social (Tabela 29).

No eixo de transporte, a continuidade e ampliação dos investimentos alterarão a matriz de transporte da Bahia, tornando-a mais diversificada, integrada, menos poluente e capaz de reduzir custos logísticos (Tabela 30).

Tabela 29Bahia – Investimentos do PAC (R\$ milhões)
2011-2014

Eixo	2011 a 2014 Exclusivo	Pós 2014 Exclusivo	2011 a 2014 Regional**	Pós 2014 Regional**
Transporte	7.957,10	3.010,75	2.736,98	6
Energi	15.910,99	32.518,83	3.895,53	7.195,00
Cidade Melhor*	2.654,25	4.975,70	-	-
Comunidade Cidadã	658,72	39,67	-	-
Minha Casa Minha Vida*	11.198,78	336,9	-	-
Água e Luz para Todos*	3.850,96	745,89	8,91	-
Total	42.230,80	41.627,74	6.681,42	7.201,00

* Empreendimentos que abrangem mais de um estado. ** Valores estimados para distribuição 2011 a 2014 e pós-2014.
Fonte: 7º Balanço PAC

Tabela 30Bahia – Investimentos do PAC (R\$ milhões)
2011-2014

Tipo	2011 a 2014 Exclusivo	Pós 2014 Exclusivo	2011 a 2014 Regional	Pós 2014 Regional
Rodovias	4.019,00	2.536,53	2.146,30	-
Ferrovias	3.211,30	409,9	-	-
Portos	171	-	511,3	-
Hidrovias	11,34	-	14,78	6
Aeroportos	183,25	64,32	64,6	-
Equipamentos p/estradas vicinais	312,97	-	-	-
Marinha mercante	48,4	-	-	-
Total	7.957,10	3.010,75	2.736,98	6

Fonte: 7º Balanço PAC

No eixo energia, os investimentos são da ordem de R\$ 59,5 bilhões, além de intensificar as ações iniciadas no PAC 1, o que significa a ampliação dos investimentos em R\$ 20 bilhões em relação ao programa, o que garantirá a segurança do suprimento de energia a partir de uma matriz energética mais equilibrada e menos poluente, baseada em fontes renováveis e limpas. Destacam-se também os investimentos em transmissão de energia elétrica, exploração de petróleo e gás, combustíveis renováveis e pesquisa mineral.

No PAC 2, os investimentos na área de infraestrutura social e urbana foi dividido em cinco eixos (Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida e Água e Luz para Todos), cujos investimentos, de 2011 a 2014, totali-

zam mais de R\$ R\$ 24,5 bilhões. O aumento dos investimentos nessa área evidencia a importância da mesma no projeto de desenvolvimento da Frente Popular.

No eixo Cidade Melhor, que tem como objetivo enfrentar os principais desafios das grandes aglomerações urbanas, como saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade, pavimentação, propiciando conforto e melhor qualidade de vida à população, os investimentos dos PAC 2 para a Bahia, entre 2011 e 2014, são de R\$ 7,6 bilhões, conforme a Tabela 31.

Tabela 31

Bahia – Investimentos do PAC, eixo Cidade Melhor (em R\$ milhões)
2011-2014

Tipo	Investimento 2011 a 2014	Investimento pós 2014
Saneamento*	925 03	986 35
Prevenção em áreas de risco*	70,32	845,57
Pavimentação*	141,08	220,38
Mobilidade urbana*	1.517 82	2.923 40
Total	2.654 25	4.975 70

** Valores estimados para distribuição 2011 a 2014 e pós-2014.
Fonte: 7º Balanço PAC

Os investimentos previstos em saneamento do PAC e PAC 2 são da ordem de R\$ 2,48 bilhões. Somam-se a este valor os investimentos em saneamento no âmbito da Funasa, que são de R\$ 315,20 milhões para o mesmo período.

No eixo Comunidade Cidadã, os investimentos na Bahia são de R\$ 698,39 milhões, voltados para o aumentando a oferta de serviços à população, com ações na saúde, educação, cultura e esporte. Tal eixo busca fortalecer a presença do estado nos bairros populares de modo a melhorar a qualidade de vida da sua população (Tabela 32).

Tabela 32

Bahia – Investimentos do PAC, eixo Comunidade Cidadã (em R\$ milhões)
2011-2014

Tipo	Investimento 2011 a 2014
UBS - Unidade Básica de Saúde	94,15
UPA - Unidade de Pronto Atendimento	47,2
Creches e pré-escolas	322,15
Quadras esportivas nas escolas	178,22
Praças dos Esportes e da Cultura	17
Total	658,72

Fonte: 7º Balanço PAC

Os investimentos do eixo Minha Casa, Minha Vida, além de contribuir com a redução do *déficit* habitacional, estão dinamizando o setor de construção civil e gerando trabalho e renda (Tabela 33).

Tabela 33

Bahia – Investimentos do PAC, eixo Cidade Melhor (em R\$ milhões)
2011-2014

Tipo	Investimento 2011 a 2014 Exclusivo	Investimento pós-2014 Exclusivo
Minha Casa, Minha Vida*	3.587,52	-
Financiamento SBPE**	6.876,21	-
Urbanização de Assentamentos Precários***	735,05	336,9
Total	11.198,78	336,9

* Não inclui o valor da provisão habitacional conjugada nas áreas de saneamento, drenagem, contenção de encostas e urbanização de assentamentos precários. Valor realizado até 30/04/2013.

** Valor realizado até 30/04/2013.

*** Valores estimados para distribuição de 2011 a 2014 e pós-2014.

Fonte: 7º Balanço PAC

Somados aos investimentos do PAC 1, o volume de recursos voltados para a urbanização de assentamentos precários são de R\$ 1,21 bilhão. Estes investimentos reduzem os riscos de desastres pelos quais as populações mais carentes são expostas.

No eixo Água e Luz para Todos, os investimentos são de R\$ 4,6 bilhões e têm como objetivo a universalização do acesso à energia elétrica, expansão do abastecimento de água tratada e revitalização de bacias hidrográficas. Destaca-se que o Água para Todos foi um programa do governo da Bahia, que devido sua importância e sucesso foi incorporado ao PAC, ganhando *status* nacional (Tabela 34).

Entre os anos de 2007 e 2012, o Luz para Todos executou aproximadamente 370.000 ligações e leva energia para quem mais precisa. Com investi-

Tabela 34

Bahia – Investimentos do PAC (R\$ milhões)
2011-2014

Tipo	2011 a 2014 Exclusivo	Pós-2014 Exclusivo	2011 a 2014 Regional**	Pós-2014 Regional**
Luz para Todos	1.680,72	-	-	-
Re cursos Hídricos	1.876,08	263,6	48,91	-
Água em áreas urbanas*	294,16	482,3	-	-
Total	3.850,96	745,89	48,91	-

Fonte: 7º Balanço PAC

mento de R\$ 2,4 bilhões, atendeu 414 municípios, beneficiando mais de 2,5 milhões de pessoas.

Os investimentos do PAC possibilitou a redução do *déficit* de domicílios sem energia na Bahia (Tabela 35). Dados da Pnad/IBGE evidenciam que a média anual de novos domicílios com energia elétrica foi de 144.837, enquanto que a média dos governos anteriores, de cunho neoliberal, foi de 113.434 de 1995 a 2006.

Tabela 35

Bahia – Domicílios por acesso à energia elétrica
2006 e 2011

Ano	Domicílios com energia elétrica	Domicílios sem energia elétrica	Total	% com acesso à energia elétrica
2006	3.497.876	271.791	3.769.667	92,8
2011	4.222.061	87.783	4.309.844	98

Fonte: Pnad/IBGE

Os investimentos do Água para Todos têm garantido a segurança hídrica e o acesso à água à população da região do semiárido, que é aquela que mais sofre com a seca. Os investimentos do programa foram fundamentais e permitiram que os problemas da pior seca dos últimos 50 anos, que acometeu a Bahia e o Nordeste em 2011/2012, não fossem ainda maior. O Mapa 5 evidencia importantes ações do programa no estado.

INFRAESTRUTURA DO ESTADO: PARA ALÉM DO PAC PORTOS, AEROPORTOS, FERROVIAS E RODOVIAS

Em que pese a importância do setor de transporte para o desenvolvimento do Brasil, os investimentos para o setor se encontravam em níveis bastante baixos em 2002 (menos de 0,3% do PIB). A falta de planejamento e de investimentos do governo neoliberal imprimiu sérios gargalos logísticos na Bahia e que se constituem como um entrave ao seu crescimento, tornam os produtos da Bahia menos competitivos, em função dos custos adicionais e da ineficiência e, em alguns espaços do território baiano, a própria inexistência de uma infraestrutura logística minimamente adequada inviabiliza economicamente uma série de atividades produtivas.

Entretanto, a partir de 2006, a política de transporte no Brasil muda consideravelmente com o Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT). A premissa da necessidade do planejamento de longo prazo para o setor de transporte, com vistas ao atendimento da demanda do crescimento interno

Mapa 5

Bahia – Investimentos do PAC 1 e 2 em infraestrutura hídrica
2007-2010

Fonte: 7º Balanço PAC

e do comércio exterior, redução dos níveis de ineficiência quanto a custos, tempo de viagens e acidentes, estruturação de corredores para escoamento da produção, estímulo à intermodalidade e ao equilíbrio da matriz brasileira de transporte, estrutura o plano. No bojo do PNLT, que é um plano indicativo/orientador, um conjunto significativo de investimento foi previsto para a Bahia, em que o PAC é seu o “braço” executor.

Assim, fortalecer a infraestrutura de transporte do estado da Bahia, tornando-a mais moderna e promovendo a intermodalidade do sistema de transporte, é um dos principais objetivos contidos no PNLT e, portanto, do projeto de desenvolvimento da Frente Popular, liderada na Bahia, desde 2007, pelo Partido dos Trabalhadores. Para tanto, importantes investimentos já foram realizados no âmbito do PAC, outros estão em execução ou iniciariam as ações preparatórias requeridas para sua efetivação.

O objetivo é a integração dos diversos subespaços do território baiano, inserindo a Bahia de forma mais competitiva na economia nacional e global, facilitando o escoamento da produção e gerando novas oportunidades de trabalho, emprego e renda. Além dos investimentos do PAC, o novo Programa de Investimentos em Logística, lançado em 2012, prevê uma série de ações para desenvolver e integrar os modais de transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e hidroviário. O programa é mais uma iniciativa para aumentar a competitividade da economia brasileira e fundamental para uma inserção mais soberana do Brasil na economia global.

O alinhamento político em torno do mesmo projeto de desenvolvimento do Brasil, mais uma vez, favoreceu a Bahia com importantes investimentos que, quando efetivados, alçarão o estado a um novo patamar de desenvolvimento.

No modal rodoviário, as BR-101 e BR-116 são responsáveis por articular os fluxos econômicos do Sul/Sudeste do país com o Nordeste. A BR-101 corta a Bahia de norte a sul na faixa litorânea. Por meio do PAC, investimentos significativos foram feitos na parte sul da BR-101 localizado na Bahia. Com o Programa de Investimentos em Logística, o trecho da rodovia, desde o entroncamento da BA-698 até o entroncamento com a BR-324, será duplicado, diminuindo os custos de transporte, bem como dos acidentes na via.

Da mesma forma, o modal ferroviário baiano, que estava extremamente sucateado, com alguns trechos da sua malha subutilizados ou mesmo inutilizados devido à falta de investimentos, fruto de um modelo equivocado de privatização e concessão ferroviária feito pelo projeto neoliberal, está recebendo novos investimentos. O reconhecimento por parte do projeto desenvolvimentista da importância desse modal de transporte para a Bahia, de sua capacidade de superar os gargalos existentes na infraestrutura logística e de promover uma maior integração regional, viabilizou a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste no âmbito do PAC. Trata-se de uma ferrovia moderna, que ligará o litoral baiano ao oeste do estado, viabilizando novas atividades produtivas e criando um novo vetor de desenvolvimento no estado.

O Programa de Investimentos em Logística reforçou a importância das ferrovias ao anunciar novos investimentos na Bahia – a ferrovia que sai de Belo Horizonte até Salvador e a de Salvador até Recife. Esses investimentos representam a modernização da malha baiana e a interligação do Sul/Sudeste do Brasil com o Nordeste pelo modal ferroviário, uma vez que a Ferrovia Centro Atlântica há tempos não cumpre este papel. São investimentos na ordem de R\$ 15 bilhões.

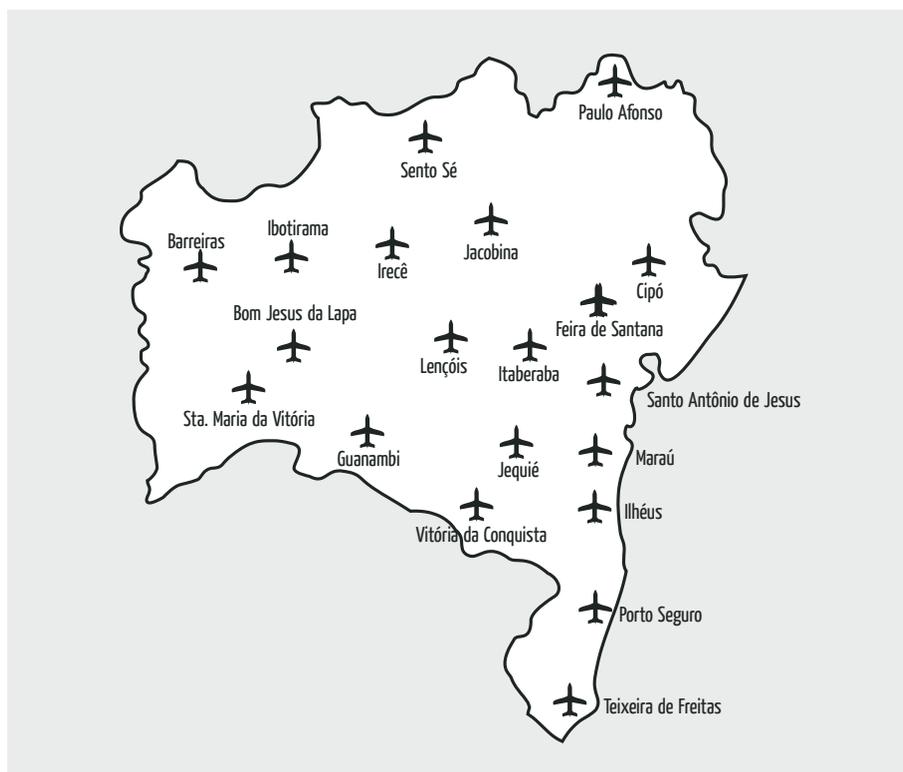
Na área aeroportuária, os investimentos do PAC somam mais de R\$ 312 milhões para a Bahia. Destacam-se as intervenções no aeroporto de Salva-

dor, como a via de acesso já finalizada, a ampliação do pátio de aeronaves, a reforma e adequação do terminal de passageiros e a nova torre de controle. Ressaltam-se também os investimentos para o novo aeroporto de Ilhéus e de Vitória da Conquista, além da ampliação e reforma do aeroporto Barreiras.

Ainda no modal aeroviário, no Programa de Investimentos em Logística foi lançado o plano de aviação regional, que visa fortalecer e ampliar a malha de aeroportos regionais do Brasil de modo a agregar novos aeroportos à rede de transporte aéreo regular e aumentar o número de rotas operadas pelas empresas aéreas. Na primeira etapa do programa, o governo federal vai investir R\$ 7,3 bilhões, contemplando 270 aeroportos regionais. Na Bahia, são vinte aeroportos contemplados com investimentos oriundos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) para a melhoria, reaparelhamento, reforma e expansão da infraestrutura física e de equipamentos (Mapa 6).

Mapa 6

Investimentos oriundos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac)



Quanto aos portos, embora o PAC tenha possibilitado um conjunto de investimentos no setor, como a dragagem de aprofundamento do acesso aquaviário dos portos de Salvador e de Aratu, a ampliação do quebramar e a construção do terminal marítimo de passageiros do porto de Salvador, uma série de questões regulatórias limitava a realização de novos investimentos, provocava um número significativo de entraves e indefinições nas operações portuárias.

Para superar este ambiente institucional que influencia negativamente a realização dos investimentos, e dando continuidade ao Programa de Investimentos em Logística, o governo federal lançou um programa para o setor portuário. O novo marco regulatório do setor visa à modernização da infraestrutura e da gestão portuária. O fim das outorgas como critério de licitação, a eliminação de barreira à entrada e as novas concessões incentivarão uma maior participação da iniciativa privada no setor.

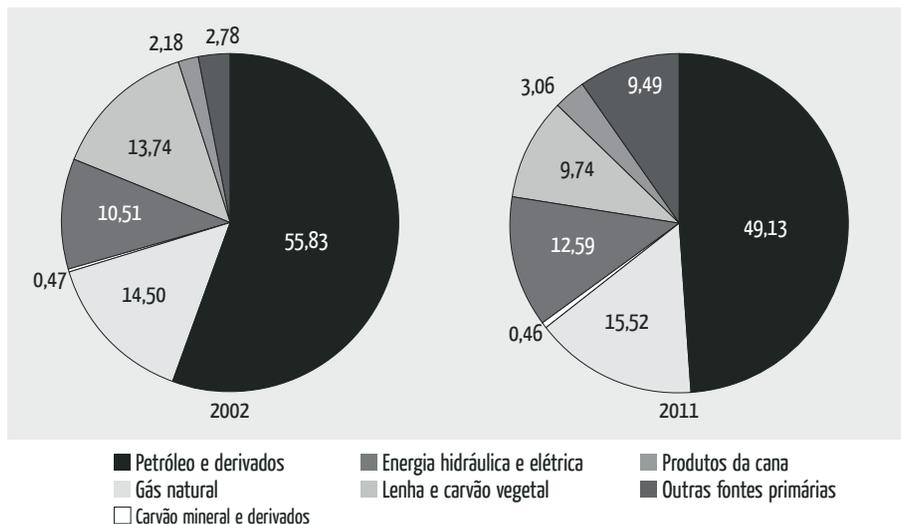
Os investimentos para a área portuária no bojo do Programa de Investimentos em Logística para a Bahia é de R\$ 4 bilhões até 2017. Pode-se destacar o Porto Sul ao norte do município de Ilhéus, juntamente com a Fiol e com o novo aeroporto de Ilhéus se constituirão como um importante complexo multimodal de transporte na Bahia.

ENERGIA: UM CAPÍTULO À PARTE

O período anterior a 2003 foi marcado por dificuldades de projetar com segurança a demanda por energia cinco ou dez anos à frente, estruturar uma carteira de projetos e contratos de suprimento para atender esta demanda e definir “tetos” de preço para os leilões de aquisição de energia. Adicionalmente, o modelo institucional até então vigente dificultava que o Ministério de Minas e Energia (MME) formulasse políticas energéticas estáveis e planos de expansão mais realistas. A partir de 2004, a nova política energética adotada pelo país provocou impactos significativos nas matrizes energéticas, não só em âmbito nacional, mas também no dos estados. No caso específico da Bahia, isso não foi diferente, como se pode observar no Gráfico 32.

Em 2002, 70,8% da matriz energética baiana estava baseada em fontes fósseis: 55,8%, petróleo e derivados; 14,5%, gás natural; e 0,5%, carvão mineral. As fontes renováveis de energia representavam apenas 29,20%. A partir de 2011, com o novo modelo do setor elétrico adotado, que fomenta ações do Proinfa, do PNPB e dos leilões de aquisição de energia da Aneel, houve redução de 5,7% na participação das fontes fósseis na matriz baiana, apesar do crescimento da presença do gás natural. As fontes renováveis passaram a representar 35,13% da matriz, com destaque para o incremento significativo no segmento de outras fontes primárias, saindo de 2,8% para 9,5%, puxado pelo aumento das fontes renováveis, como a eólica.

Gráfico 32

Bahia – Matriz energética (em %)
2002 e 2012

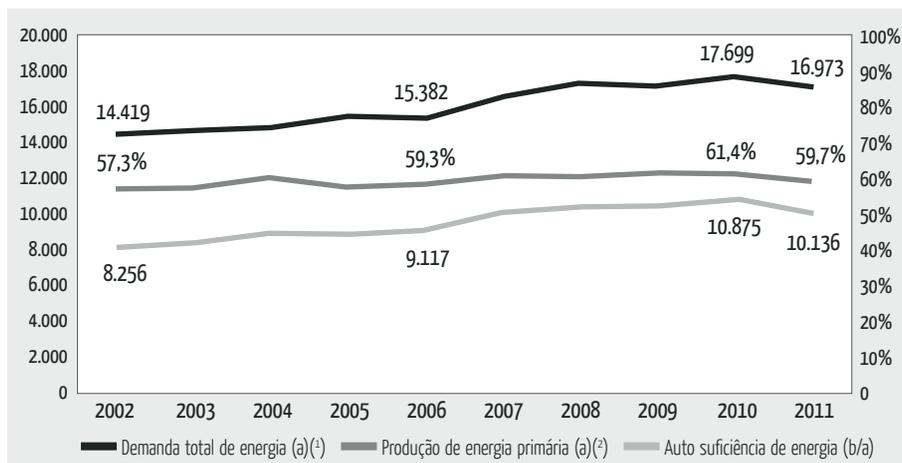
Fonte: Balanço Energético da Bahia 2012 (Seinfra)

Apesar da diversificação da matriz energética e crescimento de várias fontes renováveis, o estado ainda depende de fontes externas de energia. O desenvolvimento do setor industrial estadual, com implantação de novas indústrias nesse período, ampliou a demanda por energia primária. A autossuficiência energética, isto é, quanto da produção atende à demanda, cresceu muito pouco, saindo de 57,3%, em 2002, para 59,7% em 2011. O Gráfico 33 destaca a produção e a demanda de petróleo e seus derivados, elementos expressivos na redução da autossuficiência de energia do estado (Beeba, 2012).

Houve aumento da geração de eletricidade, que por questões de segurança energética deve estar sempre acima da demanda. Essa energia gerada sempre esteve acima do consumo, a exceção de 2008, quando a crise financeira mundial reduziu o consumo, investimentos no setor e como consequência houve queda na geração de 29,2 GW para 23,4 GW de 2007 para 2008.

O consumo total de energia elétrica observado no período analisado demonstra o dinamismo econômico no estado e os efeitos dos programas de transferência de renda, que impactaram na melhoria da qualidade de vida de grande parcela da população e que tiveram efeito direto no aumento do consumo de eletricidade. Atualmente, em termos de oferta e demanda, a geração e o consumo de energia elétrica estão perigosamente “empatados” na Bahia (Gráfico 34).

Gráfico 33

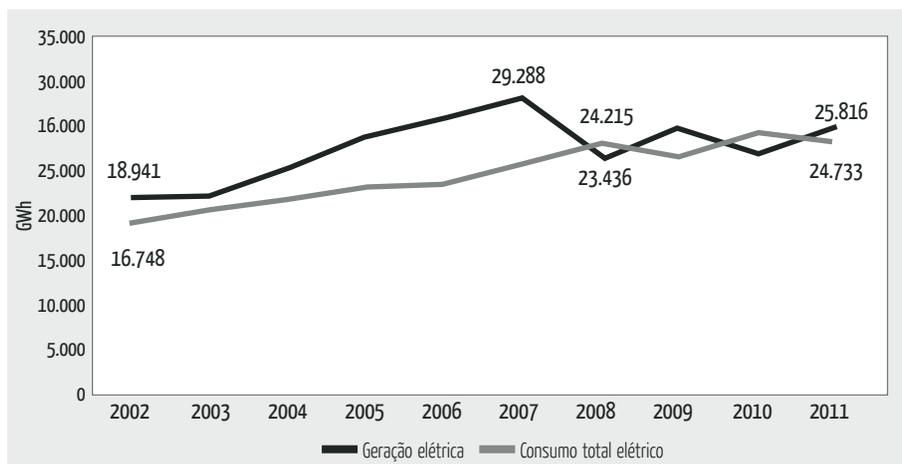
Bahia – Autossuficiência de energia
2002-2011

Fonte: Balanço Energético do Estado da Bahia

(1) A demanda total de energia agrega o consumo final e as perdas das transformações.

(2) Não inclui Urânio U308, visto que toda produção de *yellow cake* é exportada.

Gráfico 34

Bahia – Geração e consumo de energia elétrica
2002-2011

Fonte: Balanço Energético da Bahia 2012 (Seinfra)

O aumento da geração de energia verificado no período 2002-2011 permitiu uma redução do *déficit* de energia elétrica no meio rural de 74,5%, ou seja, em 365 mil domicílios rurais e, de 66,3% no meio urbano, isto é, 42

mil domicílios urbanos (Tabela 36). Esse resultado foi obtido pela adesão do governo baiano e da Companhia Elétrica do Estado da Bahia (Coelba) ao Programa Luz para Todos em Março de 2004. Em 4 de junho de 2004, foi sancionada a Lei nº 9.136, que estabeleceu uma meta de 357.970 novas ligações a consumidores rurais no período de 2004 a 2008, com investimento inicial de R\$ 1,7 bilhões.

Apesar do avanço da primeira etapa do Luz para Todos, ainda permaneceu um *déficit* considerável. A solução encontrada foi a assinatura de novo termo de compromisso, prorrogando o Luz para Todos na Bahia até 2014. A meta acordada foi de mais 128 mil ligações, que depois de cumprida poderá ser complementada até que seja alcançada a universalização no estado.

Tabela 36

Bahia – Déficit de domicílios sem energia elétrica no estado
2000 e 2010

Domicílio	Ano 2000	Ano 2010	Varição 2010/2000
Rural	489.380	124.674	-74,5%
Urbano	63.445	21.390	-66,3%
Total	552.825	146.064	-73,6%

Fonte: IBGE, Censo 2000 e Censo 2010

O CASO DE SUCESSO DO SETOR EÓLICO

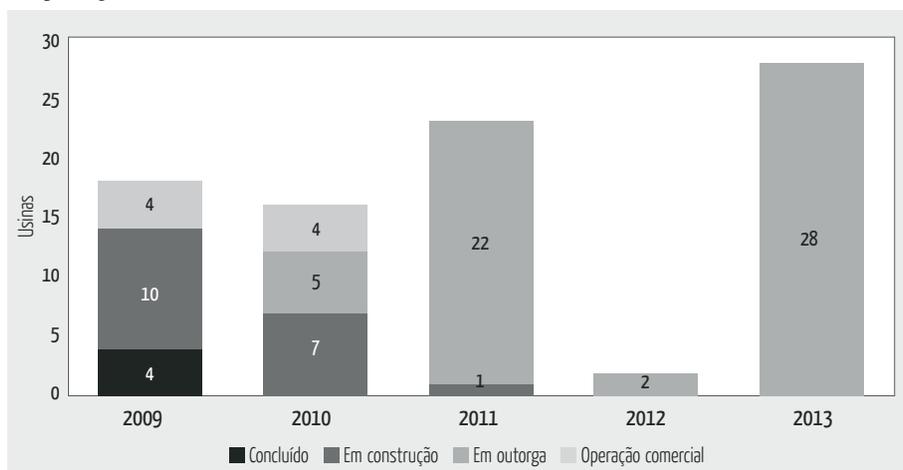
Do ponto de vista da ampliação da geração elétrica na Bahia, o destaque nesse período vai para o setor eólico. O estado possui um significativo potencial para produzir energia eólica, estimado em torno de 14,5 GW para uma altura de 70 m. Esse número representa 10,1% do potencial nacional e 19,3% do potencial da região Nordeste. Graças a esse potencial e à política federal de aquisição de energia via leilões para aquisição de energia nova e de reserva conduzido pela EPE e Aneel, a Bahia foi contemplada com 57 projetos e, quando todos estiverem funcionando, vão acrescentar aproximadamente 1.5 GW à rede elétrica.

No Gráfico 35, pode-se ver que, das dezoito usinas eólicas leiloadas em 2009, totalizando 420 MW leiloados, quatro já se encontram em operação comercial (125 MW) e dez em construção (221 MW), quatro estão concluídas, porém não estão em operação comercial (74 MW) devido à falta de linhas de transmissão para escoamento da energia elétrica. Cabe a Chesf a implantação das linhas de transmissão, que vão escoar a energia gerada pelos parques eólicos no Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 2010, estavam sendo construídas sete usinas (193 MW), cinco em outorga (290 MW) e quatro já em opera-

ção comercial (108 MW). No ano de 2011, foram arrematadas um total de 23 usinas (total de 568 MW) e uma se encontrava em construção (28 MW). Já em 2013, foram adquiridas um total de 28 usinas (567 MW). Isso representa um total de 87 usinas entre os anos de 2009 e 2013 com capacidade instalada total de 2.198 MW e, destas, 57 se encontram em outorga (total de 1.449 MW), 18 se encontram em construção (total de 442 MW) e oito usinas já se encontram em operação (total de 233 MW).

Gráfico 35

Bahia – Total de usinas eólicas leiloadas por ano e seu atual estágio
2009-2013*



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Seinfra e CCEE.

* Dados disponíveis até setembro de 2013.

Até 2014, estão previstos cerca de R\$ 6,5 bilhões em investimentos no setor. Esses recursos vão gerar 5.000 empregos na implantação e 500 na operação dos projetos em implantação em Brotas de Macaúbas, Caetitê, Campo Formoso, Casa Nova, Guanambi, Igaporã, Morro do Chapéu, Pindaí, Sento Sé e Sobradinho (Bahia, 2013).

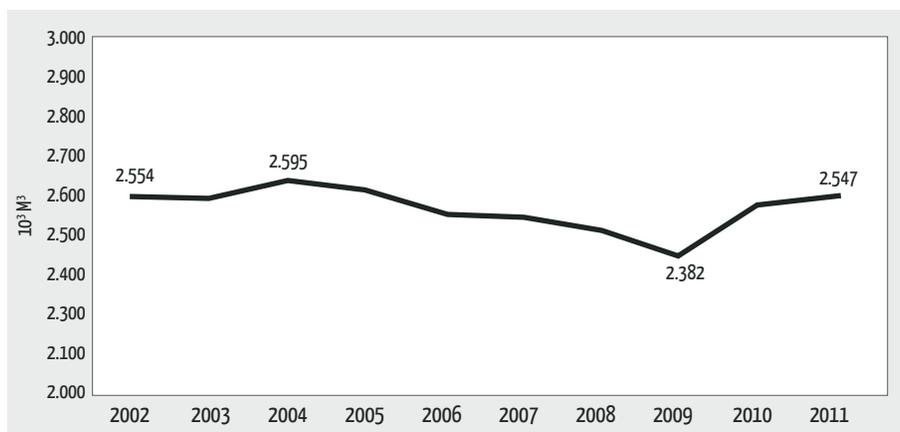
Outro fato positivo é que o setor favorece o processo de interiorização, na medida em que a Bahia tem seu potencial eólico concentrado no interior, ao longo de toda a margem direita do rio São Francisco, desde a Serra do Espinhaço até Juazeiro, atravessando a Chapada Diamantina e o Vale do São Francisco. A atração e implantação desses empreendimentos contribuem para levar desenvolvimento para a região do semiárido.

No que se refere à produção de petróleo (Gráfico 36), esta se manteve com elevação entre os anos de 2002 e 2004, ano em que começa a registrar

um declínio que vai até 2009, quando sai de uma produção de $2.595 \text{ } 10^3 \text{ m}^3$ para valores próximos de $2.382 \text{ } 10^3 \text{ m}^3$ respectivamente, uma queda de $-8,2\%$ (Beeba, 2012). Apesar desse fato ressaltar a necessidade de serem realizados novos investimentos nesse setor na Bahia, as perspectivas são favoráveis, tendo em vista os leilões dos blocos de exploração realizados pelo governo federal. Iniciados em 2008, os leilões para exploração de petróleo e gás possibilitaram que o setor recuperasse a produção pré-crise financeira internacional e iniciasse um processo de retomada dos investimentos de longo prazo. Em apenas dois anos, a produção recupera o que perdeu e retoma o patamar de 2002-2003, hoje encontrando-se na casa dos 2,55 mil m^3/dia .

Gráfico 36

Bahia – Produção de petróleo 2002-2011



Fonte: Balanço Energético da Bahia 2012.

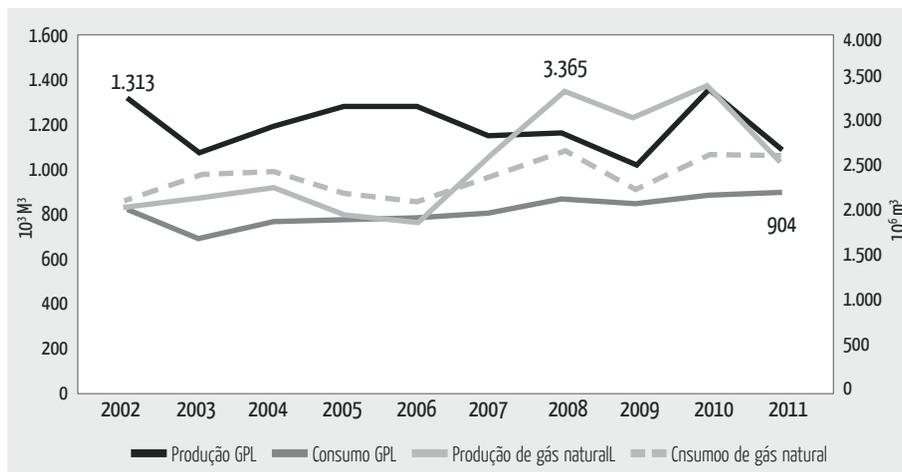
O gás natural, por sua vez, se configura como um insumo estratégico para a indústria, seja como matéria-prima (gasoquímica), seja como fonte energética. Entre os anos de 2008 e 2012, a Bahia se manteve com um consumo que girou entre 3,09 e 3,83 milhões de m^3/dia , sem contar o segmento termelétrico, média que se mantém até março de 2013 em 3,49 milhões de m^3/dia . Este comportamento do consumo se dá muito em função dos altos tributos do setor, o que encarece o produto e reduz sua competitividade.

Boas perspectivas para o setor surgem em setembro de 2013 com o início das obras de implantação do Terminal de Regaseificação da Bahia, localizado na Baía de Todos os Santos, com data prevista de conclusão em dezembro de 2013. Este terminal se constitui como um dos principais pro-

jetos do setor no país, por possuir um potencial de fluxo de 14 milhões de m^3 /dia, o que garantirá a oferta dessa importante fonte de energia. O Gráfico 37 mostra a evolução da produção e do consumo de gás natural na Bahia entre 2002 e 2011.

Gráfico 37

Bahia – Evolução da produção e do consumo de gás natural
2002-2011



Fonte: Balanço Energético do Estado da Bahia

A EMERGÊNCIA DO BIODIESEL

A Bahia reúne vantagens comparativas em relação a outros estados da federação, seja na disponibilidade de terras agricultáveis ou nas condições edafoclimáticas que permitem a produção de inúmeras oleaginosas, o que permite ao estado responder por cerca de 7% da produção nacional de oleaginosas (IBGE, 2011), o que lhe confere papel relevante no suprimento de matéria-prima para biodiesel. Com destaque para a soja, carro-chefe na produção nacional de biodiesel. A safra 2009/2010 da Bahia foi de 3,1 milhões de toneladas, sendo estimado para 2011/2012 cerca de 3,2 milhões de toneladas, o que segundo a Conab (2012) representava 4,7% do total nacional, enquanto o maior produtor, o Mato Grosso, foi responsável por aproximadamente 28%.

Atualmente existem quatro unidades instaladas nos municípios de Una, Iraquara, Simões Filho e Candeias, mas apenas duas encontram-se em funcionamento: a Vanguarda Agro (antiga Brasil Ecodiesel), que retomou suas atividades produtivas em 2012, instalada em Iraquara, e a Petrobras Biocombustível, localizada em Candeias. Com a implantação e operação da usina da

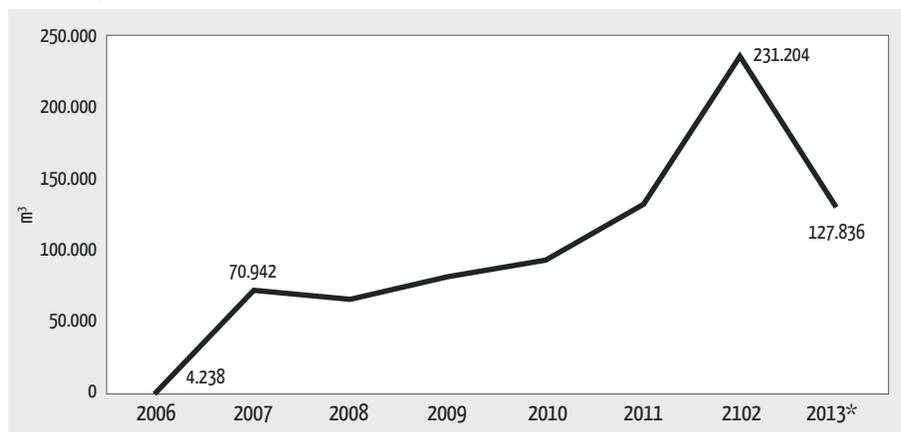
Petrobras em Candeias, estima-se que foram criados empregos para cerca de 28 mil famílias de agricultores no semiárido baiano. A fábrica de Candeias, inaugurada em 2008, é a primeira fábrica de produção de biodiesel da Petrobras e foi responsável por 35,7% do biodiesel produzido pela empresa. Dos 157 milhões de litros de biodiesel já fabricados pela Petrobras desde 2008 até 2010, 56 milhões saíram de Candeias.

Alguns fatores influenciaram o comportamento da curva de produção do biodiesel na Bahia (Gráfico 38). Em 2006, a Brasil Ecodiesel se instalou na Bahia e, neste mesmo ano, foi autorizada a comercialização do diesel misturado com biodiesel, em um percentual de 2%. Outro fato importante é que, em 2006, o país possuía cerca de 500 postos de combustível comercializando o B2, em 2010 esse número chegava a cerca de 38 mil postos comercializando esse combustível (ANP, 2011). Em 2008 e 2009, três empresas respondiam pela produção baiana: Brasil Ecodiesel (atual Vanguarda Biodiesel), Comanche e Petrobras. Em 2010, a Biobrax veio somar-se a essas três empresas, porém o pico da produção em 2012 se deu pela duplicação da produção da Usina de Candeia da Petrobrás. Vale ressaltar que a Vanguarda Biodiesel, que se localiza em Iraquara, já aparece na participação da produção baiana em 2013.

Graças ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o ao seu conjunto de estímulos, a fábrica de Candeias, inaugurada em 2008, é a primeira fábrica de produção de biodiesel da Petrobras e foi responsável

Gráfico 38

Bahia – Produção do biodiesel (B100)
2006-2013



*Dados disponíveis até julho de 2013.
Fonte: ANP

por 35,7% do biodiesel produzido pela empresa. Dos 157 milhões de litros de biodiesel já fabricados pela Petrobras de 2008 até 2010, 56 milhões saíram de Candeias.

O governo federal também foi importante para aumentar a produção de biodiesel na Bahia, a fábrica de Candeias, inaugurada em 2008 é a primeira fábrica de produção de biodiesel da Petrobras e foi responsável por 35,7% do biodiesel produzidos pela empresa. Dos 157 milhões de litros de biodiesel já fabricados pela Petrobras desde 2008 até 2010, 56 milhões saíram de Candeias. O Gráfico 38 mostra a produção do Biodiesel (B100) na Bahia entre os anos de 2006 a 2013.

PROPOSTAS NA DIREÇÃO DE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO ECONÔMICA PARA A BAHIA

A evolução econômica e a consolidação de investimentos, sejam os federais – diretamente derivados dos Programas de Aceleração do Crescimento e dos Projetos Minha Casa, Minha Vida –, sejam os promovidos pelas esferas pública e privada, propiciaram uma expansão na taxa de crescimento do PIB e uma modificação na estrutura produtiva, com uma pequena diversificação da base produtiva do estado.

No entanto, para que essa taxa de crescimento econômico possa ser mantida, alguns desafios precisam ser vencidos, entre eles:

Reestruturação do perfil produtivo da indústria existente, gerando o aumento da competitividade e da produção com impactos sobre os serviços e a circulação de mercadorias, exigindo mudanças no sistema de transportes; a indústria agora não mais é somente fornecedora de matéria-prima para a indústria implantada no Sudeste brasileiro, a estratégia é global, e não apenas nacional.

Um programa mais arrojado de política industrial voltado para a cadeia da petroquímica para produtos da terceira geração, conforme projeto original. Do contrário, o crescimento do Polo de Camaçari estará comprometido e sofrerá competição com os polos do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Fortalecimento do agronegócio no interior do estado da Bahia, com a consolidação de setores que se beneficiaram com a política nacional de incentivo às exportações e que tiveram vantagens comparativas no estado, a exemplo da silvicultura, da produção de papel e celulose, dos frutos e grãos. Este processo fez com que a agricultura chegasse a um novo patamar de produção.

Isto trouxe impactos sobre a circulação de mercadorias pelos portos e aeroportos da Região Metropolitana de Salvador. Por outro lado, fortalece a estrutura para fora da economia baiana, já que o sistema de transportes, que traz a produção do interior do estado para os portos da RMS, não apresenta as condições desejáveis para o mercado. A alternativa construída é a instalação do Porto Sul, que deverá ser o escoadouro mais importante até o final da década.

Potencializar a agricultura familiar, ampliando acesso à posse da terra desses agricultores e avançando nas ações de assistência técnica, ampliação das redes solidárias existentes, entre outras ações que deverão avançar.

Crescimento do turismo em decorrência de investimentos governamentais em infraestrutura, como a Linha Verde no litoral norte baiano, e do setor privado, na construção de hotéis, *resorts* etc. Este passa a operar em um patamar mais elevado e precisa ser fomentado inclusive em momentos de baixa estação. Explorar melhor a questão do turismo religioso e o de eventos como os festivais do interior, incluindo São João, podem ser alternativas importantes.

Novos investimentos precisam ser planejados para os grandes municípios do interior. A desconcentração da atividade produtiva não passa apenas pela necessidade de obras de infraestrutura, como o Porto Sul e a Fiol. Mas é preciso retomar programas de interiorização da produção em direção aos municípios com vantagens comparativas, a exemplo da indústria naval em Maragogipe e da indústria de máquinas e bens finais em Feira de Santana ou Vitória da Conquista.

Necessidade de infraestrutura para potencializar a realização de negócios e atração natural de novos investimentos produtivos.

Repensar as estratégias para os setores decadentes, como o cacau em Ilhéus, o fumo e a cana-de-açúcar no Recôncavo e o algodão no Vale do Iuiú.

Fortalecimento da economia baiana com estratégias de desenvolvimento econômico planejadas. As alternativas para a economia baiana devem apresentar foco separado das políticas sociais e programas específicos para fortalecimento de pequenos e grandes negócios e investimentos em adensamento das cadeias agroindustriais e de serviços.

O setor de serviços, maior empregador da economia baiana, deverá passar por transformações, como ampliação do uso das TIC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível os avanços alcançados pela Bahia a partir do início do governo Lula, especialmente no mercado de trabalho e na renda da população mais pobre, com conseqüente redução da pobreza e da desigualdade. O programa Bolsa Família tem como principal efeito a redução direta da extrema pobreza. Somente em 2012, foram quase R\$ 3 bilhões repassados diretamente a 6,1 milhões de beneficiários em todo o estado. Os aumentos reais de salário-mínimo também influenciaram sobremaneira o comportamento do rendimento da população baiana. Esse conjunto de políticas, aliado ao aumento do crédito, gerou um ciclo de expansão da renda a partir do momento em que os ganhos dos mais pobres foram direcionados ao consumo, aquecendo mercados específicos e incentivando cadeias produtivas em todo o estado. Evidente que esse dinamismo apresentou reflexos no mercado de trabalho, com expansão do emprego, da formalização e dos salários.

A partir de 2011, ampliou-se a transferência de renda com o objetivo explícito da presidenta Dilma em erradicar a extrema pobreza no país. Segundo a Pnad 2011, esse contingente na Bahia totaliza aproximadamente 1,4 milhões de pessoas. Contudo, em virtude dos complementos de renda trazidos pelo Brasil Carinhoso, e posteriormente ampliados para todos os beneficiários do programa Bolsa Família com perfil de extrema pobreza, é possível que os próximos dados apresentem uma realidade mais próxima do desejável.

Na área de infraestrutura, o PAC tem um significado importante para a trajetória futura de desenvolvimento socioeconômico da Bahia, na medida em

que está promovendo uma maior integração intra e inter-regional do estado, aumentando a oferta energética para a Bahia e estimulando uma série de cadeias produtivas. Em função das suas características e do volume dos investimentos, o PAC na Bahia está alterando a lógica produtiva da economia baiana, bastante concentrada na Região Metropolitana de Salvador, e promovendo um desenvolvimento mais equilibrado regionalmente e inclusivo. Nesse sentido, o PAC guarda aderência com o projeto de desenvolvimento capitaneado pelo governador Jaques Wagner na Bahia, que visa interiorizar o desenvolvimento, reduzir as disparidades regionais e criar novos espaços econômicos no estado.

Merece grande destaque no projeto político de desenvolvimento do governo Wagner o volume de investimentos em infraestrutura como indutores da criação de novos espaços econômicos, além de promover uma maior integração territorial e econômica do estado. Ressalte-se que o conjunto desses investimentos em infraestrutura de transporte colocará a Bahia no centro da articulação dos fluxos econômicos, tanto no sentido norte/sul quanto leste/oeste, gerando novos negócios e oportunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Las políticas ambientales ante las coacciones de la globalización. In: ALIMONDA, Hector. *Los Tormentos de la materia*, Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 195-212.

ANP. *Produção Nacional de Biodiesel Puro – B100 (metros cúbicos)*. Disponível em: www.anp.gov.br/?dw=8740, acesso em set. 2013.

_____. *Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP 2011*. Disponível em: www.anp.gov.br/?pg=57227&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1311699163660#Se__o_4, acesso em 26 jul. 2011.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Guia Setorial Energia Eólica. Disponível em: www.sicm.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-4260.pdf, acesso em: 15 out. 2013.

BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. Londres: Sage, 1993.

BERMANN, Celio. Energia, meio ambiente e miséria: os paradigmas da nova ordem. *São Paulo em Perspectiva*, v. 6, n. 1, p. 43-51, jan.-jun. 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 1996. CCEE. Câmara de Comercialização de Energia. 5º Leilão de Energia de Reserva – 23/08/2013. Disponível em: www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/o-que-fazemos?_afzLoop=60987031721000#%40%3F_afzLoop%3D60987031721000%26_adf.ctrl-state%3D1da9ysob0b_40, acesso em: set. 2013.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Acompanhamento de safra brasileira: grãos, safra 2011/2012, oitavo levantamento*. Brasília: Conab, 2012. Disponível em: <www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_05_10_08_49_52_boletim_mai_2012.pdf>, acesso em: 10 maio 2012.

_____. *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA*, 2011. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>, acesso em: 10 maio 2012.

DALY, H. E. Políticas para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALVANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo; Recife: Cortez; Fundação Joaquim Nabuco, 1999, p. 179-192.

FERNANDES, Agnes et al. Falhas de governo em oportunidades de aprimoramento de políticas ambientais no Brasil. In: LITTLE, Paul E. *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Peirópolis, 2003, p. 319-360.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. (1ª ed. 1976). (Coleção Estudos Latino-Americanos, v. 12 – aumentada de um pós-fácio).

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. (Trad. de R. Finker) São Paulo: Unesp, 1991.

GORZ, Andre. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia: Análise & Dados*, ano 10, n. 1, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, jul. 2000, p. 87-98.

GUIMARÃES, R. P. Desarrollo sustentable en America Latina y el Caribe: desafíos y perspectivas a partir de Johannesburgo 2002. In: ALIMONDA, Hector. *Los tormentos de la materia*, Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 87-114.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M.; Adorno, T. W. *Textos escolhidos*. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 31-68.

IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/familias/UFs/ba.ziptabela“tabdomuf31621.xls”](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/familias/UFs/ba.ziptabela%20tabdomuf31621.xls)>, acesso em: set. 2013.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em: ago. 2013.

LAYRARGUES, P. P. *O discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

LÖWY, Michel. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005 (Coleção Questões da Nossa Época, 125).

MARTINEZ-ALIER, Joan. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Editora da FURB, 1998.

_____. Justiça ambiental (local e global). In: CAVALVANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo; Recife: Cortez; Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p. 215-231.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PETROBRAS dobrará produção de biodiesel na Bahia. Disponível em: <noticias.r7.com/economia/noticias/petrobras-dobrara-producao-de-biodiesel-na-bahia-20100301.html>, acesso em: 27 set. 2013.

RIGOTTO, Raquel. Democratizou-se a poluição? Um estudo dos riscos tecnológicos e ambientais associados à industrialização em região semiárida do Brasil. *Scripta Nova* – revista eletrônica de geografia e ciencias sociales. Universidad de Barcelona, 2002.

SEINFRA. Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia. Balanço Energético da Bahia 2012. Disponível em: <www.seinfra.ba.gov.br/publicacoes/BEEBA_2012.rar>, acesso em: set. 2013.

UNICA. União da Indústria de Cana-de-Açúcar. Produção de açúcar e etanol – safra 2002/2003 – 2012/2013. UnicaData. Disponível em: <www.unicadata.com.br/>, acesso em set. 2013.

SOBRE O AUTOR

RANIERI MURICY BARRETO é mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

É professor e faz parte do núcleo de Pós-graduação da Universidade Católica de Salvador (UNIFACS). Atua nas áreas de Economia Política, Macroeconomia, Planejamento, Economia Regional, Economia do Trabalho e Sociologia do Trabalho, Economia Brasileira e Internacional. Nestas áreas, escreve para diversos veículos de comunicação e já publicou diversos artigos em livros.

Atualmente é Superintendente de Planejamento da Secretaria de Planejamento do governo do estado da Bahia.

O livro *Bahia 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Este volume faz parte da coleção “Estados Brasileiros”, estudo proposto pela Fundação Perseu Abramo para ampliar o conhecimento sobre as questões regionais.

Aqui é possível conhecer uma série de dados, análises e reflexões sobre o estado da Bahia.

Do ponto de vista da política nacional, na contramão do receituário neoliberal, o projeto de desenvolvimento liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) coloca o Estado como protagonista nas correções das distorções e desigualdades provocadas pelo mercado.

Nesse sentido, o planejamento estatal ganhou importância e tornou-se um alicerce fundamental da nova estratégia de desenvolvimento do Brasil.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



9 788576 432340